

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

FILHOS DO TRABALHO, APÓSTOLOS DO SOCIALISMO: OS TIPÓGRAFOS E A
CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DE CLASSE EM MACEIÓ (1895/1905)

Oswaldo Batista Acioly Maciel

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Suzana Cavani Rosas.

Recife

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

FILHOS DO TRABALHO, APÓSTOLOS DO SOCIALISMO: OS TIPÓGRAFOS E A
CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE DE CLASSE EM MACEIÓ (1895/1905)

Oswaldo Batista Acioly Maciel

Banca Examinadora:

.....
Profª Drª Suzana Cavani Rosas (orientadora)

.....
Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda (examinador interno)

.....
Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida (examinador externo)

Recife

2004

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos necessários a quem fez uma dissertação circulam entre a compreensão pela ausência aumentada, por parte de alguns, e a paciência com a presença constante, por parte de outros.

Pai, Mãe: não consigo falar da saudade que, cada vez mais, sinto do cotidiano de casa. Obrigado por aceitarem minha opção pelo estudo e pela docência (em lugares cada vez mais distantes), mesmo sem entender porque ler tanto livro. Aos meus parentes mais próximos e amigos de adolescência do interior: a turma de Colônia Leopoldina e de Ibateguara; aos meus tios Zequinha e Taninha, e aos seus filhos: tudo começou junto com vocês!

Aos meus colegas de trabalho: não esquecerei a acolhida do *estranho no ninho* e os períodos de redução da carga horária. Os nomes de Genilda (Escola de Ensino Fundamental Kátia Pimentel Assunção), Flávio, Vera e Marcondes (Faculdade de Formação de Professores da Mata-Sul – Palmares - PE) devem ser citados aqui. Aos meus alunos, agradeço pelo incentivo e pela oportunidade constantemente renovada de poder sempre melhorar o diálogo sobre idéias e a comunicação de alguma coisa.

Agradeço à minha orientadora, Suzana, e ao Sávio. Suzana, por ter confiado em mim, ter aceitado a empreitada e me encorajado principalmente na fase da redação. Ao Sávio, que me é uma referência desde a graduação, por saber conjugar elogios e observações críticas em proveitosas conversas.

Ao Fernando, que me ajudou desde a “escolha” do que deveria estudar, e aos demais colegas da ANPUH-AL: Sérgio, Arrisete, Lourdes, Cícero, Kleber, Luiz, Amaro, Barros, Marcus Swell (eu li teu texto), Luciano, Talvanes, Edson. Ao Luciano Barbosa; aos meus companheiros de mestrado: os meninos (Eh!) e as meninas (Ah!); e aos professores Marcus Carvalho, Antonio Paulo e Lourival Holanda; Marc Hooffnagel e Tânia Brandão. Ao professor Carlos Miranda, agradeço a participação na banca.

Sem a dedicação e a paciência dos profissionais que trabalham nas instituições que preservam parte da nossa memória social este trabalho não seria possível. Agradeço sem minimizar os débitos à Lindinalva (Arquivo Público do Estado de Pernambuco), à Meire e à Vânia (Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas), e ao Messias e ao Moacir Sant’Anna (Arquivo Público do Estado de Alagoas). O prof. Douglas Apratto Tenório, através de um contato pessoal, tornou menos incerto o acesso diário à hemeroteca do IHGAL e possibilitou

verificar um material iconográfico sobre a imprensa alagoana, existente na SECOM. Lá, agradeço ao acolhimento de Nielba, Aragão e sua equipe (set/out de 2002).

Ao C. A. de História da Universidade Federal de Alagoas devo a possibilidade de apresentar uma parte de meus estudos decorrentes desta pesquisa, na “IV Semana de História da UFAL”. Lá, pude contar com a leitura discordante e respeitosa de Marcus Ricardo. Creio que, tão bom quanto saber que hoje existe um núcleo articulado da ANPUH no Estado para congregar os profissionais de história, é contar com a presença de um C. A. irriquieta e persistente como este.

Agradeço à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, pela concessão da Bolsa de Mestrado. Cito, ainda, e com alegria, o GT “Mundos do Trabalho” da ANPUH. O contato com seus membros no XXII Simpósio Nacional de História e aquelas tardes de discussão disseram-me que havia encontrado um ótimo ambiente acadêmico. Através do GT, conheci virtualmente o Artur Vitorino que, além de me enviar o seu livro sobre os gráficos do Rio e de São Paulo, disponibilizou-me um texto inédito. É deveras agradável saber que existem pessoas como ele. Iguazinhas ao Ulisses Rafael, que apontou algumas questões relativas ao primeiro capítulo – deixei para outro momento aquele arquivo que você me mandou!

Por fim, agradecerei a três mulheres. Sara e Kataline sofreram os abusos de compartilhar um apartamento comigo neste período. Tacitamente, elas combinaram que me iriam ajudar compreendendo ou minha ausência ou minha falta extrema nos afazeres domésticos (juro que em março eu ajeitei o que está quebrado no apartamento!).

E Kátia, minha namorada: (lembra de quando começamos a passar as tardes de domingo dentro do carro, estudando juntos textos diferentes, só pra dizer que estávamos juntos? Ou da presteza de sua mãe e do silencioso consentir de sua filha Letícia?) Agora que tudo passou, não foi fácil?

RESUMO

Esta dissertação discute a constituição de uma identidade coletiva dos trabalhadores de Maceió através da atuação dos tipógrafos no período entre 1895 e 1905. Aliando o discurso de valorização do trabalho com o do socialismo da II Internacional, na forma como é entendido no Brasil, estes trabalhadores estabelecem uma identidade de classe através da organização de entidades representativas dos trabalhadores, da defesa e reivindicação de direitos, bem como através da crítica à sociedade vigente e à exploração burguesa.

ABSTRACT

This dissertation discuss the constitution (establishment) of a common identity for the laborers of Maceió, by the typographer performance among 1895 end 1905. Joining the speech of increasing the work value with the socialism speech from the II International, as well as it's comprehended in Brazil, these laborers establish an identity class by the representative entities organizations, of defense and revindication of rights, as well as by the criticism to the capitalist society and the social profiteer.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
Trajetórias historiográficas.....	11
Novas perspectivas.....	15
Estudos regionais: Alagoas.....	18
O quadro atual.....	21
Considerações teóricas e metodológicas.....	23
CAPÍTULO I – ESPAÇO URBANO, MUNDO DO TRABALHO.....	29
O mapa de Maceió.....	29
A população.....	31
O porto e os estivadores.....	33
Carroceiros e condutores.....	35
Vendedores.....	37
Iluminação.....	39
Marginalização.....	40
Operários da cidade.....	44
Higiene, abastecimento e moradia.....	47
Ferrovários.....	50
Os tecelões das fábricas.....	54
O processo de trabalho.....	59
CAPÍTULO II – OS TIPÓGRAFOS E A IMPRENSA DE MACEIÓ.....	63
A composição dos trabalhadores gráficos.....	63
O processo de trabalho.....	69
Protagonistas.....	76
João Ferro.....	77
Joaquim Moreno.....	79
João Ezequiel.....	79
Ladislau Rocha.....	80

Outros tipógrafos.....	81
Imprensa operária.....	82
Os jornais.....	85
A inserção da imprensa operária entre os trabalhadores.....	87
CAPÍTULO III – OS TIPÓGRAFOS, O TRABALHO E A IDENTIDADE DE CLASSE.....	92
Mutualidades.....	92
A Associação Tipográfica Alagoana.....	95
O Centro Proletário Alagoano.....	102
A União Operária Alagoana.....	103
A elite alagoana e o seu projeto de ética disciplinar do trabalho.....	106
Os tipógrafos e a identidade coletiva dos trabalhadores.....	109
A tipografia: uma arte, um ofício nobre.....	111
CAPÍTULO IV – O SOCIALISMO DOS TIPÓGRAFOS.....	116
O socialismo de fim de século.....	116
Influências e contatos.....	120
Socialismo: cientificismo, evolucionismo, positivismo.....	124
Joaquim Moreno e a unidade dos trabalhadores.....	126
João Ezequiel: socialismo e catolicismo.....	129
O socialismo de João Ferro.....	132
CONCLUSÃO.....	139
FONTES.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142
ANEXO	

INTRODUÇÃO

Na virada para o século XX, os gráficos de Maceió elaboram um sentido positivo para o trabalho e uma identidade coletiva (classista) para os trabalhadores. Esta consciência “para si”, de setores ativos da classe, é articulada com o discurso socialista, e transparece de forma mais evidente com a necessidade de associação e com as críticas ao projeto republicano e à ordem social vigente, oligárquica e capitalista. O objetivo deste trabalho é caracterizar e discutir este processo de articulação de uma identidade coletiva de trabalhadores com o socialismo na capital alagoana, entre 1895 e 1905.

Na documentação utilizada, nos concentramos principalmente na imprensa alagoana, preferencialmente a engajada, e a imprensa operária do Recife que possuísse vínculos diretos com os trabalhadores maceioenses. Discursos doutrinários, artigos de opinião, notícias e notas relativas aos trabalhadores e ao socialismo no Estado se constituíram em nosso material preferencial. Utilizamos-nos, também, da historiografia sobre a classe trabalhadora (produzida principalmente no Brasil) e de estudos sobre a história de Alagoas que se concentrassem no período e/ou em temas que tangenciassem nosso objeto.

O primeiro capítulo apresenta aspectos gerais acerca dos principais ofícios e ocupações dos trabalhadores urbanos de Maceió, e dos operários das fábricas de tecidos que circunvizinham a cidade, destacando as condições e o processo de trabalho, bem como o modo disciplinar que se vai efetivando no ambiente da produção e da prestação de serviços. A coerção direta e difusa que se estabelece sobre os trabalhadores não se circunscreve ao ambiente de trabalho. Ela expande-se para a forma da sociabilidade acontecida nas ruas e nos lares proletários. Neste sentido, destacamos alguns dos traços mais evidentes da formação do espaço urbano de Maceió no período estudado, que colaborem para a restrição do viver operário, para a normatização de condutas ligadas às classes subalternas. Explorar, mesmo que de modo sumário, alguns aspectos ligados às condições materiais de existência dos trabalhadores urbanos de Maceió, ajuda-nos a entender as características assumidas pelos discursos da valorização do trabalho e do socialismo, na medida em que tais discursos estão circunstanciados pelo contato direto com a vida dos trabalhadores e com o cotidiano das camadas mais pobres da cidade.

É basicamente através da imprensa operária que vislumbramos a circulação das idéias socialistas em Maceió. Os maiores responsáveis tanto pela propagação deste ideal, quanto pelas principais tentativas de organização de entidades classistas que representem os

trabalhadores, são os profissionais que atuam neste setor gráfico – com ênfase nos compositores-tipográficos. Desta forma, achamos necessário estudar com mais detalhes esta categoria de trabalhadores, principalmente os que atuam nas oficinas tipográficas da imprensa periódica e diária. Apresentamos as várias atividades envolvidas no processo de confecção dos jornais e as condições de trabalho nestas oficinas, além de breves notas biográficas dos gráficos mais engajados na organização dos trabalhadores. Esta é a tarefa empreendida no segundo capítulo. O esclarecimento de aspectos relacionados ao trabalho dos gráficos ajudamos a caracterizar estes profissionais como representantes legítimos dos trabalhadores, e a entender as condições de produção dos órgãos que veicularam as idéias socialistas. Ajudamos, também, a esclarecer as condições materiais da articulação da primeira experiência efetiva de associação de trabalhadores com caráter eminentemente classista: a Associação Tipográfica Alagoana, e da organização posterior do Centro Proletário Alagoano e da União Operária Alagoana.¹

O terceiro capítulo concentra-se em caracterizar traços da constituição de uma identidade coletiva dos “filhos do trabalho” e de sua valorização, através da atuação dos profissionais gráficos - ora representados em sua entidade coletiva (a Associação Tipográfica Alagoana, no período entre 1897 e 1898), ora individualmente. Desta forma, entendemos que era necessário explorar dois aspectos relacionados a esta questão. Primeiro, necessitávamos reconstruir (mesmo que parcialmente) as principais características da ética disciplinar do trabalho veiculada pela elite local, de conformação da classe trabalhadora à normas de comportamento sócio-profissionais condizentes com o projeto oligárquico e capitalista. Isto tendo em vistas que a constituição de identidades coletivas – assim como, de maneira análoga, acontece com as classes sociais – se dá de modo relacional. Assim, do mesmo modo que os trabalhadores são alvos de um projeto de disciplinamento e enquadramento do seu mundo do trabalho subordinado ao capital, eles forjam para si uma outra identidade de valorização positiva de seu ofício, de resistência e oposição classista ao projeto dos grupos que se aliam ao capital. Em segundo lugar, tornava-se mister discutir as possíveis formas de inserção do discurso de uma verdadeira “elite” de operários, ativos e engajados, no conjunto da classe trabalhadora como um todo. Isto tendo em vistas que uma “identidade” de classe ou de grupo social, mesmo sendo expressa em um conteúdo programático e discursivo inteligível, precisa atingir o âmbito do cotidiano, dos hábitos e atitudes internalizados nas práticas sociais efetivadas na rotina do dia-a-dia.

¹ Como não existe um consenso na bibliografia especializada em torno da forma de citação, resolvemos atualizar a grafia das denominações das entidades. A transcrição de documentos, no entanto, seguirá o padrão ortográfico da época, inclusive contendo eventuais erros de composição.

O quarto e último capítulo é destinado a apresentar as principais características do socialismo como era entendido pelos gráficos. Portanto, discutimos o socialismo através dos reflexos oriundos da II Internacional, de seus autores e orientações, e do imperialismo cultural francês. Por conta da documentação disponível, privilegiamos três socialistas: Joaquim Moreno, João Ezequiel e João Ferro. Adeptos do “socialismo eclético” e reformista, interpretamos que este discurso está circunscrito aos influxos teóricos do período, à cultura política da sua época e às condições de efetivação das estratégias propugnadas. Assim, ele não é entendido como uma deturpação da essência do socialismo, como um discurso “inconsciente”, mas como um discurso situado em seu tempo, sofrendo das peculiaridades do contexto em que é realizado.

Antes de entrarmos nas considerações teóricas e metodológicas, discutiremos em linhas gerais algumas das principais obras da historiografia da classe trabalhadora produzida no Brasil. Além de um repasse histórico sobre o tratamento dado à temática, buscamos refletir acerca das implicações teóricas contidas no desenvolvimento desta área de estudos. Para isto, utilizamos também algumas obras produzidas na literatura estrangeira sobre o tema que influenciaram os rumos das pesquisas no país. Tendo em vistas o recorte espacial da pesquisa, dedicamos um tópico aos estudos sobre esta temática no Nordeste e, particularmente, em Alagoas.

I – TRAJETÓRIAS HISTORIOGRÁFICAS

Num artigo intitulado “História operária e ideologia”, Eric Hobsbawm faz uma análise dos estudos sobre a história dos trabalhadores feita “de dentro do movimento”, criticando-os por serem formal ou informalmente ortodoxos. Esta historiografia, dentre outras características revelou tanto uma “tendência de identificar ‘classes operárias’ com ‘movimento operário’, ou mesmo com organizações, ideologias ou partidos específicos” como tornou-se “tanto um pouco arqueológica quanto preocupada em atribuir aos movimentos operários a importância que ninguém mais parecia conceder a eles”.² Creemos que esta seja uma tendência muito forte no surgimento de uma história do trabalho para qualquer país, na medida em que este segmento da sociedade é comumente tratado pelos

² HOBBSAWM, Eric. “História operária e ideologia” In: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária*. 2ed. Trad. de Waldea Barcellos e Sandra Bedran – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (pp17-33).pp18-19

intelectuais em um plano inferior. Daí que os trabalhadores de modo geral só surgiam, enquanto objeto privilegiado de estudo, no interior de uma opção política clara ligada ao movimento operário. Este fato explicava, em boa medida, a tendência a salientar determinados aspectos positivos do movimento relacionado à corrente política da pessoa ou grupo que escrevia tal história. O caso brasileiro, não fugindo à regra, é exemplar deste posicionamento. Segundo Cláudio Batalha³ é a produção militante, de não-acadêmicos, que dará “os primeiros estudos sobre a classe operária no Brasil”, assumindo, entre outras, a forma das “memórias”.

Como exemplo de testemunho de um dos primeiros militantes comunistas brasileiros, as memórias do militante alagoano Octávio Brandão, contidas nos dois volumes de *Combates e batalhas*,⁴ insere-se neste tipo de produção. Nelas vêem-se recordações familiares e defesas apaixonadas dos trabalhadores, discussões teóricas e um rico conjunto de dados sobre os primeiros anos do movimento operário brasileiro e de sua imprensa (principalmente para Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro). Revelam-se, ainda, aspectos do pensar comunista dos primeiros anos da década de 1960 (anos em que as memórias foram escritas).

Já as primeiras iniciativas acadêmicas de estudo desta temática no Brasil advém da Sociologia – marcadamente a da USP. Segundo Ismênia de Lima Martins,⁵ pesquisadores como Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, José Albertino Rodrigues e Azis Simão, dentre outros, ou enfatizavam a “relação dos trabalhadores com os sindicatos pelas origens regionais e culturais da classe operária” ou então “investigavam a vinculação estrutural existente entre o sindicalismo populista e o Estado”. Ainda segundo esta autora, pelo fato de ser “tardiamente” explorado pelos historiadores, este tema ressentia-se pela “falta de uma História Social que dialogasse com a Sociologia em seus esforços interdisciplinares”.⁶

Com o auxílio de sociólogos, mas também contando com historiadores, cria-se um espaço acadêmico de produção sobre o movimento operário nos anos 1970. Enquanto brasilianistas como J. W. F. Dulles e Sheldon L. Maran, dentre outros, “introduziram um uso muito mais vasto e rigoroso das fontes, particularmente da imprensa operária”, Luiz Werneck Vianna e Boris Fausto, em conjunto com outros pesquisadores, consolidam esta área de estudos em nossas universidades, criando programas e linhas de pesquisas.⁷

³ BATALHA, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências” In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ed. São Paulo: Contexto, 1998. pp.146-147.

⁴ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas* – 2 vol. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

⁵ MARTINS, Ismênia de Lima. “Anotações sobre a História do Trabalho no Brasil” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Contexto/ANPUH, Vol. 15, Nº 30, 1995. (pp. 91-100). pp.92-93.

⁶ IDEM, IBIDEM.

⁷ BATALHA, Cláudio. Op. cit. pp.150-151.

Dois pesquisadores que irão influenciar decisivamente os rumos da pesquisa sobre a história do trabalho neste período serão Paulo Sérgio Pinheiro e o citado Boris Fausto. O primeiro deve ser destacado não só pelos seus textos e coletâneas organizadas em colaboração com Michael Hall⁸, que tiveram ampla repercussão no cenário brasileiro e latino americano, mas também pela sua tese de doutoramento, defendida em 1971.⁹ Apesar de ser um estudo de Ciência Política, ao fazer uma interrogação sobre a presença da classe operária na cena política durante os anos 1920, aborda de forma pioneira as relações de poder estabelecidas entre os operários organizados e o sistema político brasileiro da Primeira República. No nosso entendimento, é este estudo que anuncia as linhas gerais de interpretação sobre o movimento operário no Brasil para o período de sua institucionalização (enquanto temática de estudos) nos anos 1970. Nas suas pesquisas do período, o autor encara o estudo da classe operária como sendo “a chave para o entendimento da transição da história do Brasil no século XX.”¹⁰ Esta perspectiva despertou para a importância da temática junto a comunidade dos historiadores naquele momento.

Boris Fausto, por sua vez, no nosso entendimento, possui uma importância que em boa medida está relacionada à influência que seu *Trabalho urbano e conflito social*, de 1976, exercerá na historiografia sobre questões sociais no Brasil¹¹. Originalmente tese de Livre-docência, este estudo marcou época, tanto por aliar uma metodologia apurada no trato histórico como por respaldar academicamente uma leitura do movimento operário que condizia com o imaginário das organizações de esquerdas do período (hegemonicamente comunistas). No entanto, cabe ressaltar que o autor defende no estudo alguns pontos polêmicos, como a noção de um “trabalhismo” e reformismo para o movimento organizado do Rio de Janeiro, e de um sentido mais doutrinário e classista para os operários paulistas. Há nele também uma tentativa bastante problemática de distinguir a classe operária, a massa desorganizada, do núcleo minoritário de quadros e da liderança de modo taxativo, salientando em consequência disto a pouca inserção dos ideais anarquistas no seio desta massa de

⁸ Referimo-nos principalmente às seguintes coletâneas de documentos: PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. A classe operária no Brasil (1889-1930)- documentos (vol. 1 – o movimento operário). São Paulo: Alfa-ômega, 1979; e (Vol. 2: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e estado). São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁹ Anos depois o trabalho é publicado, sob o título de Política e trabalho no Brasil. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Op. cit. p10. Como afirma o próprio autor, “essa formulação se inspira em pesquisas em curso da professora Emilia Viotti da Costa”, então realizadas na Universidade de Yale. Em outro artigo ele faz a mesma afirmação. Cf.: “O operariado industrial na Primeira República” In: FAUSTO, Boris (dir.) História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano. TOMO III, Vol. 2 – Sociedade e Instituições (1889-1930). 2ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: DIFEL, 1978.p.137.

¹¹ Cf. FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL, 1976.

trabalhadores. Segundo Cláudio Batalha,¹² este aspecto, dentre outros, levaria o autor a possuir “uma tendência a julgar negativamente o movimento operário”.

Claro, mesmo neste período, alguns estudos refletem uma orientação contrária a esta, e tendencialmente favorável aos anarquista, como é o caso dos estudos de Edgar Rodrigues¹³ e, escrito um pouco depois, de Francisco Foot Hardman.¹⁴ A trajetória da pesquisa de Edgar Rodrigues, inclusive, é sintomática do caráter político destes estudos. Em sua pesquisa sobre a história da imprensa social no Brasil, por exemplo, apesar de deixar claro que “sua investigação está distante de ser um trabalho completo”, ele espera contribuir com outros estudos “para o conhecimento de um dos períodos mais relevantes da construção do movimento operário brasileiro.”¹⁵ Mais adiante, de qualquer modo, ele reafirma sua posição anarquista, e faz uma severa crítica a estudiosos do operariado que só percebem o seu movimento quando ele, “de alguma forma começou a ser domesticado pela burocracia do estado [sic] ou dirigido por essa vanguarda detentora da verdade histórica: o partido comunista”¹⁶. E conclui que tais pesquisadores

quando usam esse material fazem-no com espírito de médico legista. Para eles, os jornais operários são cadáveres a dissecar para valorizar seus títulos acadêmicos [...] estes ‘historiadores’, invariavelmente, concluem o pré-concebido: ‘as idéias anarquistas não estavam adequadas à realidade brasileira’¹⁷

Particularmente, com relação aos primórdios da imprensa operária, Maria Nazareth Ferreira assume postura diferente em seu estudo sobre o tema.¹⁸ Dois pontos, particularmente, nos interessam aqui. Primeiro, ela aponta para as relações entre comunicação e processo de urbanização, e segundo, para a posição de destaque dos operários gráficos no movimento operário na medida em que eles eram os porta-vozes das idéias e notícias que embalavam a ação operária. Esta posição gerava conflitos com trabalhadores de outros setores, onde “muitas vezes os gráficos foram acusados de tomar decisões individualistas que prejudicavam o movimento operário, já que qualquer atitude de seu sindicato refletia imediatamente nas

¹² BATALHA, Cláudio. Op. cit. p151.

¹³ RODRIGUES, Edgar. Nacionalismo e cultura social (1913-1922). Rio de Janeiro: Laemmert, 1972; e Pequena história da imprensa social no Brasil. Florianópolis: Insular, 1997.

¹⁴ HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3ed. rev. e ampl. - São Paulo: Ed. UNESP, 2002. A primeira edição, ligeiramente diferente desta, é de 1983.

¹⁵ RODRIGUES, Edgar. Pequena história da imprensa social no Brasil. Op. cit.. p12.

¹⁶ IDEM, IBIDEM. p 34.

¹⁷ IDEM, IBIDEM.

¹⁸ FERREIRA, Maria Nazareth. A imprensa operária no Brasil (1880-1920). Petrópolis: Vozes, 1978. Uma outra posição até certo ponto coincidente com esta é a de SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 4ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

outras categorias profissionais.”¹⁹ Leila Blass, apesar de trabalhar com uma conjuntura posterior, (a da crise dos anos 1920) interpreta de modo semelhante o tema.

Estudos mais recentes, como o caso de Artur Vitorino e Luís Balkar Pinheiro²⁰ revelam um aprofundamento no tratamento da problemática tanto da constituição de uma imprensa operária, como na relação estabelecida entre os tipógrafos e as demais categorias de trabalhadores. De modo geral, poderíamos afirmar que tais estudos apontam para uma regionalização da discussão e para o entendimento da classe dos tipógrafos como uma entre outras categorias de trabalhadores ativos. Mesmo levando-se em conta a ampliação dos tipos de fontes manejados nestas pesquisas, a importância da imprensa operária como documentação excepcional para a reconstrução da história do movimento operário no país não deixa de continuar sendo salientada.

II - NOVAS PERSPECTIVAS

Num outro momento histórico, no início dos anos 1980, a conjuntura de reivindicações sociais pela qual passava o Brasil faz surgir novos grupos de pressão popular (as chamadas minorias) e o chamado “novo sindicalismo”. A discussão acerca dos movimentos sociais será re-configurada, pondo em questão o papel da classe operária. Em parte, estes questionamentos derivam, como reflexos tardios, das manifestações estudantis de 1968. Eder Sader expressa com força a novidade daquele momento:²¹

Eu não estava simplesmente diante de um momento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem [...] o fim dos anos 70 assistia à emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastado com o libertário, das primeiras décadas do século, ou com o populista, após 1945. (grifo nosso)

¹⁹ IDEM, IBIDEM. p121.

²⁰ Cf. VITORINO, Artur José R. Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Anablume/FAPESP, 2000; PINHEIRO, Luís Balkar. “Imprensa e mundos do trabalho na *Belle Époque* manauara. In: XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH. João Pessoa, PB. Anais do ... João Pessoa:ANPUH-PB, 2003.

²¹ SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Pp36-37.

Do ponto de vista da produção historiográfica, neste quadro de surgimento de novas possibilidades de identificação dos agentes sociais que não exclusivamente pela noção de “classe social”, tiveram forte impacto no Brasil as obras de três historiadores europeus. Primeiramente, dois inovadores marxistas ingleses: Edward Thompson²² e Eric Hobsbawm,²³ e logo depois as pesquisas de Michelle Perrot.²⁴ Entre os efeitos advindos desta História Social podem ser enumerados “a ampliação dos temas e enfoque”, quando “momentos de luta excepcionais cederam espaço para as condições de existência diárias”; ocorre também uma “ampliação da cronologia”, além da “diversificação das fontes tradicionais”, trazendo “mudanças aos recortes geográficos.”²⁵ Particularmente uma artigo de Thompson²⁶ terá grande impacto, na medida em que questiona o caráter “coisificado” que se imprime à noção de “classe social”, possibilitando a recuperação da historicidade constitutiva dos grupos sociais.²⁷

Deste contexto, são ilustrativas as obras de Maria Auxiliadora Guzzo de Decca,²⁸ de Sidney Chalhoub²⁹ e de Margareth Rago³⁰. Esta última, constrói uma nova problemática para estudar os trabalhadores, aliando Edward Thompson e Michel Foucault³¹ e rompendo com o paradigma de interpretação comunista:

Embora situados em campos teóricos e metodológicos diferenciados, Thompson e Foucault chamam a atenção para outros momentos do exercício da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas ‘não-organizadas’ do proletariado e desfazer o generalizado mito do atraso e do apoliticismo dos libertários³²

²² THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. Trad. de Denise Bootmann (vol I e III) e de Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida (vol II)– Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; e Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. de Rosaura Eichemberg; revisão técnica de Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes – São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

²³ HOBBSAWM, Eric J. Os trabalhadores: estudos sobre a história do Operariado. 2ed. Trad. de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros - São Paulo: Paz e Terra, 2000; Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária. 2ed. Op. cit.; e Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz. trad. de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira - São Paulo: Paz e Terra, 1998.

²⁴ PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. 2ed. Trad. de Denise Bottman - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

²⁵ BATALHA, Cláudio. Op. Cit. pp153-154.

²⁶ Referimo-nos ao famoso artigo “A sociedade inglesa no século XVII: luta de classes sem classes?”, que teve suas principais idéias re-elaboradas em uma versão mais recente nos artigos “Introdução: costume e cultura” e “Patrícios e Plebeus” In: Costumes em comum. Op. cit. (pp13-85)

²⁷ Esta mudança de perspectiva esteve fortemente atrelada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho, da Unicamp, ao longo da década de 1980.

²⁸ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁹ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

³⁰ RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

³¹ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1977.

³² RAGO, Margareth. 1985. Op. cit. p14.

Como decorrência direta deste novo tratamento, percebemos um enriquecimento considerável nas formas de abordagem da História do Trabalho no Brasil desde então. A título de ilustração, as novas pesquisas exploram, dentre outros aspectos, categorias como a representação,³³ recuam o período de estudo sobre a construção do mundo do trabalho para todo o século XIX,³⁴ promovem intersecções entre a temática do trabalho e outras, como a educação.³⁵ Em outra vertente, passa a ser explorada a construção de uma ética e de uma razão para a sociedade do trabalho capitalista que interiorize uma disciplina/submissão nos trabalhadores.³⁶ Novas fontes são empregadas, como no caso das imagens na pesquisa de Maria Ciavatta.³⁷

Por maiores que tenham sido as inovações ocasionadas ao longo das décadas de 1980 e 1990, é necessário ressaltar um traço em comum nestes estudos de historiadores sobre o tema mais amplo do Trabalho. Sua perspectiva é a da História Social, do trato que não se desgarre por demais das evidências. A partir deste entendimento, são poucos os estudos que encaram os trabalhadores e seu mundo através de uma ótica culturalista extremada, como aponta o estudo de Jacques Racière.³⁸

Um outro campo da História do movimento operário que vem ganhando força desde então é o da investigação das formas de recepção e elaboração das idéias socialistas entre os primeiros militantes. Nesta perspectiva, o filósofo Leandro Konder procura compreender como se dá a interpretação das idéias de Marx no contexto histórico da Primeira República, concluindo que “o nascente marxismo brasileiro foi levado a se ‘adaptar’ a um quadro caracterizado pelo esvaziamento sistemático da reflexão.”³⁹ Com caráter mais historiográficos, os estudos de Cláudio Batalha e de Marcus Vinicius Pansardi não julgam a

³³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Trabalhadores e máquinas: representações do progresso (Brasil: 1880-1920)”. In: Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, Ed. UFRG, Nº 2, maio de 1994. (pp. 165-82)

³⁴ BARREIRO, José Carlos. “Instituições, trabalho e luta de classes no Brasil do século XIX” In: Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 7, Nº 14. Mar/ago de 1987. (pp. 131-49); e SOARES, Luis Carlos. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX” In: Revista Brasileira de História. São Paulo, Vol. 8, Nº 16, mar-ago/1988. (pp. 107-42)

³⁵ GITAHY, Maria Lúcia Caira ET ALLI. Trabalhadores urbanos e ensino profissional. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

³⁶ COLBARI, Antonia L. Ética do Trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional. São Paulo: Letras e Letras/Ed. UFES, 1995; e CARMO, Paulo Sérgio do. História e ética do trabalho no Brasil. São Paulo: Moderna, 1998.

³⁷ CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

³⁸ RACIERE, Jacques. A noite dos proletários: arquivos do sonho operário. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

³⁹ KONDER, Leandro. A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p199

deturpação das idéias socialistas.⁴⁰ Pelo contrário, tentam compreender as condições e formas de circulação/divulgação destas idéias, destacando o papel da II Internacional (1889), mas também a forte tradição cultural francesa no Brasil, que terminaria por explicar a importância de pensadores naquela conjuntura, que hoje são verdadeiros “desconhecidos”. Este tipo de posicionamento nos ajudou sobremaneira a lançar um olhar menos preconceituoso às idéias defendidas, à leitura e à escrita que se realizavam em torno do socialismo no período estudado.

III – ESTUDOS REGIONAIS: ALAGOAS

Com a exceção do livro de Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi⁴¹ que traça um panorama geral da industrialização e do trabalho no Brasil, e de alguns textos para-didáticos que fazem colocações de ordem mais geral, num esforço de síntese,⁴² quase não existe estudos que abordem a temática das classes trabalhadoras em âmbito efetivamente nacional. Mesmo obras que possuem títulos abrangentes, como é o caso de “Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)”, de Sheldon Leslie Maram, na verdade se configuram como pesquisas de caráter regional. No prefácio deste livro, por exemplo, Maram indica que baseou sua análise “nas três cidades que eram os centros da indústria, do comércio e do sindicalismo: Rio de Janeiro, São Paulo e Santos.”⁴³ Ou seja, o título da obra, de caráter mais abrangente, se constitui na verdade como estratégia editorial, não refletindo a dimensão geográfica dada ao objeto em questão. Na medida, então, que as condições apresentadas para o eixo Rio de Janeiro - São Paulo, por suas próprias especificidades, não são aplicáveis para as outras regiões do país, precisa ser pensada com mais atenção a contribuição da história

⁴⁰ PANSARDI, Marcus Ricardo. “O socialismo dos modernos e o socialismo dos antigos: a incorporação do vocabulário ideológico da II Internacional pelo movimento socialista brasileiro” In: História Social. Campinas: UNICAMP, N° 1, 1994. (pp. 65/94); e BATALHA, Cláudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX” In: MORAES, João Quartim de (org.) História do marxismo no Brasil – vol II: os influxos teóricos. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. (pp. 11-44)

⁴¹ HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20). 2ed. São Paulo: Ática, 1991.

⁴² Cf. SEGATTO, José Antonio. A formação da classe operária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; e REZENDE, Antonio Paulo de M. História do movimento operário no Brasil. 3ed. São Paulo: Ática, 1994.

⁴³ MARAN, Sheldon L. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920) Tradução de José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p11.

regional à história do operariado no Brasil. Um bom exemplo desta proposta é o que vem sendo realizado no Rio Grande do Sul.⁴⁴

Para o Nordeste, especificamente, são poucos os estudos sistemáticos que abordam a história do trabalho. Alguns pesquisadores, na medida em que falam sobre o desenvolvimento econômico da região, terminam fazendo considerações sobre a transição para o trabalho assalariado, sobre a formação do mercado de trabalho e a sua relação com o surgimento das grandes cidades.⁴⁵ Outros se dedicaram esporadicamente à temática, produzindo artigos de circulação restrita.⁴⁶ Alguns programas de Pós-Graduação, aos poucos, vêm produzindo um material que começa a revelar as especificidades da história da classe trabalhadora no Nordeste. Tendo em vistas nosso recorte, analisaremos especificamente o caso de Alagoas, fazendo antes uma breve nota sobre a historiografia sobre o tema em Pernambuco.

Até onde conhecemos, para Pernambuco contamos com um artigo de Aluísio Franco Moreira e com a coletânea sobre “Manifestações operárias e socialistas em Pernambuco.”⁴⁷ Junto com esta produção, destacam-se os estudos realizados pelo antropólogo José Sérgio Leite Lopes⁴⁸ e por Antonio Paulo Rezende.⁴⁹ Este último, em sua dissertação, reconstrói a difícil trajetória do movimento operário no Recife, destacando as disputas entre o sindicalismo cristão, o socialismo reformista e o anarco-sindicalismo pela hegemonia do movimento. Destaca ainda a problemática da formação da classe trabalhadora em uma região de capitalismo periférico e a construção de sua identidade.⁵⁰

Para o caso específico de Alagoas, o estudo de Moacir Medeiros de Sant’Anna sobre as primeiras greves no Estado, e os de Luiz Sávio de Almeida sobre aspectos do movimento operário inauguram, em forma de artigos, o estudo dos “seguimentos não vistos” nesta

⁴⁴ Ver especialmente PETERSEN, Silvia Regina. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira” In: ARAUJO, Ângela M. C. (org.) Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997. (pp85-103)

⁴⁵ Cf. EISEMBERG, Peter G. Modernização sem mudança – a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Trad. de João Maia - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.; PERRUCCI, Gadiel. A República das usinas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; e GAREIS, Maria da Guia Santos. Industrialização no Nordeste. Rio de Janeiro: Notrya, 1994.

⁴⁶ É o caso de Ibarê Dantas, com o artigo inédito: “Notícia da imprensa operária sergipana (1891-1935)”. Infelizmente, não obtivemos acesso a este texto.

⁴⁷ MOREIRA, Aluísio Franco. “As idéias socialistas e classes sociais em Pernambuco na República Velha” In: SYMPOSIUM – Revista da UNICAP, Recife, vol. 25, Nº 1, 1983. (pp.79-88); VV.AA. “Manifestações operárias e socialistas em Pernambuco” In: Cadernos de História – Recife: UFPE/Dep. de História, 1987. (mimeo)

⁴⁸ LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Ed. UNB, 1988.

⁴⁹ REZENDE, Antonio Paulo. A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922). Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1987. (mimeo); e “A formação da classe operária em Pernambuco: algumas divagações metodológicas” In: CLIO – Revista do curso de Mestrado em História da UFPE. Recife, Ed. UFPE, Nº 9, 1987. (pp. 8-19)

⁵⁰ REZENDE, Antonio Paulo. “A formação da classe operária em Pernambuco: algumas divagações metodológicas” Op. Cit.

sociedade.⁵¹ O pioneirismo destes artigos lhes confere, por vezes, um caráter descritivo. Neste sentido, apenas o texto “A República e o movimento operário em Alagoas” constrói um quadro analítico mais amplo. De modo geral, o estudo da classe operária aqui circunscreve-se aos seus “momentos fortes” (greves, reivindicações, etc.) e ao clássico período dos seus primórdios na Primeira República, além de lançarem mão principalmente dos periódicos.

Dentre as principais hipóteses indicadas nestes escritos, destacamos: a) o regime republicano, pela igualdade jurídica, trás a oportunidade de reivindicações para a classe operária;⁵² b) o socialismo é um termo vago: mutualistas, cristãos reformistas e socialistas se confundem em alguns momentos; c) o movimento só pode ser entendido tendo como pano de fundo, de um lado, o aprofundamento das relações de produção capitalista, comandado em suas linhas gerais por uma elite conservadora, e a formação de um operariado de pequena expressão numérica: vistos como “agulha no palheiro”. Esta interpretação, se revela todo o “heroísmo da militância”, aponta também para o “descompasso entre o propósito e a possibilidade.”⁵³

Apesar de tratarem a classe operária alagoana de maneira não central, gostaríamos de destacar outros dois estudos. Um deles é o já lembrado “História da indústria e do trabalho no Brasil.”⁵⁴ Apesar de ser de caráter geral, a obra tenta articular a formação e o movimento operários no Estado com o contexto nacional. Os autores reforçam o papel do anarquismo na região citando a participação de delegações locais nos dois Congressos Operários Brasileiros (1906 e 1913) que lançaram teses de caráter predominantemente anarquistas, reforçando indícios de uma tradição que perduraria até o fim da segunda década do século XX. Para os autores, “em Alagoas, o anarquismo estava razoavelmente implantado, através de entidades como a ‘Sociedade dos Irreverentes’(1917) e a ‘Congregação Libertadora da Terra e do Homem’ (1918).”⁵⁵

⁵¹ Cf. SANT’ANNA (de), Moacir Medeiros. “Primeiros movimentos grevistas em Alagoas” In: Revista do CCHLA. Nº 4. Maceió: EDUFAL, 1987. (pp.56-60); e os artigos de ALMEIDA (de), Luiz Sávio. “A República e o movimento operário em Alagoas (A redenção dos filhos do trabalho)” In: Anais do Simpósio Cem Anos de República. Maceió: EDUFAL, 1989. (pp. 38-88); “A greve dos Ferroviários em 1909” In: Revista do CCHLA. Nº 5. Maceió EDUFAL, 1990. (pp. 7-13); “Breve reflexão sobre a mulher na indústria têxtil: Alagoas, 1920” In: Revista do CCHLA. Nº 6. Maceió EDUFAL, 1991(pp31-3); e “Raízes do comunismo em Alagoas” In: Debates de história regional. Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Nº 1. Maceió, 1992. (pp. 117-137) A análise empreendida aqui, tendo em vistas o que nos interessa, desconsidera as marcantes diferenças historiográficas existentes entre os dois autores.

⁵² SANTANA (de), Moacir Medeiros. “Primeiros movimentos grevistas em Alagoas”. Op. cit.p56.

⁵³ ALMEIDA (de), Luiz Sávio. “Raízes do comunismo em Alagoas” Op. cit. p 118.

⁵⁴ HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. Op. cit.

⁵⁵ IDEM, IBIDEM. p 321 - nota 118.

O outro texto é “Memória e omissão: anarquismo e Octávio Brandão” de Alice Anabuki Plancherel.⁵⁶ Apesar de trabalhar com a história de vida numa abordagem sociológica e de quase não utilizar fontes primárias, a pesquisadora consegue traçar um panorama acerca das origens do proletariado alagoano e da luta de classes aqui instalada. Para a autora, a formação do proletariado deve ser entendida como parte do processo de introdução de relações capitalistas na região, devendo-se destacar as especificidades de cada um dos setores produtivos (canavieiro, têxtil, ferroviário e naval). Neste sentido as estratégias, hegemonia do movimento e condições de atuação, estariam ligados ao setor econômico em que trabalham os líderes do movimento operário. A tese central do seu trabalho é a de que Octávio Brandão em suas memórias omitira o máximo possível de sua fase de militância anarquista. Desta forma, indiretamente, ele contribuiria para diminuir o entendimento da importância do movimento libertário em Alagoas e no Brasil. Assim, não só eles (os anarquistas) teriam um papel mais efetivo do que o que a historiografia local lhe concede, como proporião a ampliação da questão política às condições de trabalho no campo e a outros grupos marginalizados.⁵⁷

IV- O QUADRO ATUAL

Após o advento da Nova República (1985) e a conseqüente “democratização” do Estado brasileiro, gradativamente desaparece o “horizonte da revolução” entre os historiadores surgindo com mais ênfase o interesse pelas pesquisas relacionadas com a construção da cidadania.⁵⁸ Junto à História do Trabalho, este interesse é encarado de forma inovadora no livro “Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil”, de Ângela de Castro Gomes.⁵⁹ Rediscutindo a legislação social no Brasil, a autora aponta 1917/8 como momento inicial de elaboração dos Direitos do Trabalho no Brasil, redimensionando inclusive o papel da Revolução de 1930 e da Era Vargas quanto a este ponto.

Constituindo-se em sugestiva linha de pesquisa, a legislação trabalhista e a construção da cidadania entre os trabalhadores é o objeto de pesquisa de dois novos brasilianistas. Bárbara Weistein traça um quadro da política de “paz social” existente nas estratégias de

⁵⁶ PLANCHEREL, Alice Anabuki. Memória e omissão: Anarquismo e Otávio Brandão. Maceió: EDUFAL, 1997.

⁵⁷ IDEM, IBIDEM. p 68.

⁵⁸ Cf. DECCA (de), Edgar. “A revolução acabou” In: Revista Brasileira de História. Vol 10, N° 20. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, março/agosto de 1990. (pp63-74)

⁵⁹ GOMES, Ângela de Castro. Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Campus, 1979.

disciplinamento, de educação e de lazer encampadas pelo SESI e pelo SENAI entre 1920 e 1964, mostrando que neste projeto político, os trabalhadores também obtiveram ganhos concretos, numa esfera de negociação que se abre entre estes, os empresários e o Estado.⁶⁰ Na mesma linha, John D. French retoma os estudos sobre a legislação trabalhista para, a partir da CLT, discutir até que ponto se dá a realização efetiva destes direitos, buscando o que ele chama de “cultura política” entre os trabalhadores brasileiros.⁶¹

Como estudioso da História do Trabalho na América Latina, French se esforça para fazer uma releitura da bibliografia sobre o tema produzida no continente. No “Ensaio Bibliográfico” contido no livro citado e num artigo de “reflexão autocrítica” o historiador norte-americano critica a concentração destas pesquisas na história do trabalho moderno, assalariado, capitalista e industrial.⁶² Para o caso brasileiro, especificamente, critica tanto os historiadores que apontam para a ideologia da “outorga” dos direitos trabalhistas, como para a interpretação de “artificialismo” destas leis. Para ele, ambas as posturas possuem um fundo comum: o medo em se pensar a classe trabalhadora no Brasil através de sua própria história e características, sem recorrer a modelos idealizados europeus. Prosseguindo em sua crítica a esta historiografia, afirma que

As peculiaridades da formação da classe operária no Brasil exemplificam processos típicos de muitos países periféricos de industrialização recente, inclusive no que diz respeito ao papel do Estado na organização jurídico-institucional da representação e do enquadramento das classes subalternas. Em termos da história operária mundial do século XX, podemos afirmar sem temer contradição que a trajetória brasileira – com a centralidade das iniciativas estatais de industrialização e o fomento da organização operária – está mais próxima do padrão mundial do que os casos inglês e francês do século XIX, ainda hoje privilegiados em comparações internacionais na história do trabalho.⁶³

Parece-nos, para concluir, que há em pleno curso um movimento de revisão sobre a história do trabalho no Brasil. Esta revisão, como diria Francisco Foot Hardman, está atrelada a moda de um certo “liberalismo pseudo-anárquico”.⁶⁴ De qualquer forma, é difícil detectar

⁶⁰ WESTEIN, Barbara. (Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964); trad. de Luciano Vieira Machado.- São Paulo:Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

⁶¹ FRENCH, John D. Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. Trad. de Paulo Fontes – São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2001.

⁶² Para o ensaio, ver IBIDEM, pp. 75-93, e para o artigo, ver. “A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica” In: História - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. Vol. 6, Nº6, 2002. (pp.11-28)

⁶³ FRENCH, John D. Afogados em leis. Op. cit. p93. Daniel James, outro especialista em História do trabalho na América Latina, compartilha da mesma postura. Ver “O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana” In: ARAUJO, Ângela M. C. (org.) Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira. Trad. de Antonio Luigi Negro - São Paulo: Scritta, 1997. (pp117-140)

⁶⁴ HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão! Op. cit. p237.

até que ponto esta produção é menos comprometida politicamente, pois então voltaríamos ao debate estritamente ideológico. Do mesmo modo, e pelo contrário, seria empobrecedor diminuir o mérito dos primeiros historiadores desta temática: afinal, eles lançaram as bases desta historiografia. Só com este fato torna-se possível o aprofundamento dos estudos na área e o preenchimento de lacunas, reformulação de hipóteses e correção de possíveis equívocos, como agora está acontecendo. Neste sentido, talvez seja mais sensato explicar este re-direcionamento pelo avanço e aprofundamento das pesquisas em História Social no país. Em sua atual fase, para a História Social não basta mais determinar estruturas e sistemas, e sim perceber as formas particulares como historicamente as pessoas vivem e concretizam suas experiências em determinados contextos. Este aprofundamento, causado pela utilização de novas fontes, técnicas e métodos, revela uma sofisticação pormenorizada que às vezes carece de um quadro mais amplo de interpretação.

É neste quadro, convém notar, que muitas vezes a historiografia da **classe** trabalhadora se esquece de seu fundamento próprio: a categoria de classe social. Se não é possível mais pensar esta categoria por si só, como definidora da postura que os grupos sociais irão assumir na sociedade,⁶⁵ tampouco podemos lhe negar a importância enquanto construtora de vínculos substanciais. Utilizando as palavras de Emília Viotti da Costa, cabe é procurar, historicamente, em suas diversas formas de manifestação como “a identidade de classe vem a prevalecer sobre outros tipos de identidade”.⁶⁶

V - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A partir da leitura desta bibliografia, tendo em vistas os modestos objetivos de um historiador, gostaria de refletir acerca de questões teóricas e metodológicas que envolveram as etapas de nossa pesquisa ao longo destes dois anos. Inicialmente, pensávamos analisar as “representações políticas” dos trabalhadores na imprensa operária alagoana entre 1885 e 1922. O contato e a manipulação da documentação disponível revelou a impossibilidade de levarmos adiante tal projeto. Entre idas e vindas, ao sabor do material que era encontrado nos arquivos e com os embates teóricos das leituras que realizamos, optamos por nos concentrar

⁶⁵ Vide as reflexões de CASTORIADIS, Cornelius. A experiência do movimento operário. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁶⁶ Apud GONÇALVES, Regina Célia. “Classe? Que classe? O debate teórico sobre a formação das classes: estruturalistas versus culturalistas” In: SAECULUM – Revista de História. João Pessoa, Ed. UFPB, Nº 4/5, dez. de 2000. (pp.33-51

nos tipógrafos e no discurso socialista, entre 1895 e 1905. Esta escolha deveu-se em grande medida à preservação da coleção d*O Trocista* (1898-1902), encadernada na Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, e pela existência de alguns jornais operários do Recife que possuíam, no mesmo período estudado, relações bastante próximas com a imprensa engajada de Maceió (principalmente o *Aurora Social*, no período entre 1901-1905).

Sem a pretensão de esgotar o objeto abordado, uma contradição tornava-se cada vez mais saliente em nossas análises do tema: como trabalhar num nível pertinente ao apontado pelo aprofundamento das pesquisas em história regional, pelo aumento dos tipos de fontes utilizadas e das novas abordagens oferecidas, em um Estado que possui ainda uma produção historiográfica acadêmica, para o período estudado, bastante acanhada? Como lançar um olhar pertinente com os rumos atuais seguidos pela historiografia em um período e sociedade que carece mesmo de olhares mais gerais? A saída utilizada, a despeito dos perigos óbvios que generalizações (mesmo deste tipo) podem acarretar no entendimento do processo histórico, foi a de utilizar a comparação entre ordens históricas semelhantes. Esta comparação serviu, por exemplo, na elaboração de um quadro mais amplo sobre a formação da classe trabalhadora e para o entendimento dos mecanismos disciplinares para os quais a urbanização das grandes cidades do Brasil lançam mão neste período. Em outro nível, tivemos de induzir alguns dos aspectos das condições de trabalho e de relacionamento entre categorias distintas de trabalhadores dentro das oficinas tipográficas de Maceió, a partir de dados encontrados para as oficinas do Recife. Acreditamos que tais encaminhamentos, dados à questões desta natureza, resolveram satisfatoriamente as lacunas indicadas acima, inclusive no que se refere à documentação disponível.

Um outro nível de questionamentos surgiu na definição de categorias como as de classe trabalhadora e grupo social, por um lado, ou de consciência, experiência, representação social, identidade coletiva e discurso, por outro. No caso das primeiras, o problema girava em torno dos orientações dos historiadores marxistas britânicos que indicavam ser a classe social um processo relacional (e não algo estanque) que dependia de condições “objetivas” (relações de produção, etc.) e subjetivas (consciência de classe, etc.).⁶⁷ Como visto acima, o momento atual das pesquisas sobre história da classe trabalhadora aponta para uma crise na área, devido a sua dispersão, ocasionada pela intersecção com outras temáticas (história das mulheres, história da educação, etc.) e pelos variados enfoques metodológicos (história oral, utilização de

⁶⁷ Apesar de algumas divergências, com relação a estes aspectos gerais, Thompson e Hobsbawm estão de acordo. Cf. THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. Op. cit. especialmente o vol. I, e Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Op. cit.; e HOBBSAWM, Eric J. Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária. 2ed. Op. cit. especialmente os artigos “Notas sobre consciência de classe” (pp35-55) e “o fazer-se da classe operária britânica” (pp273-297)

imagens, etc.).⁶⁸ Em outro sentido, no entanto, esta diversidade pode significar a riqueza dos caminhos a serem trilhados pelos pesquisadores que resolvam adentrar nas pesquisas sobre o mundo do trabalho. De qualquer forma, quando o objeto de estudo é a classe trabalhadora, no entanto, é necessário ter em vistas em que medida a categoria “classe” é ordenadora de todas estas fraturas identitárias. Como apontou Francisco Foot Hardman:⁶⁹

A formação da classe operária no Brasil foi um processo complexo por sua própria *composição*. Uma heterogeneidade básica acompanha seu surgimento no cenário da história da sociedade brasileira. Desigual distribuição geográfica (recai-se na configuração de uma ‘classe operária descentralizada’), composição étnica diversificada (predominância de imigrantes estrangeiros de várias nacionalidades), intensa variedade etária e sexual (presença expressiva de crianças e mulheres na força de trabalho) e uma estrutura ocupacional das mais heterogêneas (ofícios artesanais e profissões de terciário entremeados a ocupações produtivas propriamente industriais), sem contar a fronteira amplamente difusa entre trabalho urbano e rural, todos esses elementos perturbam o traçado de limites de ‘classe’ que informem ao mesmo tempo essas disparidades do ponto de vista econômico. É a condição de ‘classes subalternas’ dentro da sociedade e diante do Estado que aproxima essas múltiplas categorias de trabalhadores: é no nível do político e do ideológico que se deve buscar a identidade (grifo no original)

A classe trabalhadora no Brasil na virada para o século XX seria algo parecido com uma “coleção de pequenos mundos”.⁷⁰ No período estudado, não há uma relação orgânica (e nacional) entre os assalariados aglutinados nos núcleos urbanos que permita inferir que já esteja formada uma classe no país. De posse destas reflexões, indicamos que os trabalhadores aos quais nos referimos devem ser entendidos em um sentido ampliado como “classe-que-vive-do-trabalho”,⁷¹ que se circunscreve em sua atividade ocupacional, ao núcleo da cidade de Maceió e aos operários das fábricas de tecido que circunvizinham a cidade.

Como nosso estudo detém-se principalmente nas questões ligadas à subjetividade deste processo de formação de classe, um dos conceitos que destacamos foi o de experiência. Edward Thompson encara tal conceito como sendo a “influência do ser social sobre a consciência social”.⁷² Apesar de considerá-la uma categoria um tanto quanto “imperfeita” o

⁶⁸ ver BATALHA, Cláudio M. H. “ A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências ” In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ed. São Paulo: Contexto, 1998.

⁶⁹ HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3ed. Rev. e ampl. - São Paulo: Ed. UNESP, 2002. p275.

⁷⁰ HOBBSAWM, Eric J. em “O fazer-se da classe operária britânica” aponta esta condição para os trabalhadores ingleses no período pré-cartista. In: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Op. cit. p278.

⁷¹ Ver ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3ed. São Paulo: Boitempo, 2000. especialmente o artigo VI “A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje” (pp101-17).

⁷² THOMPSON, Edward. P. *A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981. p12.

historiador britânico indica que esta fora a melhor saída encontrada para indicar uma série de fenômenos que “compreende as resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”.⁷³ Ressaltando o caráter contraditório da teorização deste conceito, Artur Vitorino desdobra a reflexão em torno deste tema indicando que a experiência “torna-se experiência de classe a partir do momento em que ela vai mediar relações de produção (leia-se: ‘ser social’) e consciência de classe (leia-se ‘consciência social’)”.⁷⁴ Apesar dos questionamentos que são levantados sobre este conceito, cremos que ele nos levou a atentar mais às especificidades das condições subjetivas de formação de uma identidade coletiva para os trabalhadores urbanos de Maceió, sem perder de vistas os condicionamentos objetivos antepostos a esta realidade. Em outras palavras, a opção de focar em nosso estudo a subjetividade dos trabalhadores urbanos de Maceió, especialmente dos gráficos, deve-se à disponibilidade maior de fontes que privilegiam este tipo de abordagem e ao estágio de desenvolvimento inicial para estudos acerca da economia e da industrialização alagoana do período. Por fim, como afirma Cláudio Batalha, estudar aspectos subjetivos na constituição de uma identidade de classe não significa descuidar dos aspectos objetivos. Tal escolha

Não quer dizer que o processo de trabalho, o tipo de estabelecimento industrial, o grau de mecanização da produção, o número de trabalhadores por empresa fossem fatores irrelevantes na experiência dos trabalhadores. No entanto, isso não deve conduzir a estabelecer uma relação automática entre a forma assumida pelo trabalho e a existência da classe operária, que, mais que uma decorrência da forma de trabalho, é o modo como esses trabalhadores se percebem.⁷⁵

Daí chegamos ao conceito de identidade coletiva. Ele entra na área de interesse dos historiadores através de contatos com outras áreas das Ciências Sociais. Basicamente, tais identidades seriam entendidas como construções políticas e sociais que constroem subjetividades a partir da comunhão de vivências, interesses e/ou determinados objetivos em comum.⁷⁶ As implicações políticas da identidade forjada pelos gráficos, então, seriam contrapostas à da elite burguesa e oligárquica local. Em outro sentido, ela objetivava

⁷³ IDEM, IBIDEM. p15.

⁷⁴ VITORINO, Artur José Renda. “Notas sobre a teoria da formação de classe em E. P.Thompson” In: História Social. Revista da Pós-Graduação em História. Nº 4/5. Campinas, Unicamp, 1997/1998. (pp.157-173) p169.

⁷⁵ BATALHA, Cláudio. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano, vol.I: o tempo do liberalismo excluyente (da Proclamação da República à Revolução de 1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (pp161-189). p164.

⁷⁶ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos” In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13, Nº 38. São Paulo, outubro de 1998.

representar os gráficos como a liderança legítima diante de todos os outros trabalhadores. Entendida deste jeito, fica difícil distinguir identidade e representação.

Deve-se deixar claro, ainda, que não pretendemos adentrar no campo da história cultural.⁷⁷ Apesar de exploramos aqui pontos que possuam contato com esta área de estudos, nosso ponto de partida é o de que os agentes sociais apresentados aqui existiram e acreditaram nos mecanismos identitários que forjaram para si. Com que princípio de autoridade poderíamos interpretar que tudo não passava de representação, de simulacro, se tal identidade mobilizou as ações de tais agentes?⁷⁸ Mesmo um autor como Roger Chartier reconhece a referencialidade de onde surge a possibilidade de criação destas representações, na medida em que ela estaria vinculada a ‘três realidades maiores’:

Primeiro, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; em seguida as formas de exibição do ser social ou do poder político [...] finalmente, a presentificação em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade.⁷⁹

Jurandir Malerba,⁸⁰ por sua vez, ao perceber que as representações decorrem da natureza social do ser humano, conclui que “as representações históricas não podem ser pensadas como discursos sem referente, mas inscrevem-se no processo da própria constituição dos grupos sociais, na qualidade de mecanismo identitário”. Ora, esta noção conflui para a do já citado Chartier pois ele identifica que as representações, enquanto construção discursiva, remetem “necessariamente às posições e às propriedades sociais objetivas, exteriores ao discurso, que caracterizam os diferentes grupos, comunidades ou classes que constituem o mundo social”.⁸¹

Assim, pretendemos verificar de que forma os gráficos, através de artigos de reflexão e doutrinação e da organização de entidades coletivas de trabalhadores, estabelecem uma prática social (que comporta, também, elementos discursivos) que sirva para identificar e diferenciar os sujeitos e práticas da luta política estabelecida. Ou seja: só nos interessa

⁷⁷ Para uma apresentação bastante polêmica acerca da história cultural, ver HUNT, Lynn (org.) A nova história cultural. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992.

⁷⁸ Cf. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2001. (Coleção Húmus)

⁷⁹ CHARTIER, Roger. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas” In: Estudos históricos. Vol. 7, Nº 13, 1994. (pp 100-113). p.108.

⁸⁰ MALERBA, Jurandir. “Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Bordieu” In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir. (orgs) Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000. (pp. 199-225). p.222.

⁸¹ CHARTIER, Roger. Op. cit. p. 106.

construir a trajetória percorrida pelos gráficos na constituição de uma identidade coletiva para os trabalhadores que ilumine as formas do embate relativo a luta de classes em Alagoas. Esta luta de classes só acontece tendo em vistas as condições objetivas existentes na relação de produção. A formação da classe trabalhadora, enquanto um resultado desta luta,⁸² é um processo bem mais amplo, que implicaria uma gama de estudos, um recorte espacial e uma diversidade de fontes bem maiores do que os utilizados aqui. Esperamos, apenas, ter dado uma contribuição ao estudo desta questão, no que toca à especificidade de Maceió.

⁸² Cf. THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. Op. cit. vol.I. e A miséria da Teoria. Op. cit. pp121.

CAPÍTULO I: ESPAÇO URBANO, MUNDO DO TRABALHO

Neste primeiro capítulo, procederemos a uma investigação preliminar acerca das formas, categorias e fazeres que se circunscrevem ao mundo do trabalho em sua relação direta com o espaço urbano da Maceió. Enfocando aspectos relacionados às condições e ao processo de trabalho, aos limites existentes entre trabalho e marginalização, bem como à higiene e a salubridade da cidade, pretendemos contribuir no esclarecimento acerca de quem é o sujeito a quem se refere – e a quem é referido – o discurso de identificação coletiva dos trabalhadores e do socialismo no período. Na caracterização da área urbana de Maceió, privilegiaremos espaços que estejam vinculados à reprodução social destes trabalhadores, ora enquanto local de trabalho ora enquanto moradia.

Esta relação entre mundo do trabalho e espaço urbano, para todo o Brasil e especificamente para Maceió, no entanto, precisa ser problematizada na medida em que se verifica cada vez mais na historiografia especializada a presença de indústrias de diversos tipos em ambientes rurais, suburbanos. Além do caráter descentralizado da industrialização brasileira, ressaltado por diversos autores, devemos levar em conta que até mesmo para a principal área de industrialização do Brasil, São Paulo, “a indústria nasceu disseminada por um espaço amplo, urbano e rural”.⁸³ Deste modo, Maceió, enquanto zona urbana, não esgota a área de abrangência de jornadas de trabalho assalariadas com atividades tipicamente operárias e artesanais. Esta se expande na direção do povoado da Cachoeira, de Fernão Velho e de Pilar. A dificuldade de precisar a distinção entre o urbano e o rural, de resto, serve para toda a economia do período. Como bem notou Antonio Barros de Castro, “o universo rural se projeta, imprimindo características fundamentais no desenvolvimento urbano-industrial que será, em boa medida, feito ‘à sua imagem e semelhança’”.⁸⁴

O MAPA DE MACEIÓ

⁸³ MARTINS, José de Souza. Subúrbio – vida cotidiano e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. 2ed. São Paulo: Ed. Unesp/HUCITEC, 2002. p 176.

⁸⁴ CASTRO, Antonio Barros de. 7 ensaios sobre a economia nacional Vol.1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977. p 142/3.

O porto de Jaraguá vem sendo referência central da historiografia alagoana para o entendimento da mudança de capital em 1839 e do processo de urbanização de Maceió ao longo do século XIX.⁸⁵ A transferência (1839) da Tesouraria da Fazenda Geral da cidade de Alagoas (um dos antigos nome da atual Marechal Deodoro) para Maceió reflete bem as melhores condições de embarque, desembarque e de segurança no armazenamento dos produtos, propiciadas pelo Porto de Jaraguá em relação ao da praia do Francês.⁸⁶ Desde então, alguns historiadores vêm discutindo sobre o seu desenvolvimento. Douglas Apratto Tenório⁸⁷ indica como momento inicial de modernização da cidade – e por extensão do Estado – a segunda metade do século XIX, com a chegada das ferrovias, o aumento dos jornais e dos divertimentos sociais. Craveiro Costa,⁸⁸ por sua vez, aponta que é com o advento da República que a cidade começa a tomar vulto e sair do marasmo de “uma aldeia crescida ao abandono do poder público” pois só com o novo regime os municípios ganham certa autonomia administrativa e financeira. Manuel Diegues Junior,⁸⁹ em seu ensaio sobre a Maceió republicana, e Félix Lima Junior,⁹⁰ em suas crônicas memorialísticas, acompanham, com um tom de saudosismo da velha cidade que se esvaía, a interpretação de Craveiro Costa.

A cidade, em inícios do século XX possuía quatro bairros:⁹¹ Maceió, Jaraguá e Levada, que ficavam na parte baixa da cidade, além do Alto do Jacutinga. Indo na direção Norte, arrastando-se preguiçosamente no nível do mar, temos o arrabalde da Mangabeiras e os povoados de Ipioca, Mirin, Garça Torta e Riacho Doce.⁹² Em direção ao Sul, temos na restinga entre o mar e as lagoas, o arrabalde do Trapiche e o povoado de Pontal da Barra. Ainda na área mais ao Sul, afastando-se do litoral, mas margeando ainda as lagoas, teríamos os arrabaldes de Mutange, Bom Parto, Bebedouro. Neste sentido, saía-se da cidade em direção da Fábrica de Fernão Velho e de outras três, que já ficavam em áreas pertencentes a outros

⁸⁵ BARROS (de), Theodyr Augusto. O processo de mudança de capital (Alagoas – Maceió): Uma abordagem histórica (1819-1859). Maceió: Ed.UFAL, 1991.

⁸⁶ IBIDEM, p86.

⁸⁷ TENÓRIO, Douglas Apratto. “O início da modernização na província de Alagoas” In: Revista do CCHLA/UFAL. Maceió: EDUFAL, ano II, nº 4, jun/1987. (pp.66-75)

⁸⁸ COSTA, Craveiro. Maceió. Maceió: DAC, 1981. p 176.

⁸⁹ DIEGUES JR., Manuel. “Evolução urbana e social de Maceió no período republicano” In: COSTA, Craveiro. Maceió. Op. cit.. (pp200-219)

⁹⁰ LIMA JR., Félix. Maceió de outrora- vol 1 (apresent. Por Théo Brandão). Maceió: DAC-MEC/APA-SENEC. 1976; e Maceió de outrora- vol 2 (org. e apresent. Por Rachel Rocha). Maceió: EDUFAL, 2001.

⁹¹ Este panorama foi baseado em JOBIM, Hugo. “Geographia” [sic] In: Indicador Geral do Estado de Alagoas. Typ. Commercial M. J. Ramalho: Maceió, 1902. pp9-48.

⁹² Uma possível distinção entre arrabaldes (ou subúrbios) e povoados seria que aqueles localizavam-se no contínuum do perímetro urbano propriamente dito, enquanto que para se chegar a estes, atravessava-se matagais e áreas desabitadas.

municípios.⁹³ Ao longo do capítulo que seguirá, apresentaremos características dos bairros de Jaraguá, Maceió e Levada, no que interessa aos propósitos delimitados em nossa pesquisa.

Sobre o quarto bairro, o Alto do Jacutinga, ele localiza-se num tabuleiro elevado no sentido Oeste da cidade. No início do século XX, começava o processo inicial de disputa pela posse de terrenos, que gradativamente se vão subdividindo em lotes menores. Contraditoriamente, o lugar é representado na imprensa da época ora como área mal assombrada, matagal que circunda a cidade, para onde corriam marginais, ora como novo bairro chique da gente “abastada”, que buscava paz e sossego em chácaras e sítios.

A POPULAÇÃO

Para uma melhor visualização do quadro populacional de Maceió e de sua evolução neste período, elaboramos um quadro que compara a capital alagoana com as duas maiores capitais do Nordeste.⁹⁴

ANO	SALVADOR	RECIFE	MACEIÓ
1872	129.109	116.671	27.703
1880	174.412	111.556	-
1890	-	-	31.498
1900	205.813	113.106	36.427
1910	-	-	45.000
1920	283.422	238.843	74.166

⁹³ Falaremos sobre estas fábricas na parte final deste capítulo.

⁹⁴ Fontes: FIBGE – Anuário Estatístico do Brasil Apud GAREIS, Maria da Guia Santos. *Industrialização no Nordeste*. Rio de Janeiro: Notrya, 1994; SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977; e LIMA, Lúcia Maria Cunha Alves de. *Industrialização e organização do espaço urbano: o caso de Maceió*. Recife, Dissertação de Mestrado em Geografia, 1982. (mimeo); *Verbete Maceió* In: *Encyclopedia e Dicionário Internacional*, Vol II. W. M. Jackson Editor, s/l, s/d. p. 6816. Alguns autores, em especial Craveiro Costa, irão criticar tais dados, reclamando das metodologias empregadas nos censos, e chegando a apontar números diversos para o censo de 1900. Estes números, no entanto, não alteram substancialmente o quadro apresentado acima. Cf. COSTA, Craveiro. *Maceió*. Maceió: DAC, 1981. pp191-4; e JOBIM, Hugo. “Geographia” In: *Indicador Geral do Estado de Alagoas*. Op. cit. Typ. pp30-31. Apesar das diversas reservas indicadas, até onde conhecemos, estes censos são a fonte mais segura para se conseguir informações mínimas acerca da população de Maceió e de seu crescimento no período estudado.

Embora Maceió, em números absolutos, esteja num patamar diferenciado em comparação com Salvador e Recife, entre 1872 e 1920, ela insere-se numa curva de crescimento populacional semelhante às destas duas capitais nordestinas. Aproximadamente, em 1872 a população de Maceió correspondia a quase 1/5 da população soteropolitana e a cerca de 1/4 da população recifense. Até 1920, esta proporção chegará a aproximadamente menos de 1/4 em relação à primeira e 1/3 em relação à segunda. No que se refere às taxas de crescimento apresentadas aqui, no entanto, as três capitais formam uma linha de crescimento muito lento numa primeira fase (1872 - 1900) enquanto que, numa segunda fase (1900 - 1920), tal evolução acentua-se, principalmente para os casos de Maceió e Recife.

No Estado, Maceió era seguida de perto por Viçosa, vindo logo depois União dos Palmares e Porto Calvo,⁹⁵ além obviamente de Penedo. Centro comercial e político desde a primeira metade do século XIX, para a cidade afluíam desde comerciantes e representantes de firmas estrangeiras até os pequenos agricultores e miseráveis, expulsos das áreas rurais pela ampliação dos canaviais, passando também pelos filhos de coronéis que vinham em busca de uma melhor educação e de colocação no quadro do funcionalismo estadual. Parece-nos que é neste período que a população da cidade começa a perder os laços de comunidade, característico dos pequenos núcleos populacionais, incorporando facetas da modernidade. Nas ruas, novos transeuntes compõem um quadro com elementos estranho. Uma parte dos seus habitantes não mais se reconhece nem sabe de suas origens e vida.

Àquela época, nas maiores cidades do país, acontecia o que Olgária Matos chama de passagem do “espaço qualitativo”, onde o homem pode se reconhecer pois a cidade ainda possui um “valor de uso”, para o “espaço quantitativo e abstrato”, onde o “valor-de-troca” determina um estranhamento por conta da “onipresença do trabalho abstrato na sociedade”.⁹⁶ Em Maceió, este processo estava em seus inícios e ainda não se completara. A cidade, então, mostrava-se com uma impressão singular de transição, resguardando-se uma certa “urbanidade insipiente”, na expressão de Rachel Rocha.⁹⁷

Começaremos a expor a seguir as principais formas de ocupação dos trabalhadores no espaço urbano de Maceió na virada para o século XX, seus afazeres e principais tipos de serviços prestados, discutindo aspectos desta construção do mundo do trabalho na cidade. Discutimos, também, as condições de vida e o processo de trabalho nas fábricas de tecidos que se localizam nas proximidades da capital alagoana. Elencamos as principais categorias de

⁹⁵ LIMA JR., Félix. Maceió de outrora- vol 1. Op. cit. p121.

⁹⁶ MATOS, Olgária. “A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social da lembrança” In: História viajante: notas filosóficas. São Paulo:Estúdio Nobel, 1997. (pp118-127) p118.

⁹⁷ ROCHA, Rachel. “Apresentação” In: LIMA JR., Félix. Maceió de outrora- vol 2. Maceió: EDUFAL, 2001. p206.

trabalhadores que estivessem atreladas diretamente às relações capitalistas, tanto no que se refere ao setor produtivo, como ao setor de prestação de serviços. Neste sentido, não tecemos maiores comentários acerca de ocupações importantes para a cidade, como a dos pescadores e dos lenhadores, tendo em vistas as delimitações de nosso tema. Um outro impedimento, no que se refere ao tratamento dado a esta parte, é o relativo à documentação utilizada. Os jornais (mesmo a imprensa operária) não favorecem um entendimento mais claro sobre determinados aspectos da constituição deste mundo do trabalho urbano. Assim, por exemplo, tornou-se praticamente impossível tratar com um mínimo de sistematicidade, da situação da mulher e das crianças no ambiente de trabalho. Sujeitas a uma dupla carga de silenciamento, constatamos com certa frustração que estes setores estão por merecer uma maior atenção dos historiadores locais.⁹⁸

O PORTO E OS ESTIVADORES

Ponte de entrada do capitalismo, o porto de Jaraguá reflete bem a condição primeira de Maceió – como aliás de praticamente todas as principais cidades do país - de ser uma cidade comercial, ligada ao atlântico, ao comércio pelo mar. O bairro de Jaraguá, então,

é a sede do grande commercio e de toda movimentação da capital; com alfandega, recebedoria central, trapiches alfandegados, armazens de depósito de generos de importação e exportação, agencias consulares, de seguros, de vapores, postal e telegraphica; associação commercial, bancos, *ship-chandlers*, restaurants, pontes de embarque e desembarque, capitania do porto; fabricas, diversas fundições, refinações etc.⁹⁹

⁹⁸ Já há uma historiografia relativamente densa acerca da problemática do gênero para outras áreas do país. Como exemplos, citamos PENA, Maria Valéria Junho. Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; MATOS, Maria Izilda Santos. Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho. Bauru: EDUSC, 2002 - especialmente o capítulo 4; para uma reflexão sobre esta historiografia, ver SOHIET, Rachel. “História das mulheres” In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 5ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. (pp275-296); para um exemplo da historiografia que se debruce sobre a criança, ver MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. “infância operária e acidente de trabalho em São Paulo” IN: PRIORE, Mary Del. (org.) História da criança no Brasil. 4ed. São Paulo: Contexto, 1996. (pp112-128).

⁹⁹ JOBIM, Hugo. “Geographia” In: Indicador Geral do Estado de Alagoas. Op. cit. pp.31-2.

Indo em direção ao bairro de Maceió, este comércio de grosso trato desfila-se dos navios e barcos para os trapiches e armazéns, e destes para as casas comerciais, no sentido dos trilhos de ferro. O porto de Jaraguá é também, sem dúvida, a ponte de desembarque da modernidade na cidade. Para fazer estas novidades chegarem ao principal bairro da cidade, a natureza é transformada: Surge o aterro de Jaraguá, a “racionalização” das águas do salgadinho e a ponte dos Fonseca. Daí a constância do relato dos gastos e desventuras com esta ponte entre os cronistas locais: ela é o símbolo de uma vitória, que permitirá consolidar a ordem capitalista na cidade.

Em 1896 eram quatro trapiches existentes em Jaraguá, além de mais um que mantinha-se em pé no outro lado da cidade, no Trapiche da Barra. Em 1902, este número sobe a sete.¹⁰⁰ Aparentemente, os trapiches serviam como ponto de apoio para embarques e desembarques. Apenas com a construção do cais, eles passam a servir simplesmente como depósitos. Uma série de trabalhadores tirava seu sustento de atividades que giravam em torno do Porto. Estivadores, doqueiros, lancheiros, carroceiros, etc. O trabalho de estivadores e doqueiros conjugava força e conhecimentos aprendidos pela experiência. Os navios eram de tipos diferentes; alguns produtos exigiam empilhamentos diferentes; outros não podiam ser misturados com qualquer carga, etc. Este saber “era fonte de orgulho e identidade para os estivadores”.¹⁰¹ Em regiões portuárias de menor movimento, como era o caso do Jaraguá em relação a outros portos do mundo e do Brasil, o sistema de trabalho tradicional deste período era o *free call* ou *shape up*, que no Brasil recebeu o nome de *parede*. Era um “sistema ocasional de trabalho” onde, de acordo com o movimento do porto no dia, o encarregado de contratações escolhe as “turmas” de doqueiros e estivadores que irão trabalhar naquele dia, ou mesmo por algumas horas.¹⁰² Este sistema, fica claro, favorece a toda espécie de clientelismo e de patronagem, dificultando a unidade entre os trabalhadores. Ainda mais porque havia certas divergências e richas entre os que trabalhavam nos navios - mais experientes e qualificados, e por isto melhor remunerados - e os que trabalhavam nos trapiches.

Neste ambiente de concorrência, os portuários que pretendessem obter melhores possibilidades de trabalho necessitavam ser “especializados”. Invés de se utilizar de diversos expedientes para conseguir bicos que lhe garantissem sustento nos dias de baixa movimentação do porto, era preciso estar por perto, demonstrar prontidão nas horas em que

¹⁰⁰ LIMA JR., Félix Lima. Maceió de Outrora, vol 1, Op. cit. p134.

¹⁰¹ GITAHY, Lúcia, “Trabalhadores do porto, movimento operario e cultura urbana em Santos, 1889-1914” In: SZMRÉCSÁNYI, Tamás e LAPA, José Robereto do Amaral (orgs.) História econômica da Primeira República. São Paulo: HICITEC/FAPESP, 1996. (pp321-339) p331.

¹⁰² IDEM, IBIDEM. pp321/2.

aparecessem carregamentos, tornar-se conhecido e assíduo.¹⁰³ Morar próximo ao porto passou a ser uma das estratégias utilizadas por esses trabalhadores para conseguir uma melhor posição/condição no trabalho. Nestes termos, é razoável pensar que a “mocambaria” de que fala Manuel Diegues Junior existente na Ponta da Terra não se constituísse apenas de pescadores, mas também da família deste outro grupo de trabalhadores.¹⁰⁴

Nesta categoria, os que não conseguiam uma melhor colocação, por certo comporiam aquele grupo de estivadores e trapicheiros que se dividiam em outros afazeres. Assim, uma forma de melhorar o ganho consistia em ir abaixo das pontes dos trapiches com açúcar, nas marés baixas, e colocar “latas vazias de querosene ou de banha, para aparar o melão que escorria [... para depois vende-los] a donos de carroças e de vacarias, que preparavam ótima garapa para os animais”.¹⁰⁵ Com ganhos parcos, estes trabalhadores necessitavam complementar a renda, mesmo que utilizassem de um artifício que os desclassificariam mais ainda enquanto portuários.

CORROCEIROS E CONDUTORES

A boa convivência entre os carroceiros e os portuários sempre foi apontada como fator de solidariedade entre as duas categorias, inclusive durante os “momentos fortes”, de greve e de reivindicações organizadas.¹⁰⁶ Deve pesar nisto a complementaridade de seus serviços – o de transportes. Um dos principais grupos dos carroceiros - e, em parte, os condutores de bonds - levavam e traziam diversos tipos de produtos entre o Jaraguá, as casas comerciais e as residências particulares. Os carroceiros possuíam uma vida mais difícil. Usando “camisas de tecido ordinário” labutavam desde as primeiras horas da manhã até o escurecer para conseguir alguns poucos “cobres” para levar a seus “lares paupérrimos”.¹⁰⁷ Necessitavam cuidar também dos cavalos e burros. Alguns não possuíam nem as carroças, tendo que alugá-la. Concentravam-se nos cruzamentos mais movimentados, circulavam até os arrabaldes mais distantes e tentavam evitar os trilhos. Num belo folheto, o já citado memorialista Felix Lima Junior indica que no início do século existiam mais de cem carroceiros na cidade, pagando a

¹⁰³ IDEM, IBIDEM, p324.

¹⁰⁴ DIEGUES JR., Manuel. “Evolução urbana e social de Maceió no período republicano” . Op. cit. p202.

¹⁰⁵ LIMA JR., Félix. Maceió de Outrora, vol 1. Op. cit. p134.

¹⁰⁶ Conferir GITAHY. “Trabalhadores do porto, ...” Op. Cit.

¹⁰⁷ LIMA JR, Félix. Maceió de Outrora, vol 1. Op. Cit. vol 1, 107-9.

décima ao município.¹⁰⁸ E entre os seus atributos era exigido um certo nome na praça e a honestidade: “sendo homens pobres, vivendo em dificuldades, a maioria, entretanto, entregavam [sic] intactos, valores que lhes eram confiados, objetos de alto preço, às vezes [...] objetos caríssimos de cristal, de porcelana, etc”.¹⁰⁹

Nestes dois casos (carroceiros e estivadores) percebe-se uma das facetas do ordenamento da classe trabalhadora em Maceió. Exige-se dos trabalhadores uma fidelidade e uma constância ao trabalho para que mereçam a confiança de passar a ser mais bem requisitados para o serviço. Esta espécie de investimento inicial, por parte do trabalhador, na profissão a qual escolhe, exige abnegação e constitui-se numa aposta no futuro: se as coisas caminharem como ele espera, conseguirá condições mínimas de sobrevivência; se não, partirá para outra, de mãos vazias, um pouco mais experiente e calejado. Este é um dos aspectos cruéis da construção do mundo do trabalho em cidades relativamente pequenas, onde muitos ainda se conhecem: a procedência e a experiência de cada um os acompanha no nome, no rosto. Construir este nome de forma a lhe fazer permitir uma maior requisição de seus serviços e melhores condições de trabalho exige a interiorização de uma disciplina onipresente, de uma vigilância difusa que ordena convenientemente o mundo através da subjugação do trabalhador. Qualquer deslize, e a reputação demoradamente construída, desmorona-se.

Em relação aos carroceiros, ser condutor de *bonds* era, já, um motivo de distinção. Apesar de basicamente exercer o mesmo tipo de ofício e de ter a jornada de trabalho normalmente estendida até as 22 horas, eles recebiam salários fixos, necessitavam de um certo polimento nos gestos, e de roupas limpas. Lidavam, muitas vezes, com gente importante e precisavam contornar, por exemplo, as constantes reclamações relativas ao cumprimento dos horários, ao conforto dos *bonds* e à conservação dos trilhos de bitola métrica por onde rodavam. A título de exemplo, numa desastrada viagem até o Trapiche em fins de dezembro de 1904, a má conservação da linha era tanta que o trem “descarrilhou 9 vezes”, e só foi até o fim porque os passageiros auxiliavam na reposição do trem aos trilhos.¹¹⁰ Mas nem sempre a disposição dos passageiros era esta. No inverno, salpicos de lama vindos das patas dos animais poderiam causar atritos. Soldados, e possivelmente outras “autoridades”, nem sempre

¹⁰⁸ LIMA JR., Félix. Carroças e carroceiros. Maceió: história – costumes. Maceió: FUNTED, Sem identificação de data. (folheto de divulgação)

¹⁰⁹ IDEM, IBIDEM.

¹¹⁰ *A Tribuna*, Maceió, 20 de dezembro de 1904. p1. Doravante, devido ao grande número de citações, não indicaremos o local da edição do jornal quando este for Maceió.

aceitavam ser cobrados por um simples trabalhador, reagindo e até mesmo ferindo os condutores.¹¹¹

VENDEDORES

No trajeto dos trilhos e *bonds*, que normalmente ligava os bairros de Jaraguá e Maceió com os subúrbios, em viagens a intervalos irregulares entre 15 e 30 minutos, as conduções cruzavam com ambulantes de todos os tipos de produtos. Pela manhã, vendedores de peixes e sururus, de frutas, legumes e verduras, galinhas, leite e mel de abelha, amoladores de tesouras, funileiros, etc. Pela tarde, surgiam outros tipos. “Negras da costa”, vendedoras de vatapá, caruru, arroz de côco, siris, camarões ensopados, sururus e massunins, cuscus, tapiocas e angus. Félix Lima Júnior¹¹² relembra o nome de algumas: Tia Balbina, Maria Rosa, Babaré, Tia Joana, Sinhá Rufina. Muitas vezes velhas, mas também novas, levando os filhos junto para a rua porque não tinham com quem deixá-los. Normalmente este expediente adentrava a noite, nas portas dos teatros e das salas de conferências, quando os tabuleiros eram “todos iluminados com mexeriqueiros, queimando querosene jacaré [sic]”.¹¹³ O caso de um “ganhador ambulante” de frutas, “homem pacato”, que foi espancado por dois policiais, aparentemente sem motivo algum quando vendia pelas ruas,¹¹⁴ pode ser revelador da forma como o poder público - ou pelo menos os policiais - lidava com estes trabalhadores.

Diversos mascates, “quase todos de nacionalidade italiana, depois substituídos pelos nacionais” batalhavam seu ganha pão pelas ruas da cidade. Alguns tocavam realejo, enquanto outros negociavam “tecidos baratos, carretéis de linha, alfinetes, agulhas, canivetes e pequenos frascos de perfume barato”.¹¹⁵ Invariavelmente, eram mal vistos pelos donos das casas comerciais e até mesmo pelos próprios companheiros de condição, os caixeiros. É interessante, inclusive, discutir a posição dos caixeiros, que se colocavam num patamar de diferenciação em relação a outros trabalhadores, dentro de sua própria categoria – grosso modo, a de vendedores. Esta discussão serve para se fazer refletir acerca da difícil construção de uma identidade coletiva dos trabalhadores.

¹¹¹ A *Tribuna*, 11 de maio de 1902. p2, e *Gutenberg*, 5 de outubro de 1897. p2.

¹¹² Maceió de Outrora, vol 1. Op. cit. pp20-2.

¹¹³ LIMA JR., Félix. Maceió de outrora- vol 2. Op. cit. p206.

¹¹⁴ A *Tribuna*, 8 de agosto de 1904. p2.

¹¹⁵ LIMA JR., Félix. Maceió de outrora, vol.2. Op. Cit. pp107-11.

Com alguns poucos negociantes de atacado, a grande maioria do comércio de Maceió constituía-se de lojas e mercearias de venda a varejo. Secos e molhados, estivas, armarinhos, lojas de calçados e chapéus, e de fazendas, drogarias e farmácias, cafés, padarias e confeitarias, alguns hotéis e restaurantes, joalherias e perfumarias, livrarias e papelarias, lojas de ferragens e miudezas, e, claro, dezenas de tavernas e botequins. A maioria destes estabelecimentos era administrada ao longo de todo o dia pelos próprios donos. Funcionando das primeiras horas da manhã até as oito horas da noite, as lojas maiores possuíam diversos caixeiros que se subdividiam em vários afazeres, de acordo com sua categoria: 1º e 2º caixeiro, ou prepostos, que era o menos graduado de todos. Enquanto os primeiros se encarregavam de organizar estoques e manter limpas e bem dispostas as prateleiras, além de atender aos clientes, os prepostos cuidavam da limpeza do chão e do depósito dos fundos, realizando também entregas em domicílios. *O Trocistinha*, órgão humorístico, publicava semanalmente na sua “Galeria Caixeiral” um soneto contendo o perfil de um caixeiro. Sobressaem nestes sonetos, como forma de representação da categoria, qualidades como as de serem os caixeiros mansos, pacatos, risonhos e prestativos.¹¹⁶

Um saber indispensável ao ofício de caixeiro era propiciado com a educação formal. Saber ler, escrever e executar as principais operações aritméticas, ao mesmo tempo que era fator de seleção entre os que podiam pleitear um posto de trabalho no comércio, era fonte de orgulho e de identidade. Ainda mais se contrastarmos tal condição com os índices disponíveis sobre a alfabetização no período. Os censos de 1872 a 1920 mostram o seguinte quadro para Alagoas:¹¹⁷

ANO	ALFABETIZADOS	ANALFABETOS	% de analfabetismo sobre a população total
1872	41.913	306.096	88,0
1890	70.115	441.325	86,5
1900	129.563	519.710	80,0
1920	144.535	834.213	85,2

¹¹⁶ *O Trocistinha* passou a ser publicado na 4ª página de *O Trocista* a partir de 1899– isto já depois de algum tempo da existência deste periódico. Editado semanalmente por Paulo Penica, a Galeria Caixeiral estava em destaque nesta folha. O autor dos sonetos denominava-se Phidias e utilizava-se sempre de rimas pobres e perfeitas na caracterização destes caixeiros.

¹¹⁷ In: GOMES, Sonia de Conti. Bibliotecas e sociedade na Primeira República. São Paulo/Brasília: Pioneira/INL, 1983. ver o anexo 4, item 6 do livro citado.

Os números registrados na dezena dos 80% de analfabetos para o conjunto da população estão dentro da média do Nordeste para o período. Altíssima, esta média é um indício da situação relativa ao conhecimento formal e ao acesso à escolaridade existente entre os nordestinos. Para Maceió, é de se imaginar, esta taxa deveria ser um pouco menor.

Os caixeiros possuíam uma entidade representativa de caráter mutualista, a Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió, que se preocupava principalmente com o amparo financeiro em momentos de dificuldades e morte, além de ofertar com constância cursos de primeiras letras e de aritmética aos seus associados. É interessante notar que, mesmo com esta característica de beneficência, a entidade irá lançar na última década do século XIX uma campanha pelo fechamento das portas do comércio as 6 horas da tarde, numa afronta aos interesses dos comerciantes e patrões.¹¹⁸ Estes caixeiros, no entanto, entendem a construção de sua identidade coletiva enquanto categoria, e a nobilitação pelo trabalho não a partir de um sentido classista e de contestação da ordem estabelecida, mas simplesmente como forma de ascensão social do grupo.¹¹⁹

ILUMINAÇÃO

É no período desta campanha pelo fechamento do comércio as seis horas que chegará uma novidade à capital: a energia elétrica. A sociedade capitalista projeta uma necessidade de ordenamento social no que toca a questão do espaço. Esta necessidade projeta-se, também, para o problema do tempo.¹²⁰ Entendemos que a eletricidade, no conjunto da política de iluminação pública implementada na cidade, sirva de instrumento que avança nos dois sentidos de ordenamento social do espaço e do tempo. Talvez seja possível falar, no longo prazo, de um projeto de “domesticação” da noite, de enquadramento das práticas realizadas durante esta outra metade do dia, em atividades e ocupações que favoreçam o bom ordenamento da sociedade. É interessante, então, perceber a ocupação do escuro pela luz: a necessidade de iluminar as ruas e trajetos das pessoas durante o maior tempo possível. Esta disputa entre a luz e as trevas é composta de avanços e recuos, de facilitações e resistências.

¹¹⁸ Cf. LIMA JR., Félix. Maceió de Outrora, vol 2. Op. cit. p172. efetivamente, no entanto, o comércio só passa a fechar as 18 horas a partir de 1913.

¹¹⁹ Abordaremos esta questão no 3º capítulo.

¹²⁰ A este respeito, ver THOMPSON, Edward P. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial” In: Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. (pp267-304)

Grosso modo, o discurso dos jornais da época acerca desta questão quer fazer corresponder a estes dois estados físicos (de iluminação e escuridão) duas representações distintas acerca da população de Maceió: os ricos e os pobres; o bem e o mal; o trabalhador e o vadio; o cidadão e o marginal.

São constantes os reclamos de moradores e cidadãos, através dos jornais, quanto aos problemas oriundos da falta de iluminação. Em 1897, quando a eletricidade surge na cidade e passa a suplantiar aos poucos a iluminação a azeite, querosene e a gás (outra novidade, que termina sendo descartada), tal “melhoramento” passa a ser decantado como progresso civilizacional. Maceió, para muitos de então, era a 1ª capital de Estado a conseguir tal benefício.¹²¹ Enquanto novidade, esta tecnologia trará diversos problemas e durante bom tempo não funcionará a contento. Ao longo de todo o período estudado, mas principalmente no primeiro semestre de 1903, haverá na imprensa uma intensa campanha pela melhoria da oferta de energia elétrica na cidade durante o período noturno. O jornal *A Tribuna*, neste momento, associa claramente as constantes falhas na iluminação noturna com o surgimento de ladrões e o aumento de roubos, tendo em vistas que, nas escuras, a guarda policial nada pode fazer e os “amigos do alheio” fogem com tranquilidade.¹²²

A iluminação ocupa inicialmente o espaço mais nobre da cidade, onde estão as maiores fortunas e bens a serem protegidos. Não alcança todas as ruas por igual, e as vai alcançando com deficiência. Durante alguns anos deste momento de transição, com escadas às costas, de poste em poste, de lampião em lampião, ainda se verá o personagem do famoso soneto de Jorge de Lima circulando pelo traçado urbano. Para além do drama do último terceto, onde anuncia-se que “Ele que doira a noite e ilumina a cidade//Talvez não tenha luz na choupana em que habita”¹²³, vemos um profissional consciente de seu fim, de sua obsolescência, desvalorizado pela inovação tecnológica. Um ofício do século que se encerra, e não do que se abre.

MARGINALIZAÇÃO

¹²¹ Gildo Magalhães indica que Maceió teria inaugurado seu sistema de iluminação pública em 1895. Talvez este ano se refira ao da concessão do serviço que, pelo que confirmam diversos relatos, reportagens e memórias, só seria efetivada dois anos depois (1897). De qualquer forma, pelo menos 3 outras capitais de Estado já teriam esta tecnologia ao seu dispor naquele ano: Porto Alegre, São Paulo e Curitiba. In: Força e Luz: eletricidade e modernização na República Velha. São Paulo: Ed.Unesp/FAPESP, 2000. p68.

¹²² Ver, por exemplo, *A Tribuna*, 2 de fevereiro de 1903, p1.

¹²³ LIMA (de), Jorge. Poesias Completas – vol I. Rio de Janeiro/Brasília:J. Aguilar/INL, 1974. p62.

À noite, a cidade inteira vira um convite para os “desclassificados” - pobres, mendigos, vagabundos, errantes e desempregados.¹²⁴ Algumas causas diretas que contribuem para tal fenômeno são a falta de oportunidade de trabalho, falta de abrigo para passar a noite, o número cada vez maior de pessoas que afluem para a capital, etc. Concorre para isto também uma certa dispersão das áreas de habitação aburguesada da cidade.¹²⁵ Os núcleos de habitação estão concentrados nos bairros de Maceió e Jaraguá. Entre eles, há interstícios e certos “vazios” de casas/habitações. Isto é mais perceptível, particularmente, nas áreas que margeiam estes bairros e nos arrabaldes do Trapiche, do Poço e do Bebedouro, além da área – então periférica - da Pajuçara. Tais “brechas”, além de emprestarem uma característica suburbana a toda a capital alagoana, terminam por ser ocupadas pelos despossuídos, pelo lupemproletariado, tornando-se verdadeiros “lugares de alteridade.”¹²⁶

Motivada por um assassinato ocorrido na Ponta Grossa, uma carta endereçada ao sr. Coronel João Gatto, 1º comissário de polícia da capital, permite-nos ver um desses “lugares de alteridade”. Assinada por “alguns habitantes”, a carta inicia-se com elogios a autoridade e emenda uma reivindicação:

Somos pobres, porém o pobre também precisa de paz, também necessita de tranquillidade; por isso é que viemos a V. S. pedir encarecidamente para mandar ou fazer de vez em quando uma visita policial na *Ponta Grossa*, onde quase sempre assistimos [sic] desacatos praticados por indivíduos, que munidos de armas procuram embriagar-se para roubar a nossa tranquillidade e a dos transeuntes, como sempre aconteceu.

Nas imediações da *Boca da Levada* existe um banheiro denominado Reino encantado, onde reúnem-se quase todas às noites e principalmente nas de sabbado, diversos indivíduos armados, fazendo assim um alarido enorme, cujo resultado tem sido muitas vezes inconveniente.¹²⁷

A levada e a confluência entre o Jaraguá e a Pajuçara, no que virá a ser depois a Ponta da Terra, serão outras áreas estigmatizadas pela imprensa contemporânea como foco de

¹²⁴ Os membros das elites locais também irão aproveitar o período noturno para encomendar e fazer certos serviços, sendo um dos mais comuns o empastelamento de jornais. O crime e a desordem estão muito presente entre os membros da elite, até bem mais presentes do que mostram as crônicas e a historiografia local. Para a linha de argumentação que desenvolvemos aqui, no entanto, privilegiaremos na exposição aspectos relacionados àquele outro grupo social, dos pobres.

¹²⁵ Queremos nos referir, com esta expressão, não necessariamente à burguesia em sentido estrito, muito débil então, mas ao tipo de convívio estabelecido por este setor: de amenidade, de ordem, de recato e de um certo asseio, na medida do que é possível no início do século XX. Parece haver um descompasso entre a formação de uma classe efetivamente burguesa no Nordeste e o surgimento de valores burgueses na região. Estes vieram antes daqueles, revestidos da noção de “civilização européia” e de “progresso”.

¹²⁶ A expressão é utilizada por Sandra Jatahy PESAVENTO em seu *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2001. Ver particularmente o 2º capítulo.

¹²⁷ datada de 12 de março de 1903, a carta também foi endereçada a redação da *Tribuna*, que a publicou no dia seguinte, p1. Percebe-se que a opinião pública começava a contar como forma de pressão no atendimento de determinados pleitos.

problemas. O antigo Biombo do Paulo, chamado rua Paes Pinto, nos fundos da Usina da Luz Elétrica, constitui-se então num “adubado jardim” para “camélias” e prostitutas. Marginais, recém chegados e ciganos juntavam-se naquela redondeza.¹²⁸ Nem mesmo os Fandangos organizados por donos de tabernas e botequins para melhorar o movimento de seus negócios escapam da repressão policial.¹²⁹ No entanto, numa perigosa e instituinte proximidade entre marginalidade e aparelho de segurança, era para tais lugares que os policiais acorriam em suas horas de folgas.

A arruaça e a desordem também encontravam-se no centro da cidade, vizinho das casas comerciais e das redações de jornais. A mulata Suzana Maria da Conceição, depois de uma denúncia de que na rua São José existiam umas “crioulas” que incomodavam a vizinhança a noite com algazaras e palavrões, foi chamada a se esclarecer diante do “zeloso” 1º comissário de polícia da capital. Ao que parece, ela trabalhava de doméstica no prédio vizinho ao da redação da *Tribuna*, e a suspeita dos distúrbios só caíra sobre ela pela forma como o jornal encaminhara a denúncia. Sendo assim, após se esclarecer com o chefe de polícia, Suzana vai a redação exigir uma reparação do jornal, quando fornece indicações sobre os verdadeiros autores da anarquia noturna. Ela diz “não partir de sua casa os palavrões e as indecências [...] e sim de umas tantas negras e engraxates que quase todas as noites aboletam-se na esquina da rua...”.¹³⁰ Incidentes mais graves que estes são comuns: roubos de mercearias e lojas de tecido, de armazéns e, até mesmo, de uma delegacia de polícia estão presentes nos jornais do período. Seria ocioso listar aqui os que conseguimos encontrar nos jornais consultados. Um caso mais bem documentado servirá de exemplo para discutirmos os limites da marginalidade e da exclusão na constituição do mundo do trabalho em Maceió na virada para o século XX.

Uma série de artigos publicados n’A *Tribuna* sobre uma “quadrilha” que cometera diversos furtos nos primeiros meses de 1903 pode dar uma pista acerca da forma como a marginalidade entrelaça a vida dos trabalhadores comuns e vira um problema a ser explicado sob determinada ótica pela elite Maceioense.¹³¹ Através de suspeitas e de uma denúncia, Lucio Antonio de Almeida, “negociante ambulante e comprador de jangadas”, de 25 anos e natural do Ceará, é preso na casa de Francisca Maria da Conceição, “mulher de vida pública”

¹²⁸ A *Tribuna*, 7 de dezembro de 1904. p2.

¹²⁹ A *Tribuna*, 8 de dezembro de 1904. p2.

¹³⁰ A *Tribuna*, 25 (p2) e 27 de janeiro de 1903. p3.

¹³¹ Os artigos, verdadeiras reportagens, vêm sempre com o título de “A quadrilha de ladrões” e circulam entre os dias 21, 23, 24, 25 e 26 de abril de 1903, sempre na primeira página, revelando-se o destaque dado à questão. Além de seguir um tom moralista, postura corriqueira no noticiário destes casos à época, os textos são escritos para prender a atenção do leitor e, às vezes, terminam com chamada para o artigo do dia seguinte. Para facilitar a fluência do texto, não faremos referências diretas de cada citação.

e quitandeira, de 30 anos, natural de Pernambuco. Ambos são acusados de serem ladrões e de fazerem parte de uma quadrilha. Nas buscas feitas na residência de Francisca, situada à rua Rego da Mata, foi encontrada boa parte das peças roubadas da “loja de fazenda” de Dona Luiza Souza, negociante em Jaraguá e uma das que sofrera roubo nas últimas semanas. Lucio, estranhamente, foge da polícia depois de preso,¹³² enquanto que Francisca irá denunciando outros integrantes da “quadrilha”: Joaquim Salvador do Santos, alagoano de 42 anos, lenhador, casado e residente na Levada, “cor morena e má aparência”; Bellarmino Gomes de Almeida, sem detalhes sobre o mesmo; José Vicente dos Santos, alagoano, 44 anos, casado e morador do Alto do Jacutinga, agricultor, mas atualmente “trabalhando de ganho”; João Francisco de Oliveira, pernambucano, 44 anos, sapateiro e barbeiro, “porém actualmente não usa destas profissões e vive de vender *troços* na rua”; Manoel Joaquim dos Santos, sergipano, casado e sem profissão, tendo sido ex-praça; Ezequiel Luthero Bispo, pernambucano, que ultimamente “esteve trabalhando de pedreiro na obra do dr. Propicio”; e João Perdido, sem detalhe algum para o personagem de sugestivo nome. Estas pessoas, de modo geral, já haviam tido alguma passagem pela polícia: ou por brigas, distúrbios e embriaguez, ou por pequenos furtos ou ainda por “manchas” que lhes haviam botado sem merecerem. Alguns declararam “jogar nos *bichos*”, enquanto outros disseram “serem jogadores de baralho e *felizes* nas cartas”, reunindo-se costumeiramente em casa da italiana Magdalena e de Didi, nas proximidades do Mercado Público.

Apesar de afirmarem, de modo geral, que não precisavam roubar para viver, todos eles – principalmente os que possuem família – viviam na penúria, de bicos, na incerteza de conseguirem comida para o dia seguinte, na precariedade de ocupações que não lhes garante o sustento. Alguns, como é o caso de Ezequiel Luthero, já perambulara por diversas cidades entre Pernambuco e Alagoas, e mesmo depois de chegado a Maceió já mudara de casa algumas vezes. Tal mobilidade, entre um quartinho e outro, talvez indique à falta de pagamento do aluguel, o que faz o senhorio despejá-lo da moradia.

Bellarmino, que termina sendo o principal acusador dos outros membros da suposta quadrilha, informa que Joaquim Salvador “ia melhor de sorte depois que entrou neste *officio* e que ia deixar de tirar sururú e lenha na matta e botar um negocinho”. Ou seja: como a vida de trabalhador honesto não lhe garantia sustento mínimo, este resolve entrar temporariamente no “officio” de ladrão, até conseguir o suficiente para ser um pequeno negociante e abandonar tanto a vida dura de simples trabalhador como a de ladrão.

¹³² É estranha a reação do jornal a este fato, pois não exige maiores explicações acerca da fuga!

É importante frisar que, devido a forma como o inquérito fora conduzido, provavelmente tenham sido deturpados alguns dados, e que pessoas que não estivessem envolvidas nos roubos mas que convivessem com os ladrões tenham sido incriminadas injustamente pelas suas relações de proximidade. A maneira como os artigos são escritos, com certo moralismo e já uma dose de sensacionalismo, revelam não ser muito confiáveis alguns dos feitos indicados aqui. De qualquer modo, esta peça revela aspectos da transitoriedade existente entre o mundo do trabalho e o da marginalidade, o da honestidade e o da gatunagem. Revela também como o espaço urbano de uma cidade se constrói, pela mobilidade das camadas mais pobres, pelo trajeto que une a mata (e a lagoa) com a cidade. A precariedade das condições de vida dos mais pobres termina se refletindo na imprecisão de delimitações sócio-espaciais do espaço urbano da cidade.

No final de um dos artigos, o redator das reportagens procura explicar, à maneira da mentalidade dominante, o surgimento de ladrões na cidade:

no meio, porém, de toda essa pilhagem, ressalta uma verdade que abonará à nossa gentilha: - os larapios quase todos são adventícios, vem de outros Estados plantar sua escola entre nós e arrebatam os que podem ser seduzidos. (grifo nosso)

Estes breves dados, junto com a leitura de memorialistas e cronistas, a análise de relatórios e de debates sobre os intendentess da cidade, sugerem uma contigüidade entre bairros nobres e lugares excluídos, numa convivência diária que revela a dificuldade de se distinguir – para o que nos interessa – o trabalhador daquilo que se convencionou chamar de “classe perigosa”. O espaço urbano de Maceió, como ele é representado, espelha com clareza a imprecisão na construção da identidade das “camadas menos vistosas” da sociedade. Maceió transmuda-se na feição urbana de seus habitantes. O que é ruim, ou veio de fora ou foi contagiado pelos forasteiros;; por sua prática e sua moral.

OPERÁRIOS DA CIDADE

A cidade estava pontilhada de pequenos estabelecimentos fabris que abrigavam sapatarias, carpintarias, fundições e fábricas de vinagres, óleos, gelo, cera, de sabão e de cigarro. Muitas destas fabriquetas e oficinas contavam apenas com um mestre artesão e um ou dois filhos para realizar as tarefas da produção. Algumas enfrentavam dificuldades para se

manter funcionando. A Fábrica de Velas de Cera, por exemplo, pertencia aos srs. Alves & Guimarães e fechara suas atividades em fins de 1897.¹³³ As fábricas de sabão, ao que parece, também não conseguiam se estabelecer com solidez. Das duas existente no Estado, a de Maceió funcionava durante algum tempo e fechava, para ser vendida a outros donos que tentavam reerguê-la. Localizada na Pajuçara, ela fora reativada pela firma Bastos, Machado e C. entre maio de 1902 e uma data imprecisa de 1903, quando fecha. Será, de novo, vendida e re-inaugurada em agosto de 1904 como “nova” Fábrica de Sabão Dous Irmãos, propriedade de Fonseca Irmãos e Co. Em fins de 1902, ela ocupava 22 operários diariamente, possuindo dois vastos prédios, com moradia para uma parte dos trabalhadores. Além da produção, cuidava de fazer suas próprias embalagens e encaixotamentos, possuindo ainda uma ponte para embarque. Isto pode sugerir a preocupação da firma em distribuir o seu produto, num entrecruzamento de produção e circulação.¹³⁴

A indústria cigarreira era maior e mais importante. No final de 1902, além de “avultado número de pequenas fábricas” que empregavam quase 2 mil pessoas pelos diversos municípios do interior, existiam 5 grandes fábricas no Estado: uma em Penedo, duas em Pilar e as outras duas, as maiores, em Maceió. Parte da matéria prima era importada da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e a outra parte vinha do interior do Estado. A fábrica Popular Maceioense, propriedade de Manoel Maria de Moraes, desde meados de 1902 vinha construindo um dos “mais bellos e espaçosos” prédio da capital para abrigar diariamente os trabalhos de 100 operários. As etapas de preparo do fumo e, depois, do fabrico do cigarro revelavam um processo de trabalho segmentado em atividades distintas, exigindo-se movimentos e habilidades rotineiras mas que nem sempre correspondiam a uma especialização do trabalhador, no sentido de que ele se ocupava apenas de uma determinada função neste processo. Assim, ao longo do dia, o operário realizava etapas diferentes no processo de confecção do produto.¹³⁵

Propriedade de Isaac Menezes & Cia, a fábrica Estrela do Norte era um pouco menor e ocupava 50 operários cigarreiros. Provavelmente produzia um cigarro de qualidade inferior a do seu principal concorrente. Na medida em que se localizava na parte mais central da cidade, a firma estabelece como estratégia de competição vender cigarros e charutos finos importados da Bahia. O entrelaçamento de atividades produtivas e comerciais em diversas firmas constituídas, como neste caso, talvez revele um aspecto bastante importante dos primeiros

¹³³ *Gutenberg*, 17 de dezembro de 1897. p2.

¹³⁴ IZIDORO, Francisco. “Industria” [sic] In: *Indicador Geral do Estado de Alagoas*. Op. cit. (pp95-111). pp102-3, e *A tribuna*, 27 de agosto de 1904. p3

¹³⁵ IZIDORO, Francisco. *IBIDEM*. p102.

estabelecimentos fabris do Estado: o de serem fundados e estarem atrelados ao capital comercial.¹³⁶ De qualquer forma, esta complementaridade de atividades comerciais e produtivas também esta ligada às dificuldades fiscais destas empresas. Pesados impostos que oneravam os custo de produção, diminuíaam as iniciativas empreendedoras e aumentavam a extorsão de sobre-trabalho dos operários. Daí ser comum a recorrência ao trabalho infantil e feminino.

O periódico *O Trocista*, na edição de 21 de outubro de 1900 saiu com um poesia de um autor, pseudônimo ZED, enamorado de uma sapateira. No poema, ele reclamava da saudade que tinha de rever todas as tardes a “pequenita” pois o Cordeiro, dono da sapataria, havia mudado a localização do estabelecimento para outro ponto da cidade. Além de sugerir que a trabalhadora convivera com o ambiente da oficina desde criança, os versos indicam o caminho para o trabalho, percorrido entre o subúrbio e a pequena oficina¹³⁷ e a exposição a qual as trabalhadoras estavam sujeitas:

Quando tu passas ligeira
 Em caminho do tendal
 Elles te chama [sic] illustre,
 Elles te acham faceira;
 É uma tropa bregueira minha florzinha do céo,
 Eu não tiro meu chapéo
 Á essa gente ruim
 Todos elles reunidos
 Não dá ouvidos, querida
 Á prosa dos taes bilontras

Um flagrante fotográfico de M. R. Folqueira no início do século revela, diante da Fábrica de Cigarros Estrela do Norte, alguns homens, dentre os quais incluíam-se operários da firma e algumas crianças.¹³⁸ Apesar de utilizar-se de diversos “machinismos”, boa parte do processo de fabricação de cigarros não exigia muito esforço físico. Por estas características, o ramo passou, então, cada vez mais a ocupar mulheres e crianças em sua fabricação. Apesar de dificilmente encontrarmos nos jornais pesquisados evidências deste trabalho feminino e infantil, sua existência deve ter sido quantitativamente bastante significativa. As operárias, como veremos no terceiro capítulo, chegam mesmo a fundar uma seção feminina da União Operária Alagoana. Num artigo de denúncia da exploração das mulheres nas manufaturas de cigarros publicado n’ *O Trocista*, o socialista João Ezequiel argumenta que

¹³⁶ Cf. IZIDORO, Francisco. IBIDEM. p102, e LIMA JR., Félix. Maceió de outrora – Vol 1. Op. cit. p122

¹³⁷ Adiante exploraremos este ponto.

¹³⁸ Verificar a foto nº 14 do anexo contido em LIMA JR., Félix. Maceió de outrora - vol. II. Op. Cit.

o capitalismo em sua marcha devastadora, industrializou a mulher para obter a mesma somma de trabalho por um salário menor. [...] commercio indecente [o do trabalho feminino] que cava a desgraça de uma classe inteira.¹³⁹

Esta passagem é bastante reveladora da preocupação que a entrada da mão-de-obra feminina gerava no seio da classe trabalhadora em geral, na medida em que a concorrência desta outra metade da população potencialmente ativa puxava, tendencialmente, o nível salarial para baixo. Mas revela, até certo ponto, também, a forma como a mulher era encarada pelos militantes. Elas, mães ou filhas, estavam expostas ao olhar do homem/macho. Nos termos usados por Ezequiel, o “comércio indecente” que terminaria por cavar a “desgraça da classe inteira” revelava que se a mulher saísse de casa iria arruinar a base da família operária, ou pela dissolução do lar ou pela “desonra” que porventura acontecesse. O próprio Otávio Brandão relembra em suas memórias que, por volta do fim da primeira década do século XX, quando passava pela fábrica de cigarros, “olhava as operárias com simpatia e curiosidade”.¹⁴⁰

HIGIENE, ABASTECIMENTO E MORADIA

Antes de sairmos da cidade em direção às fábricas de tecidos e aos tecelões, traçaremos um quadro relativo ao abastecimento, à salubridade e à higiene das ruas e moradias da cidade. Entendemos ser importante tratar destes aspectos na medida em que eles compõem o ambiente em que se dá a experiência operária de Maceió. Com a palavra inicial, Hugo Jobim.¹⁴¹

O municipio é relativamente salubre; menos no litoral ou especificamente na capital [bairros de Jaraguá e Maceió], onde reinam endemicamente febres palustres, intermitentes ou biliosas, erysipellas, defluxos, coqueluxes etc. São constantes os casos de tuberculose pulmonar ou outras molestia das vias respiratorias ; tambem tem feito aparição o beriberi, a variola etc. Os pantanos que rodeiam a cidade, os depositos de lixo, a falta de esgotos

¹³⁹ *O trocista*, 17 de agosto de 1902. p2. Apesar de ter sido escrito tendo em vistas as condições específicas da exploração das operárias do Recife, cremos não ser descabido transferir as observações do militante para o caso específico de Maceió. Ainda mais levando-se em conta o fato de o texto ter sido transcrito em jornal que circula em Alagoas. Mais detalhes sobre a relação de João Ezequiel e a imprensa militante local serão fornecidos no 3º capítulo.

¹⁴⁰ BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas – memórias* (vol. 1). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p64.

¹⁴¹ “Geographia” In: *Indicador Geral do Estado de Alagoas*. Op.cit. p30.

especíes, a água de má qualidade, etc. são as muitas causas que concorrem para a insalubridade da capital.

O parecer extremamente negativo do autor muito provavelmente está informado por um cientificismo que tomava corpo àquele momento, principalmente entre médicos e sanitaristas. Abordando o “novíssimo” bairro do Jacutinga, o autor indica “que será em futuro a única residência possível da capital, pela salubridade e amenidade do seu clima”,¹⁴² deixando bem claro a imagem que se construía acerca da higiene necessária para se viver em áreas urbanas. Em maior ou menor medida, esta visão influenciará aspectos da “desodorização”¹⁴³ que o poder público tenta implementar em suas políticas para a municipalidade. Entre os limites de efetivação desta política estão a falta de recursos e da possibilidade de atração de investimentos nesta área, pelo endividamento público. Mas também concorre a falta de habilitação técnica entre os setores sociais próximos dos governos para implementarem uma outra concepção de sanitarismo.

Sob estes aspectos, o quadro geral se mantinha ou, no máximo, melhorava-se o entorno do centro da cidade. O primeiro governo Malta¹⁴⁴ nos parece ter conseguido criar um espaço urbano privilegiado circunscrito à delimitação dos prédios onde funcionava a estrutura política estadual. Aos já existentes prédios da Cadeia e do poder parlamentar, foram construídos o Palácio do Governo e o Tribunal de Contas. É bom salientar, de qualquer forma, que este “impulso modernizador” fora iniciado em governos anteriores na última década do século XIX.¹⁴⁵ De qualquer modo, Euclides Malta ficaria, na memória historiográfica, com os louros da conclusão e inauguração destes prédios.¹⁴⁶ Houveram, também, reformas das praças que circundavam esta área, melhorias nas ruas e calçamentos e em outros prédios públicos.¹⁴⁷ Após estas reformas e construções, um novo ordenamento surge no espaço urbano do centro de Maceió: as camadas mais pobres são inibidas (e se inibem) de passar e freqüentar as novas áreas. O footing da *belle-époque*, então, interdita o caminhar desengonçado do operário.

¹⁴² IDEM, IBIDEM.

¹⁴³ O termo é utilizado por RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, e serve para indicar as políticas de saneamento e de limpeza impostas às camadas subalternas e às regiões que habitam.

¹⁴⁴ Este primeiro mandato de Euclides Malta vai de 1900 a 1903, constituindo-se no início de uma longa trajetória de predomínio da oligarquia maltina no poder executivo do Estado. Euclides será sucedido pelo seu irmão, Joaquim Paulo Vieira Malta (1903-1906), e retornará para exercer mais dois mandatos seguidos (1906-1909, e 1909-1912). O predomínio dos Malta só chegará ao fim em inícios de 1912, com o famoso quebra dos terrenos. Latifundiário sertanejo, alguns autores entendem que a chegada de Euclides Malta ao poder corresponderia, para o caso de Alagoas, à transição ocorrida entre militares e fazendeiros no plano federal. Cf. TENÓRIO, Douglas Apratto. *A metamorfose das oligarquias*. Curitiba: Hdlivros, 1997.

¹⁴⁵ TENÓRIO, Douglas Apratto. IBIDEM. pp 77 e 92-3.

¹⁴⁶ É interessante perceber como ele se utilizava destas inaugurações para forjar uma imagem conveniente sobre si, moderna, empreendedora e arrojada. Para um exemplo, ler sobre a festa de inauguração da sede do governo n^o 1 *Tribuna* de 18 de setembro de 1902. p1.

¹⁴⁷ TENÓRIO, Douglas Apratto. IBIDEM.

Por vezes, as solenidades de inauguração não escondiam o intuito de promoção política, como nos diversos momentos de inaugurações das constantes reformas do Matadouro e do Mercado Público. Construído em 1848, seguindo uma estrutura de galpão com quatro alas para as seções de peixes, carnes, cereais, e frutas e legumes, em fins do século XIX o mercado demonstrava visíveis sinais de deterioração tanto em sua estrutura física como em seu funcionamento e fiscalização. Uma senhora denunciara à redação do Gutenberg de “estar sendo exposta a venda no mercado publico carne verde em estado de putrefação”.¹⁴⁸ Prontamente, alguém sabedor de idéias científicas de almanaque, que se assinava W.Z., responde a denúncia da senhora. W.Z. explica, através de carta enviada a mesma redação que a carne podre é comum de ser vendida no mercado por causa do “costume de faze-se [sic] a matança do gado cansado” na medida em que o matadouro ficava distante do curral dos animais. Para corroborar sua afirmação, o missivista transcreve o parecer científico de uma revista estrangeira.¹⁴⁹

Pedro Nolasco Maciel, em seu *Traços e troças*,¹⁵⁰ fala de uma revolta popular contra uma determinação da câmara municipal de se passar a rasoura¹⁵¹ nas medidas do cereais vendidos no mercado. Caracterizada entre uma “verdadeira sedição” popular e uma procissão ocorrida na “maior calma e paz possível”, os populares quebraram as tabuinhas distribuídas aos feirantes pelo poder público, saíram as ruas e, diante da “energia popular [...] as autoridades capitularam impotentes”, anulando a norma.

Com o agravamento das condições de oferta do serviço no mercado, decide-se fazer uma grande reforma em 1902. Em maio é entregue a seção de peixes e num domingo, 12 de dezembro, é realizada a inauguração geral. Apesar da festa, da presença do governador e de terem sido gastos 70 contos de réis no serviço, o intendente reconhece que “muito deixava este [o mercado] ainda a desejar, quanto as condições de architettura, de esthetica e mesmo de hygiene; porquanto tinha sido obrigado a subordinar seu plano a uma obra já construída e fora das boas regras da arte”.¹⁵² Reconhecido à própria época, este estado de falta de higiene e de condições sanitárias adequadas para funcionamento do principal ponto de abastecimento e de distribuição de alimentos da cidade repercutia em forma de doenças, principalmente entre as

¹⁴⁸ Gutenberg, 26 de novembro de 1897.

¹⁴⁹ Gutenberg, 30 de novembro (p2) e 1º de dezembro de 1897. p2.

¹⁵⁰ MACIEL, Pedro Nolasco. *Traços e Troças – Leitura Quente (crônica Vermelha)*. 2ed. Maceió, DEC, 1964. pp. 137-8.

¹⁵¹ A rasoura é um “pau roliço usado para rasar ou tirar o cogulo das medidas de secos”. Cf. verbete “rasoura” In: HOLANDA (de), Aurélio Buarque. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ed. Rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p1452.

¹⁵² COSTA, Craveiro “Informações sobre o Estado de Alagoas” In: *Indicador Geral do Estado de Alagoas*. Op. cit. (pp241-282) pp278-9; *A Tribuna*, 27 de maio (p1) e 14 de outubro de 1902. p1. Uma outra reforma, menor e seguida dos mesmos lamentos, é realizada em 1904: *A Tribuna*, 22 de dezembro de 1904. p2.

camadas mais pobres que, por ventura e regramento, conseguissem comprar seus alimentos com regularidade.

A urbanização do centro político da cidade, como vimos acima, com seus monumentos de embelezamento e de imponência, não escondia a sujeira dos cantos das sargetas, de poças estagnadas, de “materiaes fecaes” expostos ao raiar do sol do dia seguinte, e o problema do lixo, jogado ora nas ruas, ora nos quintais, com uma coleta sempre deficitária.¹⁵³ A Intendência Municipal mantinha 7 carroças e 8 homens “ocupados exclusivamente no serviço de limpeza”, mas mesmo assim, explicava-se,

por mais limpeza que se faça estão sempre as sargetas porcas. Em muitas casas não são somente as aguas servidas que se derramam nas sargetas” e conclui: “enquanto não tivermos uma canalisação subterrânea para esgotos de aguas servidas e materiaes fecaes não se poderá manter um aceio perfeito.¹⁵⁴

Se numa das áreas centrais da cidade, circunscrição privilegiada, era assim, seguindo na direção dos subúrbios a situação piorava. O perigo, nestas áreas, tanto se localizava fora como dentro das casas. Sendo muitas vezes de chão batido, normalmente de taipa e comumente cobertas por palha, iluminavam-se com candeeiros de querosene ou com casca de genipapo verde, que servia de depósito para se queimar o azeite de coco ou de mamona.¹⁵⁵ A forma de manusear o candeeiro ou a proximidade entre a chama e a palha eram responsáveis por mortes e incêndios.¹⁵⁶

FERROVIÁRIOS

No último quarto do século XIX, Alagoas contempla o aparecimento de um dos principais símbolos do progresso humano e da integração de economias regionais ao mercado capitalista mundial. Os caminhos de ferro e as locomotivas inglesas abrem-se na paisagem bucólica dos engenhos e trazem a modernidade para o centro da então província.

¹⁵³ Cf. *Gutenberg*, 12 de novembro de 1897. p2, e 27 de setembro de 1898. p2, e *A tribuna*, 12 de novembro de 1904. p3.

¹⁵⁴ *A Tribuna*, 9 de abril de 1903. p3.

¹⁵⁵ Ver a citação de Pedro Nolasco Maciel, apud Lima Jr, Félix, Maceió de outrora – vol. II. Op. cit. p43.

¹⁵⁶ *O Trocista* de 1º de dezembro de 1900 noticia um incêndio que atingiu 11 casas em 27 de novembro. Alguns casos de mortes decorridas de queimaduras são registradas, como as de uma dona de casa, Joana Fragoso e de uma menina de 6 anos. *A Tribuna*, 18 de dezembro de 1897.

Na disputa pela autorização para construção de estradas no Estado, que se dá entre duas companhias, uma sediada na Bahia e outra em Pernambuco, sai ganhando inicialmente a baiana.¹⁵⁷ A firma era encabeçada por Hugh Wilson, agente inglês que atuava também em outras áreas que aliassem grandes somas de capitais e novidades tecnológicas (companhias de vapor, de obras urbanas, de portos, saneamentos e pontes, etc.). A construção da estrada de ferro ligando Maceió e os vales do Mundaú e do Paraíba do Meio ocorre entre 1882 e 1894. Também a partir de 1894, com a construção do trecho ligando Glicério (PE) e São José da Lage (AL), estreitam-se os contatos entre Maceió e Recife na medida em que passa a ser possível a viagem de trem entre estas duas capitais.¹⁵⁸ No início do século XX, a novidade já havia chegado ao agreste e ao São Francisco, enquanto a Great Western of Brazil Railway (GWBR) encampava a Alagoas Railway. O sentido principal destas estradas, como aliás se dará no resto do mundo, é o da ampliação da capacidade de escoamento da produção em direção aos portos do comércio marítimo mundial. Interligavam-se, então, as regiões mais férteis em produtos para exportação com o porto de Jaraguá. A cidade de Maceió fortalece sua condição de porto exportador no Estado.

Neste momento, fica claro o aprofundamento de uma ordem capitalista e de relações de produção baseadas no valor de troca. Alguns estudos vêm apontando para a contribuição deste setor econômico na ampliação da mão-de-obra assalariada. Para o caso do Nordeste, Josemir Camilo de Melo explorou em que medida o capital inglês reverteu na formação da classe trabalhadora, concentrando atenção no caso de Pernambuco.¹⁵⁹ Para Alagoas, podemos apenas indicar generalizadamente que as ferrovias, junto com as fábricas de tecidos, são os principais setores de formação inicial de um núcleo de operários.¹⁶⁰

Com a introdução desta malha ferroviária, um dos problemas a ser resolvido é o da perigosa relação existente entre espaço urbano e trilhos ferroviários. Como em Maceió as ferrovias não foram precedidas pelas redes de transportes de tração animal, elas terminam por impactar de modo mais evidente no cotidiano das ruas da cidade. O sentido da velocidade termina por ser mais violento. William Rakin, o representante da Alagoas Railway, durante a implantação das estradas no perímetro urbano da capital, tendo que escolher entre o projeto

¹⁵⁷ TENÓRIO, Douglas Apratto. Capitalismo e ferrovias no Brasil: as ferrovias em Alagoas. Maceió: Ed.UFAL, 1979. pp108-11.

¹⁵⁸ CHAVES, Maria do Céu Ribeiro. Desenvolvimento das comunicações em Alagoas dentro da evolução do sistema de transportes no Brasil (1822-1930). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979. (mimeo) p92.

¹⁵⁹ MELO (de), Josemir Camilo. Modernização e mudanças: o trem inglês nos canaviais do Nordeste (1852-1902). Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2000.

¹⁶⁰ A esse respeito ver HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20). 2ed. São Paulo: Ática, 1991 - estes autores indicam tal situação para praticamente todo o Brasil. p92.

proposto pela câmara do conselho municipal, que cortaria o centro de Maceió, e o do chefe da Repartição Fiscal, com um traçado mais suburbano, elabora um terceiro que aproveitava parte dos dois outros traçados e que terminou sendo o efetivado.¹⁶¹

Um dado muito visível acerca da introdução das ferrovias no Brasil são os acidentes ocasionados tanto a passageiros e transeuntes, como aos operários das firmas. Não fica muito claro, de qualquer modo, em que medida os traçados das linhas discutidos acima afetavam a urbanidade e quais os efeitos de sua escolha no grande número de desastres que passam a ocorrer desde então. Exporemos três casos relativos a este ponto para, em seguida, começar a fazer considerações acerca dos que trabalhavam nas ferrovias que circulavam no Estado e mais particularmente em Maceió.

Desde que a preta africana Isabel da Costa se vira liberta pela lei de 1888, percebera, como tantos outros ex-escravos, que não teria assim condições de vida tão melhores do que as que tivera até então. Sem habilidade para exercer um ofício qualificado, a velha de 73 anos trabalhava como limpa-trilhos da estrada de ferro quando fora atropelada e morta por um trem.¹⁶² Num outro caso, Vicente Ferreira de Lima, antigo empregado da empresa exercendo a função de guarda-freio, teve as duas pernas quase decepadas, um largo ferimento no peito e outro no rosto. O redator d'*A tribuna*, num tom de revolta, fala da “deshumanidade” com que o cadáver foi tratado ao chegar a *gare* da Estação Central:

Parece que a administração da *Great Western* não tem pelos que são esmagados pelas possantes rodas de seus carros o menor ressentimento, como se a vida de qualquer individuo, por menos classificado que seja, não reclame as suas atenções.¹⁶³

Mesmo os maquinistas, tidos por alguns jornalistas da época como os principais responsáveis pelos desastres, eram colhidos em acidentes que muitas vezes lhes custavam a vida. É o caso de Manuel Lucena. Ativo militante operário, ele morreu junto com o foguista que lhe auxiliava os trabalhos num acidente no ramal de Viçosa.¹⁶⁴ No caso destes dois profissionais, o perigo era constante pois o carro onde ficavam era, ao que parece, o mais perigoso de toda locomotiva.¹⁶⁵

¹⁶¹ TENÓRIO, Douglas Apratto. Capitalismo e ferrovias no Brasil. Op. cit: pp75;161 e 219.

¹⁶² *A Tribuna*, 8 de novembro de 1904. Como a obrigação de conservação dos trilhos pertencia a Great Western, provavelmente Isabel exercia sua função recebendo um módico salário pelos serviços prestados à empresa.

¹⁶³ *A Tribuna*, 6 de dezembro de 1904. pp1-2.

¹⁶⁴ *O Trocista*, 14 (p1) e 21 de dezembro de 1902. p1.

¹⁶⁵ *Gazeta de Notícias*, 2 de fevereiro de 1924. p4.

Estes três casos não são casos raros, mas corriqueiros. Carroças e até bonds eram colhidos por trens quando cruzavam desavisadamente os trilhos.¹⁶⁶ Há diversos relatos sobre atropelamentos nas estradas e dentro do perímetro urbano, e de pessoas que caem e são esmagadas. A empresa concessionária dos serviços (inicialmente a Alagoas Railway e depois a GWBR, como já indicado) defendia-se afirmando que não possuía responsabilidade direta sobre estes acidentes, e que tudo na verdade não passava de uma campanha difamatória por parte da imprensa contra seus dirigentes. Para o período compreendido entre 1895 e 1905, isto não é verdade: jornadas excessivas de trabalho; trabalhadores com baixos salários e, por vezes, sem qualificação; má conservação de determinados trechos; e desgastes de corrimãos e suportes, por exemplo, são os principais motivos dos acidentes.

Os três casos acima relatados, todos ocasionando a morte de trabalhadores vinculados de algum modo à companhia ferroviária, servem para salientar alguns aspectos que interessam mais diretamente aos objetivos deste estudo. Nos acidentes ferroviários, surpreende o número extremamente grande e a sua característica de violência, justamente numa das primeiras categorias de trabalhadores que se reconhece como plenamente inserida em relações capitalistas. Como que anunciando o que seria este regime de produção, as ferrovias cortam a geografia da produção econômica brasileira com velocidade e barulho, causando uma ruptura literal com a ordem em declínio. É até certo ponto surpreendente que os trabalhadores ferroviários se sujeitassem a este cotidiano de riscos. Talvez, enquanto ofício que habilita o trabalhador a dominar uma das maiores máquinas inventadas pelo homem até então, os ferroviários pesassem os prós e os contras e percebessem que, apesar dos riscos, ela valia a pena. Talvez a questão fosse apenas salarial. Quem sabe, estivesse relacionada à mobilidade inerente ao seu ofício, que tanto abria possibilidades inúmeras de novos contatos, como lhe credenciava a ser peça chave na integração do movimento operário?¹⁶⁷ Além de todos estes aspectos, certamente concorre também um gosto pela novidade para fazer tais operários se sujeitarem às condições de trabalho a que eram submetidos. Parece simples, mas acostumar-se a possuir horários precisos para iniciar e terminar o trabalho, ter disciplina ancorada na responsabilidade de conduzir pessoas e/ou cargas valiosas pressupõe um ethos diferente do que normalmente se exigia dos trabalhadores. Quando as firmas representantes do capital

¹⁶⁶ A *Tribuna*, 14 de abril de 1903. p1, numa nota intitulada “desastre” informa que o carroceiro João Ferreira de Lima, ao passar pelo leito da estrada de ferro em direção a Levada “foi surpreendido pelo trem, que apanhando a carroça, sacudiu fóra, fazendo-lhe diversos ferimentos na cabeça, na perna esquerda, e escoriação no braço. A carroça ficou completamente espedaçada”. Tudo isto porque o trem partiu da central “sem dar o apito do costume”.

¹⁶⁷ Salvo engano, a greve de maior abrangência geográfica do Brasil ocorrida na Primeira República foi a dos ferroviários nordestinos, em 1909. Este dado é sintomático da importância do setor na formação da classe trabalhadora no país. Sobre esta greve, ver ALMEIDA (de), Luis Sávio. “A greve dos ferroviários em 1909” In: *Revista do CHLA*, Ano III, nº 5. Maceió, EDUFAL, abril de 1990. (pp7-13)

internacional confiavam tanto investimento e valores tão significativos a pessoas dessa condição, além de um cuidadoso controle no processo de trabalho e de uma forte interiorização de disciplina, elas cediam, por outro lado, uma distinção nova a estes homens comuns.

É bom considerar, também, que dentre estes trabalhadores uma mínima parte trafega nas máquinas com constância. Se pegarmos o caso da Estrada de Ferro Paulo Afonso, a partir de um detalhado relatório escrito por seu diretor, Mello Netto, veremos como se dava a distribuição do pessoal que trabalhava nesta Estrada de Ferro.¹⁶⁸ O número de trabalhadores da estrada reduz-se, em meados de 1902, a 116 empregados, exatamente o mesmo tanto de quilometragem da via-férrea. Segundo Mello Netto, o coeficiente de um empregado por Km é “insignificante” e revela uma “utilização methodica e econômico [sic] de seu restricto pessoal, a ponto de não ser mais possível nenhuma redução sem desorganização dos respectivos serviços”.¹⁶⁹ Este número está distribuído em 3 divisões: a 1ª, da administração central, com 5 pessoas, pessoal de escritório; a 2ª divisão, de tráfego e locomoção, com 53 trabalhadores, dos quais dois condutores de trem, dois maquinistas, dois foguistas e dois “guardas-freio” [sic], além dos telegrafistas e pessoal de manutenção das oficinas; por fim, a 3ª divisão, da “via-permanente”, composta de 58 trabalhadores.

Outras estradas de ferro, mais importantes e cobrindo áreas produtivas mais integradas ao mercado mundial, provavelmente irão mostrar um quantitativo maior de trabalhadores envolvidos principalmente na divisão do tráfego e locomoção. Alguns destes trabalhadores eram estrangeiros, exercendo funções mais bem qualificadas. Esta situação abria margem a uma xenofobia que ocasionava conflitos constantes. A relação entre as locomotivas e o espaço urbano, como já foi visto, também não era nada amistosa. O curioso e trágico é descobrir que as vítimas mais frequentes dos atropelamentos de trem era pessoas pobres.¹⁷⁰

OS TECELÕES DAS FÁBRICAS

A descentralização do processo inicial de industrialização no Brasil vem sendo destacado por alguns autores, mesmo levando-se em conta que boa parte desta produção ainda

¹⁶⁸O relatório, na verdade, compõe uma parte do item “Viação” existente no Indicador Geral do Estado de Alagoas. Op. cit. pp245-255.

¹⁶⁹ IBIDEM, p 252.

¹⁷⁰ TENÓRIO, Douglas Apratto. Capitalismo e ferrovias no Brasil. Op. cit. p179.

é feita sob a égide de um modelo de industrialização que termina por privilegiar o Sudeste como região economicamente mais ativa neste período.¹⁷¹ A tendência a se aprofundar as monografias e os estudos de casos deve reforçar a opinião da diversidade de indústrias, de sua disseminação e de se constituírem em sua maioria de pequenas fábricas.

Com a exceção das usinas, as indústrias surgidas no Brasil até a 1ª grande guerra praticamente não tiveram incentivos por parte do governo. Quando o tiveram, constituíam-se de isenções provisórias de impostos sobre matéria-prima e maquinaria importada, além de certa proteção alfandegária.¹⁷² No conjunto destas indústrias, talvez o setor que mais se destaque seja o têxtil. Até 1885, as províncias da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais eram as principais produtoras de tecidos do Brasil, possuindo respectivamente 12, 11 e 13 unidades de um total de 48 fábricas existentes até então.¹⁷³ Daí até 1905, a Bahia é ultrapassada em número por São Paulo (que possui 25 em 1905). Rio de Janeiro com 28 e Minas Gerais com 31, de qualquer forma, concentrarão o maior número de fábricas de tecidos até então.¹⁷⁴ Antes de entrarmos no caso específico alagoano, sugerimos observar o quadro em anexo contendo as indústrias têxteis fundadas no Brasil até 1905, destacam os dados referentes às províncias/Estados mais próximos.

Consideradas como fábricas relativamente pequenas, a origem do capital empregado nestas indústrias é comercial, normalmente ligado ao setor de importação/exportação.¹⁷⁵ Entre os fatores que podem explicar este primeiro impulso de industrialização na região estariam a disponibilidade e proximidade de matéria-prima (algodão), a oferta de mão-de-obra barata, uma demanda de mercado por tecidos grosseiros e baratos, força motriz adequada, fortalecimento do mercado intra e inter-regional e, claro, a disponibilidade de capitais.¹⁷⁶ Destacam-se ainda a importância de uma certa política protecionista às indústrias, além da relação entre encilhamento e surto industrial dos anos 1890, bastante forte como se depreende na análise da tabela contida em anexo.¹⁷⁷ Normalmente estas empresas possuíam um “baixo índice de renovação técnica” que “ocorreria não só no Nordeste, mas também em outras

¹⁷¹ Cf. SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986; HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2ed. São Paulo: Ática, 1991; e GAREIS, Maria da Guia Santos. *Industrialização no Nordeste*. Rio de Janeiro: Notrya, 1994.

¹⁷² SUZIGAN, Wilson. Op. cit. p120.

¹⁷³ ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. de. *Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista – 1920-1950*. São Paulo:HUCITEC/Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983. p101.

¹⁷⁴ SUZIGAN, Wilson. Op. cit. ver o anexo 3.

¹⁷⁵ GAREIS, Maria da Guia Santos. Op. cit. p110-111. Apesar de ser um levantamento incompleto, a autora cita casos de indústrias têxteis nos estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e de fumo na Bahia, que surgiram desta relação de investimento do capital comercial no setor produtivo.

¹⁷⁶ SUZIGAN, Wilson. Op. cit. p127 e GAREIS, Maria da Guia Santos. Op. cit. p37.

¹⁷⁷ GAREIS, Maria da Guia Santos. Op. Cit., também reforça esta relação. pp106-7.

regiões do Brasil, tratando-se, ao que parece, de uma tendência histórica geral do ramo industrial têxtil, tomado em seu conjunto”.¹⁷⁸ Vejamos o caso das fábricas de tecidos alagoanas existentes em fins do século XIX e inícios do XX.

A fábrica de Fernão Velho era propriedade da Cia. União Mercantil e estava localizada na então divisão dos municípios de Maceió e Santa Luzia do Norte. A companhia foi oficializada enquanto firma para reunião de capitais em março de 1857 mas só começa a funcionar em 1865. Com 1.625 fusos e 40 teares manuseados por 35 operários gerou inicialmente um lucro de 6,3% em suas ações.¹⁷⁹

A Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos, fundada em outubro de 1888, localiza-se no povoado da Cachoeira. Possuía motor hidráulico e a vapor, além de muitos terrenos, água, desvio de trem e cais no Mundaú. Com 260 teares que ocupavam 600 operários, produzia 4 vezes mais que a fábrica de Fernão Velho, já pensando inclusive em investir em produtos de melhor qualidade.¹⁸⁰

A Cia. Pilarense de Fiação e Tecidos, estabelecida em Pilar às margens da lagoa, é fundada em março de 1892 mas só inicia seus trabalhos em outubro do ano seguinte. Das quatro fábricas que ficam nas proximidades de Maceió, é a única que não possui acesso direto a Estrada de Ferro. Possui 57 teares, cada um contendo entre 2 e 4 lançadeiras, que produzem um tecido de melhor qualidade. Tendo como principal mercado os Estados ao norte de Alagoas, sua produção quando sai da fábrica “já está vendida”.¹⁸¹

A Cia. Progresso Alagoano, levantada em Rio Largo em 1892, possui 120 teares e tem investido no aumento de seus prédios. Possui ainda desvio de linha férrea, aqueduto e “tomadas de água”. Do mesmo modo que a Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos, a Progresso Alagoana possuía eletricidade, mas não utilizava-a como fonte de energia de sua maquinaria.¹⁸² Em seu relatório relativo ao ano de 1902, indica que ter “procura de nossos [seus] tecidos para garantir prompta saída de toda produção e encomendas que absorverão todo o fabrico de muitos mezes futuros.”¹⁸³

De posse destes dados gerais sobre as 4 fábricas de tecidos que circundam Maceió, exploraremos aspectos relacionados ao processo de trabalho e às condições de vida de seus

¹⁷⁸ HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Leonardi. História da indústria e do trabalho no Brasil. Op. cit. p35.

¹⁷⁹ IZIDORO, Francisco. “Industria” In: Indicador Geral do Estado de Alagoas. Op. cit. p99 e LIMA, Lúcia Maria Cunha Alves de. Industrialização e organização do espaço urbano: o caso de Maceió. Recife, Dissertação de mestrado em Geografia, 1982. (mimeo). p10.

¹⁸⁰ IZIDORO, Francisco. IBIDEM. p100 e *A Tribuna*, 21 de maio de 1903. pp2/3.

¹⁸¹ IZIDORO, Francisco. “Industria” In: Indicador Geral do Estado de Alagoas. Op. cit. pp 100/2.

¹⁸² IZIDORO, Francisco. IBIDEM. p 100.

¹⁸³ *A Tribuna*, 21 de maio de 1903. p2-3. Por se localizar no Sul do Estado, distante da capital, desconsideramos a Cia. Penedense na exposição que fazemos aqui, tendo em vistas os interesses da pesquisa.

operários. Cabe ressaltar que, afora a fábrica de Pilar, que se comunicava com a cidade de Maceió através da lagoa, todas as outras três se utilizavam do transporte ferroviário para os intercâmbios com o centro comercial.

Ao todo, nas indústrias têxteis de Alagoas, existiam cercam de 1860 operários trabalhando diariamente. Retirando os 350 da Cia Penedense, temos um número nada insignificante de cerca de 1500 tecelões trabalhando nas vizinhanças de Maceió. Com uma análise do número de dias efetivos de trabalho realizado nas fábricas, entretanto, este dado se complica.

FÁBRICAS	DIAS DE SERVIÇO (1901)	Nº DE OPERÁRIOS
U. Mercantil	192	145
Cia. Alagoana		600
Cia. Pilarense	278	165
Prog. Alagoano		600

Fonte: IZIDORO, Francisco. Op. Cit. pp 100/2.

Inicialmente, o que ressalta neste quadro é o número de dias trabalhados. Se as fábricas, pelo menos é o que se depreende dos relatórios expostos, estão com uma demanda maior que a sua capacidade de oferta, por que não trabalhar a pleno vapor, todos os dias da semana, todos os meses do ano? Talvez a explicação desta baixa proletarização esteja na necessidade de se reduzir os custos reais de renda (de manutenção e reprodução) da força de trabalho, utilizando-se trabalhadores oriundos de um tipo de “unidade domiciliar pouco dependente da renda salarial”. Wallerstein denomina tal unidade de “semiproletária”.¹⁸⁴ Mas ainda permanece uma estranheza, quando verifica-se o contingente populacional que vivia em torno destas fábricas, e sua relação com o número de empregados. Para se ter uma idéia, no início do século XX, o povoado da Cachoeira possuía, ao todo, 700 casas e cerca de 2000 habitantes, enquanto o de Fernão Velho possuía mais de 500 casas, sugerindo uma população em torno de 1500 moradores pelo menos.¹⁸⁵ Há uma relação desproporcional entre o total de habitantes destes núcleos de povoamento e o número de empregados nas fábricas que originaram tais núcleos.

¹⁸⁴ WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001. Conferir especialmente a primeira parte. Para a citação, p.25.

¹⁸⁵ COSTA, Craveiro. “Diccionario chorographico do Estado de Alagoas” In Indicador Geral do Estado. Op. cit. (pp.215-240) pp.222/5.

Não encontramos dados que fossem confirmados para a União Mercantil, mas seguramente as outras três fábricas utilizavam além da mão-de-obra masculina, mulheres e “meninos” ou “creanças” em diversas seções. Na Pilarense, por exemplo, em 1901, trabalharam 180 operários diariamente,¹⁸⁶ sendo que 49 eram homens, 96, mulheres e 35 crianças. Mantida esta média para os outros anos e fábricas, teríamos menos de um terço de trabalhadores homens adultos e mais de metade da mão-de-obra feminina.

Quanto ao relativo isolamento desta população trabalhadora tanto entre uma fábrica e outra, como entre as fábricas e o centro urbano de Maceió, pode ter sido o resultado desejado de um bem arquitetada projeto de controle social. Não há motivos claros para estes lugares mais afastados do núcleo urbano terem sido escolhidos para o estabelecimento das fábricas. Estar a margem da lagoa e da estrada de ferro era possível ao longo de todo o trajeto que vai do arrabalde da cidade, desde os Biombos do Paulo, Bebedouro, seguindo em direção dos povoados de Fernão Velho e Cachoeira. A especulação imobiliária não era tão grande ao ponto de justificar o aumento (mínimo, mas aumento) do frete/transporte das mercadorias e matérias-primas. É neste sentido que Lúcia Maria Cunha Lima afirma que este distanciamento do centro nervoso da cidade

afastava os operários das insatisfações das populações pobres dos trabalhadores urbanos [..., e] abrigava a força de trabalho como um grupo de famílias vivendo juntas sob a administração paternal dos gerentes da fábrica. Assim se assegurava a disciplina, se inibia a indolência do trabalhador e se mantinha o controle sobre a vida dos operários.¹⁸⁷

Uma vida social girando em torno da fábrica, então, passa a surgir nestes núcleos de povoação. Capelas, enfermarias, escolas e clubes de recreação funcionavam com regularidade nestas localidades. Com relação a moradia, havia uma política das empresas de construção algo parecido com as vilas operárias, constando de casas, meia-águas e quartos para seus trabalhadores, como mostra o quadro abaixo.

¹⁸⁶ Francisco Izidoro confunde-se no número de operários que trabalharam ao longo do ano de 1901, ora dizendo ser 165 (p 110, conforme quadro 4) ora 180 (p.101). Mantivemos o primeiro número no quadro, mas o segundo é com certeza mais seguro na medida em que foi recolhido *in loco*, constando de informações mais detalhadas. Talvez esta discrepância seja resultado de uma certa variabilidade no número de trabalhadores diários existente na fábrica.

¹⁸⁷ LIMA, Lúcia Maria Cunha. Op. cit. p10. É curioso notar que, após o estabelecimento de ferrovias ligando Maceió a Recife, os operários daquela cidade estavam muito mais “próximos” dos maceioenses, através de notícias de jornais, que os operários destas fábricas da vizinhança de Maceió, sob os quais pairava um silêncio imenso.

NÚMERO DE RESIDÊNCIAS OPERÁRIAS POR FÁBRICA

FÁBRICAS	Nº de			ANO
	CASAS	QUARTOS	MEIA-ÁGUAS	
União Mercantil	22	19	2	1897*
	30	11		1902
Cia. Alagoana	300			1902
Cia. Pilarense	25			1902
Progresso Alagoano	+ de 100			1902

Fonte: IZIDORO, Francisco. "Industria" In: Indicador Geral do Estado. Op. cit.

*Dados retirados do *Gutenberg*, 9 de março de 1898. p2-3.

Em sua maioria as habitações não eram de alvenaria. Provavelmente foram construídas pelos próprios operários nos dias de "folga", cabendo a empresa garantir o material para a construção. A Cia. Progresso Alagoano possuía "alguns chalets" destinados à gerência e funcionários mais graduados. Estas casas não eram dadas a qualquer operário, mas preferencialmente aos mais assíduos, integrados no processo de trabalho, mais ordeiros e respeitadores. Provavelmente não moravam de graça. Pelo menos na Cia. União Mercantil o aluguel destas moradias, cobrado aos trabalhadores que as utilizavam, rendeu a empresa em 1897, 345\$300 rs.¹⁸⁸

Este isolamento não só garantia um melhor disciplinamento para o conjunto dos trabalhadores, como também representavam um fator de aumento da extorsão de sobre-trabalho, efetivado através de um tipo de paternalismo empresarial.¹⁸⁹ Alguns autores vêm associando as relações paternalistas entre patrão e empregado como fator de uma exposição maior do trabalhador à exploração.¹⁹⁰ Esta interpretação para tal fenômeno vai na contra-mão de uma outra historiografia que pretendia demonstrar, através da cordialidade e do paternalismo, as benfazejas relações de trabalho existentes no Brasil na transição do trabalho escravo para o juridicamente livre. Este paternalismo, muitas vezes derivava em uma relação de clientelismo análoga a do coronelismo. Comentando esta relação, Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi analisam que

Não se trata de nenhum resquício colonial ou pré-capitalista: essa era uma das formas específicas pela qual se engendrava o capital industrial e o proletariado fabril na sociedade brasileira. Em vários casos, os terrenos

¹⁸⁸ *Gutenberg*, 9 de março de 1898. p2-3.

¹⁸⁹ Baixos salários, pagamentos em forma de vales etc. Cf. HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil. Op. cit. p144.

¹⁹⁰ Por exemplo, CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. 2ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. .pp114-126.

desses grandes domínios agroindustriais (em sua maior parte do setor têxtil) eram cercados por muros e tinham suas entradas guardadas: havia estrito controle da movimentação de pessoas, com horários fixos para ir e vir.¹⁹¹

O PROCESSO DE TRABALHO

Uma tecelã da Cia. União Mercantil, chamada Mathilde, foi trazida as pressas para ser medicada e operada dos ferimentos ocorridos enquanto manuseava um tear. Atendida pelos “reputados clínicos” Domingos Cardoso e Alfredo Rego, ela perdera 3 dedos quando foi “alcançada por uma engrenagem”, a lançadeira.¹⁹² Segundo um depoimento de antigo militante, J. Penteado

esta peça [a lançadeira], então, era uma constante ameaça para as tecelãs, pois, de quando em quando, escapava do tear e ia projetar-se, com incrível velocidade, para os lados. Como possuía uma ponta de ferro bastante aguda, em forma de pião, constituía, realmente, um perigo.¹⁹³

O perigoso lidar diário com este “verdadeiro símbolo da violência do capital”, por si só, já indicaria um aspecto “satânico” da rotina e do processo de trabalho nestas fábricas de tecidos.¹⁹⁴ A organização do trabalho, o excessivo número de crianças e mulheres, a presença de contra-mestres estrangeiros (normalmente ingleses) geravam nos que viviam sob tais condições, atmosfera de estranhamento e de desvirtuamento da vida. Quando da elaboração do texto sobre a indústria alagoana para o Indicador Geral do Estado, o já citado Francisco Izidoro visita a cia. Pilarense de Fiação e Tecidos e revela, com minúncias, as diversas seções existentes e etapas necessárias para o fabrico do tecido. Eis uma exposição sumária delas.¹⁹⁵

¹⁹¹ HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. Op. cit. p154.

¹⁹² *A Tribuna*, 18 de maio de 1902, p2. Tendo em vistas a maquinaria com a qual se trabalhava, este tipo de acidente não era incomum. De qualquer forma – e por diversos motivos – se já são poucas as notas saídas na imprensa abordando qualquer assunto relativos às fábricas da região, são raríssimas as que tratam deste tipo de assunto.

¹⁹³ APUD HARDMAN, Francisco e LEONARDI, Victor. Op. Cit. p138.

¹⁹⁴ Para uma discussão sobre a satanização das fábricas ver HOBBSAWM, Eric. “A história e as ‘satânicas fábricas escuras” In: Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado. 2ed. Trad. de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros - São Paulo: Paz e Terra, 2000. (pp131-48)

¹⁹⁵ IZIDORO, Francisco. “Indústria” In: Indicador Geral do Estado de Alagoas, Op. cit. p110/1. Utilizamo-nos principalmente deste texto para a exposição que segue.

O prédio desta fábrica é dividido em dois compridos edifícios paralelos, com o primeiro contendo 3 e o segundo 6 seções. No primeiro, vemos as seguintes seções 1ª) a que serve de depósito de algodão e de preparação deste algodão para a fiação; 2ª) a de fiação; e 3ª) a de confecção dos tecidos propriamente ditos, através dos teares e lançadeiras. No segundo edifício, vemos as 1ª e 2ª seções sendo utilizadas como compartimento do equipamento de força motriz, a vapor. As demais, seguem a seguinte ordem: 3ª) a de cozimento e tinturaria dos tecidos; 4ª) a oficina de serralharia e reparação; 5ª) onde se engoma e enrola o tecido; 6ª) onde localizam-se o depósito, a área de embalagem e o escritório da gerência.

De forma resumida, este processo de confecção e acabamento do tecido se constitui em três etapas: a preparação da (e a) fiação; a tecelagem propriamente dita; e o beneficiamento do tecido. Esta divisão do trabalho permitia a utilização, em determinados setores, de mão-de-obra não especializada e de crianças, reduzindo o número de mão-de-obra qualificada,¹⁹⁶ que se concentrava em determinados setores de produção e se distribuía em número reduzido aos outros setores. Os homens, ao que parece, eram concentrados principalmente na primeira seção do primeiro prédio e nas duas primeiras e na quarta do segundo prédio, onde exigia-se maior força braçal.

Este ambiente de trabalho, aparentemente avançado e sofisticado, convivia amistosamente com o tom rústico e o bucólico da lagoa e das matas. Apesar de inserida em uma produção voltada para o mercado, que cada vez mais integra a paisagem regional à civilização capitalista, existem diferenças visíveis entre este processo de industrialização e o ocorrido na Europa ocidental. Estas diferenças terminaram forjando especificidades na formação inicial da classe trabalhadora nordestina. A fábrica nasce pontilhada ao redor de roçados, “emolduradas pela vegetação dos sítios [...] o terreno rabiscado aqui e ali de casas operárias e camponesas”.¹⁹⁷ Aqui, temos um operariado não só de origem rural, mas convivendo com o mundo rural, em que o valor de troca não substituiu inteiramente o “valor de uso”. Neste sentido, Luiz Sávio de Almeida fala em um tipo de “morador industrial, contrapartida do morador rural”.¹⁹⁸

Ou em busca de melhores oportunidades ou fugindo da miséria, a mão-de-obra que sai do campo e chega a cidade não é mais a mesma: o trabalhador do campo é diferente do trabalhador urbano. Na cidade, ele passa a integrar uma nova classe social, mas trás consigo todo um sistema de heranças, um *outillage mental*, uma experiência de vida que servirá de

¹⁹⁶ Cf. GAREIS, Maria Guia Santos. Op. cit. pp. 20-24.

¹⁹⁷ MARTINS, José de Souza. Subúrbio – vida cotidiano e história no subúrbio da cidade de São Paulo... Op. cit. p 177.

¹⁹⁸ ALMEIDA (de) Luis Sávio. “A República e o movimento operário em Alagoas (a redenção dos filhos do trabalho)”. Op. cit. p58.

base (e que informará) o modo de agir destes trabalhadores nas lidas do dia-a-dia: o costume tradicional e a consciência de ser filho do trabalho, nova, são coisas diferentes e convivem juntas neste trabalhador. Tal “momento de transição” deve ser pensado, ainda, junto à possibilidade de este trabalhador da fábrica/urbano conviver numa urbanidade insipiente em que não está bem constituída a fronteira entre o campo e a cidade: muitas vezes uma parte de sua subsistência é conseguida na ida, ali pertinho, à horta de um amigo lavrador.

A experiência operária, como ela é efetivada e como ela é percebida pelos mais ativos “propagandistas”, está ligada à vivência em lugares insalubres e a simplicidade dos gestos, à uma dilacerada - porque dupla - consciência de sua vida para o trabalho: se de um lado, este trabalho é a possibilidade de conquista e manutenção de sua honra dentro da sociedade em que vive, por outro, é um momento especial do aviltamento e da exploração existentes nesta mesma sociedade. Esta experiência, na verdade, não é própria apenas dos trabalhadores, mas de todos os estratos populares, de toda pobreza – rural ou urbana. Talvez o que distinga a experiência trabalhadora (da dos outros grupos sociais) seja o entregar-se a este dilaceramento, enfrentá-lo, encarando de frente o mundo do trabalho que querem lhe impor de cima e transformando-o em algo seu, inevitavelmente seu. Em certo sentido, todo trabalhador é um lutador, pelo simples fato de entrar neste mundo; todo trabalhador quer a mudança e não a conservação. E, neste sentido, os trabalhadores começam a se afastar de outros grupos que – materialmente – seriam seus próximos (as comunidades rurais, os camponeses, os milenaristas) pois avançam de encontro à modernidade, apontam para o progresso – como o quer as práticas capitalistas que se vão introduzindo cada vez mais rapidamente -, mas apontam para um progresso diverso, para um futuro utópico e solidário – como nunca esperava este capitalismo. A lenta e difícil distinção entre aqueles grupos sociais de práticas estabilizadas no tempo e os trabalhadores apenas iniciava-se no período aqui focado. É por demais artificial forjar, então, uma distinção nítida entre o operário, o camponês e o popular justamente no momento em que se começam a diferenciar. Aqui e ali, neste estudo, um e outro são vistos como o mesmo – pois são o mesmo. Aqui e ali, um e outro são apresentados como distintos – pois já são distintos.

Na forma como entendemos, são os profissionais do setor gráfico que mais incisivamente manifestam-se no sentido de forjar esta distinção, de criar um sentido de pertença para uma categoria social – a classe trabalhadora assalariada – que estava no processo inicial de seu fazer-se. É por isto que, a esta categoria, será dedicado um capítulo exclusivo, o próximo.

CAPÍTULO II - OS TIPÓGRAFOS E A IMPRENSA DE MACEIÓ

Exploraremos neste capítulo o mercado de trabalho gráfico de Maceió, relacionando-o tanto à imprensa conservadora como à imprensa operária. Destacando a principal categoria do setor, os compositores tipográficos¹⁹⁹, exploraremos aspectos relativos às condições e ao processo de trabalho nas oficinas dos principais jornais da cidade. Na parte final do capítulo, apresentaremos dados biográficos dos principais gráficos envolvidos na organização dos trabalhadores e na elaboração do socialismo, além dos principais órgãos da imprensa operária existentes no período.

A COMPOSIÇÃO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS

Discutimos o setor dos trabalhadores gráficos baseados na idéia de Karl Marx de que as características de constituição de empreendimentos e empresas numa sociedade que está aprofundando as relações capitalistas de produção (valor de troca) facilitam, ou melhor, potencializam a distinção (e a percepção desta distinção) entre as classes sociais. Assim, trabalhadores assalariados, de um empreendimento fabril voltado aos interesses do mercado, teriam condições mais próximas e concretas de começar a formular uma identidade de classe, de se perceberem enquanto grupo social distinto dos donos do capital, da “burguesia”. Estas condições, numa sociedade de relações predominantemente escravistas e que ainda não se inserisse no mercado mundial, seriam travadas por uma jornada de trabalho e por condições físicas e morais de existência menos extenuantes.²⁰⁰ Ou seja: é inerente à sociedade capitalista aumentar as condições de crítica de seus problemas específicos. Portanto, a formação de um setor gráfico em Alagoas, fruto das condições de desenvolvimento econômico e social do Estado dentro de uma sociabilidade capitalista periférica, vai lançar as bases de crítica desta mesma sociedade.

¹⁹⁹ Os compositores tipógrafos (ou tipográficos) se constituíam em uma dentre as diversas categorias dos trabalhadores gráficos, como veremos adiante. Normalmente, no entanto, eles não eram denominados desta forma, sendo na verdade mais conhecidos simplesmente como tipógrafos, que seria o equivalente de gráficos em geral. Apenas quando precisarmos reforçar esta distinção entre os compositores e o restante dos gráficos é que utilizaremos a primeira expressão. Quando, no interior de um argumento, esta distinção não possuir maior importância, optaremos por denominar todos os profissionais do setor de tipógrafos ou gráficos.

²⁰⁰ MARX, Karl. El capital. Tomo I, Livro primeiro. Trad. de Wenceslao Roces. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1975. Ver especialmente os capítulos 3,4 e 5. (pp.130-447)

Segundo Craveiro Costa, entre 1869 e 1902 foram editados cerca de 500 jornais e periódicos no Estado.²⁰¹ Apesar de a grande maioria destes periódicos ter ficado nos primeiros dois ou três números, revela-se uma característica presente em todo o país àquele momento: a da difusão da imprensa, muitas vezes em oficinas semi-aparelhadas que se estabeleciam inclusive no interior das províncias/Estados mais pobre. Nos interessamos aqui pela capital de Alagoas e por duas outras cidades, Santa Luzia do Norte e Pilar, que compunham uma rede de relações próximas o bastante para que se configurasse uma certa urbanidade e influência entre si – principalmente de Maceió sobre as vizinhas. Para obtermos um quadro mais completo do setor gráfico desta região, nos concentraremos no período que vai de 1895 a 1905.

Esmiuçar as diversas categorias que fazem parte do setor gráfico aquele momento é tarefa de difícil execução por alguns motivos. Primeiramente, é raro encontrarmos na documentação consultada uma descrição mais precisa destes diversos profissionais que normalmente são tratadas de forma um tanto generalizada como sendo todos “tipógrafos”. Isto é uma simplificação. Um outro aspecto que dificulta esta configuração relaciona-se ao aperfeiçoamento das técnicas e a introdução de novas máquinas nas tipografias, que terminam por criar novas categorias – é o caso do zincógrafo, que cuida da confecção de gravuras através do zinco. Como praticamente inexistente uma historiografia preocupada com os processos de trabalho e as técnicas industriais para Alagoas, precisamos realizar um esforço dobrado para desvendar algumas facetas desta dimensão. Tendo em vistas estas ressalvas, conseguimos identificar em Maceió as seguintes categorias e seus afazeres durante o período estudado:²⁰²

Compositor tipógrafo	Encarregado da composição dos textos a partir dos tipos – normalmente letras soltas – que seriam afixadas/justificadas em uma prancha
Impressor	Encarregado de imprimir a página que servirá para correção da composição e de imprimir através do processo da estereotipia todos os exemplares da obra tipográfica

²⁰¹ COSTA, Craveiro. “Informações sobre o Estado de Alagoas” In: Indicador Geral do Estado de Alagoas. Maceió, Typographia Commercial, 1902. (pp.241-282). p 262.

²⁰² Este quadro foi construído através de diversas notas (de aniversários e mortes, por exemplo) encontradas na imprensa local, que tornariam enfadonho e inviável de serem colocadas neste rodapé. Apesar das diferenças encontradas, também contribuiu na sua elaboração o artigo sobre os tipógrafos do Rio de Janeiro, de VITORINO, Artur J. Renda. “Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro” In: Sociedades operárias e mutualismo – Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth. UNICAMP/IFCH, v.6, nº10/11, 1999. (pp69-108)

Revisor	Encarregado de revisar o texto/página composta pelo compositor-tipográfico
Litógrafos (ou gravadores)	Encarregados de produzir e imprimir as litografias – normalmente gravuras e desenhos caricaturais, mas às vezes fotografias. Em alguns casos estes suportes são tratados como litogravuras.
Encadernadores	Encarregados de confeccionar a brochura das obras tipográficas que estivessem destinadas a ser encadernadas
Pautadores	Não trabalhavam na confecção de jornais, mas sim na pautação e espacejação de papel para memorandos, cartas, livros-caixas, etc.

Estes trabalhadores exerciam funções diversas e realizavam tarefas as mais distintas. Para 1902, Craveiro Costa²⁰³ indica haver em Maceió três gravadores (Protásio Trigueiros, José Alves e Benjamin Braz) e apenas uma oficina litográfica, a de Trigueiros e Cia. Atividade que exigia aparelhos relativamente sofisticados, até a segunda década do século XX será esporádica a sua utilização na imprensa periódica. Provavelmente estes serviços eram utilizados em trabalhos encomendados – álbuns, gravuras para determinados folhetos e convites, quadros e edições especiais de jornais. De sua parte, o revisor parece ser também um profissional melhor qualificado e mais versado na cultura escrita, que se encarrega de revisar as provas compostas pelos compositores para retornarem e serem corrigidas, de acordo com a necessidade, por estes. Existia um número diminuto (talvez apenas um) em cada oficina.

Entre os encadernadores, apesar de não termos encontrado um dado mais concreto, vemos um número que deve ser bem maior que o de litógrafos. Por exemplo: no Liceu de Artes e Ofícios, “quando se proclamou a República aprendia-se tipografia [e] encadernação”²⁰⁴, dentre outras atividades. É de se presumir que mesmo se o mercado de trabalho atraía-se os interessados preferencialmente para o curso de compositor-tipógrafo, a manutenção de um curso de encadernação deveria contar com um número mínimo de alunos. Do mesmo modo, não é tão rara a produção de livretos, livros e revistas encadernados no Estado, que vão desde coleções de leis, até livros de contos e de poemas passando por duas revistas de circulação irregular: a Revista de Agricultura Alagoana e a Revista do então Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas. Estes impressos encadernados eram confeccionados em pelo menos quatro tipografias diferentes de Maceió. Mesmo em duas

²⁰³ Op. Cit. p 263.

²⁰⁴ COSTA, Craveiro. Instrução pública e instituições culturais de Alagoas. Maceió: Imprensa Oficial, 1931. p 48.

tipografias pequenas, como as dos periódicos *O Trocista* e *A Palestra*, consegue-se editar livros, como são os casos do romance de Zadir Índio, *O Vencido* (1902), e do livro de contos de José Saturnino, *Fragmentos D'alma* (1902-3). Com estes dois casos podemos adiantar uma conjectura: mesmo não sendo oficinas muito bem aparelhadas e que publicavam, cada uma, apenas um periódico com tiragem semanal e alguns outros trabalhos ocasionais, elas chegaram a imprimir cada uma um livro, pelo menos, em 1902. Isto sugere a possibilidade de que seria um pouco maior o mercado de impressão de livros em Maceió, e conseqüentemente o número de encadernadores.

Quanto aos impressores, provavelmente os mais habilitados eram encarregados de imprimir a página para as provas (que serviriam à revisão) e depois de corrigidos os possíveis erros pelos tipógrafos, imprimiam uma espécie de matriz, de página-guia para ser estereotipada. Provavelmente existe uma diferença entre as funções deste impressor mais bem qualificado e as do que trabalha diretamente na estereotipia, que seria a impressão em série. Até onde pudemos averiguar, é confusa a distinção entre um e outro.²⁰⁵ De qualquer modo, esta é uma das categoria mais numerosas a compor o setor gráfico.

Ainda segundo Craveiro Costa, os dois diários com maior circulação no Estado ocupavam, cada um, “20 operarios em suas diferentes secções”.²⁰⁶ No caso do *Gutenberg*, que utilizava “machina de cilindro de Alauzet”, imprimiam-se 2000 exemplares, enquanto que *A Tribuna* ficava nos 1000 exemplares diários.²⁰⁷ Esta diferença na tiragem dos dois diários em tipografias que operam com o mesmo número de operários talvez seja explicada pela tecnologia utilizada, apesar de ela já ter sido introduzida no Estado desde 1865-6.

Já o compositor tipográfico é comumente denominado de tipógrafo e se constitui na categoria por excelência do setor gráfico. As oficinas gráficas mais bem aparelhadas, como a Trigueiros e Cia, a Tipographia Commercial, e outras que faziam circular jornais diários, chegavam a possuir quatro ou mais compositores em seus quadros permanentes. Com a ajuda do Indicador Geral do Estado e de diversas notas colhidas em vários jornais conseguimos

²⁰⁵ Observar o depoimento de Luiz Francisco de Carvalho, colhido por Carvalho Veras, onde aquele afirma ter sido o “único impressor” do Indicador Geral do Estado e cruzar com a indicação de Craveiro Costa de que eram necessários 20 homens para imprimir um jornal de circulação diária. Este confronto revela praticamente impossível a tarefa de Luiz Francisco de Carvalho, a não ser que ele componha esta categoria de um impressor melhor qualificado que se ocupa apenas das provas. Para o depoimento do primeiro, cf. *O Correio de Maceió*, 7 de março de 1968. p1; para o segundo, cf. COSTA, Craveiro. “Informações sobre o Estado de Alagoas”. In: *Indicador Geral do Estado de Alagoas*. Op. Cit, p. 263.

²⁰⁶ COSTA, Craveiro. *IBIDEM*.

²⁰⁷ O jornalista Luiz Lavenère aponta um número diferente em um depoimento contraditório: depois de afirmar que “quinhentos exemplares [era] o máximo que se distribuía naquele tempo”, continua afirmando que o *Gutenberg* “que foi por muitos anos o jornal mais lido da cidade, mal chegava a imprimir setecentos exemplares por dia”. De qualquer modo, este texto, escrito em tom memorialístico, pode estar se referindo há um período anterior ao das informações apontadas acima, ficando por volta dos anos 1890. Cf. *Jornal de Alagoas*, 18 de fevereiro de 1948. p6.

identificar pelo menos 40 tipógrafos trabalhando em Maceió entre 1898 e 1902. Certamente este número é maior. Para Santa Luzia do Norte não conseguimos encontrar referências à oficina tipográfica ou jornal algum neste período, o que é bastante estranho. Já para Pilar, localizamos dois periódicos regulares: o *Vinte de Julho* e *O Holophote*, com a existência de duas tipografias e referências a três tipógrafos trabalhando na cidade. Do mesmo modo, cremos ser este número um pouco maior²⁰⁸.

De posse destes dados podemos sugerir que o universo dos trabalhadores do setor tipográfico de Maceió – e de sua circunvizinhança – montava com certeza a mais de uma centena, talvez 150 profissionais entre qualificados e simples movedores de máquinas de impressão. Este número era dividido desigualmente entre diversas oficinas tipográficas, das quais conseguimos identificar as mais bem aparelhadas:

- Tipographia Commercial – ou de M. J. Ramalho & Murta;
- Trigueiros e Cia;
- Officinas Fonseca – ou Livraria Fonseca;
- João Tavares da Costa;
- T. de Menezes e Filho;
- Oficina do *Gutenberg*;
- Oficina da *Tribuna*;

Existiam também oficinas menores, dos seguintes jornais e periódicos, sem denominações específicas e em alguns casos montada num cômodo da casa de seu proprietário:

- *O Trocista*;
- *A Palestra*;
- *Jornal de Debates*;
- *O Evolucionista*;
- *A Cruz*;
- *O Spirita Alagoano*
- *A Imprensa*
- *Vinte de Junho* (Pilar)

²⁰⁸ Ver a XIV, e última, parte do Indicador Geral do Estado de Alagoas, sem indicação de autor: “Indicador Administrativo Commercial, Industrial, Agrícola e profissional das principaes localidades”. Op. Cit. (pp. 283-351) pp336/7.

- *O Holophote* (Pilar)

A afirmativa de que a imprensa em Alagoas é um apêndice da política²⁰⁹ reflete um aspecto importante da criação e manutenção de jornais vinculados aos interesses de grupos oligárquicos. De modo geral, os estudos que abordam este ponto no que se refere à Alagoas discutem, então, o encaminhamento das notícias e o direcionamento das opiniões em favor deste ou daquele grupo, da oposição e da situação, e suas conseqüências para determinadas conjunturas. Como o que nos motiva neste estudo são outras questões, entendemos que boa parte dos jornais e das oficinas tipográficas de Maceió - apesar de alguns destes empreendimentos serem vinculados diretamente a determinados grupos políticos - possuem autonomia financeira, constituindo-se em empresas economicamente viáveis. Por certo, diversos destes jornais se configuraram como deficitários: o grande número dos que aparecem e somem é sintomático disto. No entanto, o que dizer dos que perduram e dos que investem na melhoria técnica de suas oficinas?

Um caso bastante esclarecedor sobre este ponto é o da viagem de Protázio Trigueiros, dono da Litographia Trigueiros, à Europa em meados de 1904. Pensando em se inteirar de novas técnicas e instrumentos para impressão de imagens, especialidade de sua oficina gráfica, Protázio visita diversas cidades da França e da Alemanha, onde fora “ver de perto o que havia de melhor e aperfeiçoado [sic] nas artes graphicas”.²¹⁰ De retorno da viagem, começa a divulgar as novas aquisições de sua oficina, que agora estava habilitada para fazer “chromo-lithographia; gravuras typographicas imitando trabalho sobre aço á cores; clichês typographicos; especialidades em desenhos á penna e a crayon; negativos lithographicos, etc.” Num noticiário que mais parece uma propaganda comercial, ele continua divulgando as novidades, num esforço de atualização tecnológica e de confiança no retorno do investimento:²¹¹

em typographia tem o que ha [sic] novidade e a phantazia imagine – systema Arts nouveaux.[...] O atelier dispõe de uma instalação completa á vapor para fabricação de cartonagem de todas as especies e tamanhos, bem como para a confecção de modelos e composições artísticas. [...] Trouxemos também novidades para impressão á cores de cartões postaes; impressões de diplomas, mappas geographicos ou topographicos, letras,

²⁰⁹ Cf. COSTA, Craveiro. “Cem anos de jornalismo (memória histórica sobre o jornalismo alagoano)” In: Revista do I.H.G.A. Maceió, volume XV, 1931. (pp 78-130); FERREIRA, Juarez. “A imprensa alagoana nas décadas de 20 e 30 (uma abordagem sobre a imprensa política)” In: AZEVEDO (de), João Ferreira (coord.) Documentário das comemorações do cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos. Maceió: UFAL, 1979. (pp. 48-52); VERAS, José Maria de Carvalho. “A imprensa alagoana nas décadas de 20 e 30” In: AZEVEDO (de), João Ferreira (coord.). IBIDEM. (pp. 54-7); e SANT’ANA (de), Moacir Medeiros. História da imprensa em Alagoas. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

²¹⁰ *Gutenberg*, 28 de julho (p1) e 30 de julho de 1904. p1.

²¹¹ IBIDEM

musicas, emblemas, facturas commerciaes, etc, etc. [Enfim, ele trouxera] o material apropriado para todos os trabalhos graphicos de qualquer especie, podendo competir em preço e perfeição com os melhores similares estrangeiros.

Recorrendo novamente a Craveiro Costa,²¹² vemos o modo como ele refere-se a estes estabelecimentos: “as officinas typographicas que existem na capital são completas e possuem machinas de pautar, cortar, perfurar, numerar, imprimir as mais aperfeiçoadas e de varios fabricantes europeus e americanos”. A Typographia Commercial, para citar um dos casos de maior prosperidade, além da própria tipografia, possuía uma papelaria, editava sobre fiança para “pessoas faltas de recursos”; recebia encomendas de livros comerciais e talões de faturas; ofertava 20% aos revendedores que quisessem negociar seu material; disponibilizava um serviço de compra de jornais e revistas nacionais e estrangeiras, além de outros itens relacionados à papelaria e à tipografia – inclusive partituras musicais e máquinas tipográficas; além de tudo isto, mantinha um serviço de empréstimos e consignação.²¹³ Ou seja: este ramo da atividade devia possuir uma lucratividade suficiente para se auto-sustentar e se reproduzir em bases tecnologicamente mais avançadas, sendo parte destas empresas marcadas por relações contratuais capitalistas. A forma de administração, por sua vez, revela que algumas oficinas possuíam não apenas uma divisão do trabalho em seções relativamente complexas, como também um nível de disciplina rígido.

O PROCESSO DE TRABALHO

Devemos considerar que uma parte do trabalho tipográfico se compunha de encomendas particulares (convites, papéis contábeis, etc) que, acertadas com antecedência dariam melhores condições de planejamento de sua jornada de confecção, sendo trabalhos realizados nos turnos matutino e vespertino. Porém, com a circulação dos jornais diários começa a tendência de uma certa pressa nas notícias e no ritmo da informação que terminam fazendo com que boa parte das matérias publicadas nestes jornais sejam relativas ao dia anterior, às novidades – e isto exigia a produção dos textos ao longo do dia para que todo o trabalho relativo a composição e a impressão acontecesse ao longo da noite ou mesmo da madrugada.

²¹² COSTA, Craveiro. “Informações sobre o Estado de Alagoas” In: Indicador Geral do Estado Alagoas. Op. Cit. p263

²¹³ Estas informações foram obtidas principalmente através de anúncios veiculados no Indicador Geral do Estado de Alagoas. Op.Cit. passim.

A modernidade, trazendo consigo a velocidade, começa a influenciar o ritmo e a jornada de trabalho.

O jornalista Luís Lavenère recorda que por volta dos anos 1870/1880 os prelos eram movidos “a braço” e que “só imprimiam papel humido [sic]. Empilhava-se a quantidade necessária, molhava-se tudo, algumas horas antes de começar a impressão”. Com esta técnica, continua, “gastava-se uma noite inteira para se imprimir uma edição de jornal constante de quinhentos exemplares”.²¹⁴ A partir dos anos 1880, segundo Moacir Sant’Anna, isto começou a se modificar com a introdução da primeira impressora à seco.²¹⁵ Já na virada do século, período no qual estamos nos concentrando, os prelos continuavam manuais, mas sem exigir a força de dois homens, sendo mais leves e eficientes.

À noite, as tipografias tornavam-se mais insalubres: além do cheiro forte (do papel e principalmente) da tinta, algumas oficinas ainda utilizavam candeeiros de querosene pois, devido a sua localização, não eram atendidas pela novidade da Energia Elétrica, surgida em Maceió em 1897, como vimos no primeiro capítulo. Esta eletricidade, é bom lembrar, servia apenas para a iluminação – apenas em meados da década de 1920 ela será utilizada como força motriz de alguns dos mecanismos utilizados nas gráficas. Sua distribuição também funcionava de forma bastante precária, interrompendo-se o trabalho nas constantes faltas de energia ou recorrendo-se aos velho lampiões.²¹⁶

Nestes locais de trabalho, enquanto algumas das atividades executadas eram verdadeiros exercícios manuais, outras requisitavam um profissional habilitado, que exercesse seu ofício com precisão milimétrica no espaço da composição e no tempo gasto para realizar a tarefa. É o caso do compositor.

Um dia de trabalho²¹⁷ de um compositor-tipógrafo começa normalmente por volta das 9 horas da manhã. Durante seis horas ele irá “levantar a composição” de 250 linhas em tipo 8, com 44 meios quadratins, que era o tipo e a forma mais comuns utilizados na composição de textos para jornais.²¹⁸ Levantar mais que isso – 270 linhas, por exemplo – “não é comum” nas tipografias de Pernambuco e “é trabalho forçado”.²¹⁹ A medida em que as colunas - ou as matérias, não está bem claro - vão sendo compostas, existe a necessidade da impressão de

²¹⁴ Jornal de Alagoas, 18 de fevereiro de 1948. p6.

²¹⁵ SANT’ANNA (de), Moacir Medeiros. História da Imprensa em Alagoas. Op.Cit. p41

²¹⁶ IDEM, IBIDEM. p45. Para a falta constante de energia, cf. *A Tribuna*, 21 de janeiro de 1903. p2.

²¹⁷ Para reconstituir esta jornada de trabalho, utilizamos uma carta assinada por “Um Typographo” e enviada à União Typographica de Pernambuco, durante uma campanha para aumentar o salário. Cf. *A União*, Recife, 21 de março de 1895. p1. Apesar de se referir diretamente à realidade de Pernambuco – mais precisamente do Recife – cremos ser razoável transportar este ritmo de produção para o caso de Maceió.

²¹⁸ Vale notar que existem tipos tamanho 10, 7, 6, 5, etc. que são utilizados mais comumente em trabalhos de encomenda – como propagandas e convites, que exigem uma estética com letras de tamanho mais variados, menos comuns.

²¹⁹ *A União*, Recife, 21 de março de 1895. p1.

uma página para a revisão. Para cada 250 linhas, são necessárias “2, 3 e mais parcelas” para a impressão e revisão, que duram “2, 3 e mais horas” sem remuneração. Ou seja, cada intervalo para revisão dura em média uma hora que, somada às seis horas para a composição, já batem na casa das nove, dez horas de trabalho.

As emendas e o “processo de provas” nos textos revistos consiste no concerto das incorreções identificadas pelos revisores. Elas demoram cada uma cerca de 30 minutos – o que acrescenta mais uma ou duas horas, conforme a divisão em 2 ou mais momentos de provas: já se foram entre dez e doze horas de serviço. No entanto, ao longo desta composição, as letrinhas (os tipos) não são apenas retirados das gavetas para a prancha de composição, mas são lá recolocados, de acordo com a sua gaveta: das grandes gavetas dos *As*, e *Es* às pequenas gavetas dos *Qs* e *Vs*. Lá se vão mais duas horas e meia. São doze, quatorze horas ao todo a rotina diária de trabalho de um compositor tipógrafo. Em alguns casos, há aprendizes para fazer esta última tarefa de recolher os tipos.²²⁰

Para se ter idéia do que significa este labor, o periódico *O Trocista* em sua primeira página traz cerca de 65 linhas em cada uma das quatro colunas em que era impresso. Isto porque a primeira página possui o frontispício, com título e chamadas da redação do jornal. Nas páginas “de dentro”, seus exemplares traziam alguma coisa em torno de 75 a 80 linhas. Multiplicando estas linhas pelo número de colunas, temos cerca de 260 linhas para a primeira página e entre 300 e 340 linhas para as demais. Como era um periódico que saía apenas aos domingos, dois bons tipógrafos dariam conta desta tarefa ao longo da semana. Um jornal deste porte, impresso diariamente, precisaria de pelo menos cinco tipógrafos rápidos em trabalho intensivo.

Mas em que consistia realmente este trabalho de composição realizado pelo compositor tipógrafo? Trabalho que deixa sua vida “mais cheia de responsabilidades e fadigas que qualquer outra” e onde ele “gastam a saúde na caixeta até alta madrugada sob a luz do gaz, perdendo assim parte de sua vista e sem as regalias que os outros teem no descanso e na recompensa do trabalho”.²²¹

Numa série de artigos que reproduz trechos do “Manual do Aprendiz Compositor”, conseguimos identificar algumas das habilidades exigidas aos compositores,²²² que “deve

²²⁰ Para uma caracterização levemente diferenciada das tarefas envolvidas no ofício do compositor tipográfico, consultar VITORINO, Artur José Renda. Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Anablume/FAPESP, 2000. Especialmente o capítulo IV.

²²¹ *A União*, Recife, 26 de março de 1898. p1.

²²² Infelizmente a coleção do periódico *A União* (Recife), órgão da “Classe Typographica”, existente no Arquivo Público de Pernambuco, de onde extraímos o que segue, é lacunosa. Desta série que contém partes do “Manual do compositor aprendiz” só conseguimos os trechos que falam sobre a espacejação e a justificação. Cf. *A União*, Nº 15, sem identificação de data (provavelmente de inícios de 1898), p1, e o Nº 21, de 16 de maio de 1898, p1.

possuir no dedo um modo delicado”: “Justificação é, então, a ação que consiste em dar à largura da linha uma exactidão rigorosamente uniforme [...] a sua igualdade não admite mais ou menos exactidão, e deve ser absoluta”. Nesta tarefa, o compositor se vale do compenedor, uma espécie de tabuleta que lhe auxilia: “Muitas vezes o compositor encontra dificuldades na justificação das linhas: ora um [sic] palavra muito curta apresenta-se no fim da linha e não a completa, ora uma outra muito extensa não encontra lugar”. E é aí que entra a necessidade de harmonizar a espacejação. Ou seja:

Antes de justificar a linha, o bom compositor deve ter um cuidado: é de ler com muita atenção a linha composta, e de fazer desaparecer imediatamente todas as faltas que se poderiam ter dado. Nessa ocasião a retificação é facil de fazer-se; esquecida, tornar-se-ha mais tarde difficil e prejudicial ...

...pois fatalmente modificará o espaço regular que vinha sendo colocado entre as palavras: “As linhas oferecem uma certa elasticidade de que é bom desconfiar-se e a ultima letra so deve entrar no compenedor por meio de um pequeno esforço, e essa pequena resistencia é que indica que se tem justificado a linha”. Os tipos, é bom notar, além de pequenos e soltos, possuem a letra gravada ao inverso, para permitir a impressão no papel no sentido convencional. O ofício da composição de textos é um misto de labuta da inteligência, na medida em que o compositor necessita de saberes e habilidades não-comuns, e de trabalho manual, pois exige que se faça este movimento de ir e vir com os tipos centenas de vezes ao dia.²²³

Um verdadeiro artesanato que exige habilidade, precisão e paciência, numa sociedade que cada vez mais busca a rapidez. A disciplina de concentração exige determinadas regras de conduta e postura dentro de um local de trabalho como este. Em tom de ironia, *A União*²²⁴ divulga os “Mandamentos do Typographo” dizendo que “os tres primeiros pertencem á honra do publico; e os outros sete á [sic] paz e proveito do dono do estabelecimento”. Entre tais mandamentos, alguns esclarecem aspectos do ambiente existente nas tipografias, de local circunspecto, tranqüilo e sem muita conversa a ser jogada fora, como também de clara divisão do trabalho que termina por estabelecer uma hierarquia entre os funcionários, de acordo com a função que exercem. Como exemplo, citamos alguns deles:

Para uma melhor compreensão da atividade e fluência da leitura, as citações de trechos não seguem necessariamente a ordem em que estão escritas na documentação. Os grifos são do original.

²²³ Um depoimento de um tipógrafo na década de 1860 indicava mais de 1200 movimentos destes por dia de trabalho. Cf. VITORINO, Artur J. Renda. “Os sonhos dos tipógrafos na corte imperial brasileira”, 2003, mimeo. pp8/9. Agradeço ao autor ter-me enviado este texto mesmo com sua publicação já a caminho, e sem ao menos me conhecer pessoalmente.

²²⁴ Recife, 11 de abril de 1895.

- 5° - Não palestrarás no escriptório da redacção, não empatarás os typographos com conversas e perguntas ociosas;
 6° - Não te aproximarás das mezas de revisão;
 7° - Não te chegarás para os prélos, nem para as caixas a ler ou biscoutar os originaes, o que vale a censura de que te esquecesses da educação que te deram;
 8° - Não terás estultas pretensões litterarias, nem abarrotaras [sic] os typos com tuas necedades [sic]

Sabemos que tais regras não correspondiam evidentemente ao que de fato acontecia na relação entre compositores, revisores e membros da redacção de uma oficina tipográfica. Elas, na verdade, apontam a um modelo de funcionamento que, mesmo se não fosse alcançado, servia como estratégia de auxílio à administração do estabelecimento tipográfico para consecução de seu funcionamento efetivo. De qualquer modo, tais regras esclarecem um pouco do ambiente de trabalho e algumas das conseqüências advindas da divisão no processo de trabalho nestas tipografias. E aqui chegamos a um ponto delicado: o da distinção entre trabalho intelectual, valorizado, e trabalho manual, desprestigiado – o que termina por levar a uma distinção maior (e mais importante para o nosso estudo), entre os que se identificam ou não como trabalhadores. Vejamos esta questão a partir de um artigo, “Por causa dos feijões”:²²⁵

Por causa das *notinhas* sobre os *fejões estrangeiros*, temos que passar um *foguete* de dois *roncos*, na revisão desta folha.

Irra com o compositor das *notinhas*! Ora bola com o revisor do *Gutenberg*! Temos deixado passar sem protesto tantos erros typographicos quantos essa gente inimiga dos jornalistas tem com elles entendido adornar as nossas modestas *notinhas*.

Mas desta vez não lhe perdoamos o crime, e desmanchamos-lhes de publico a *figura*.

Ante-hotem de prova e autographo em punho, mostramos ao operario que compoz as *notinhas* anteriores, ao administrador das officinas typographicas, ao chefe da expedição, ao director das machinas e ao redactor chefe, que aquelle enorme erro de que revestiram as mesmas *notinhas* na linha 25^a foi exclusivamente devido á revisão, que deixou passar o *cochilo* do typographo que o compoz.

A culpa daquelle nos *fallou as cronicas*, em vez de *fallam etc*, é exclusivamente devido, repetimos, ao tal revisor, que não se importou de corregir o erro typographico commettido pelo compositor dos autographos.

Não sabemos mesmo que motivos tinha a revisão de andar tão apressada em seu serviço, ao ponto de não corregir com attenção a prova das *notinhas* aliás boa prova que apresentava raros *pasteis*.

Sabemos que já agora o mal está irremediável; mas ao menos sirva-nos de desabafo á [sic] contrariedade soffrida este *foguete* que dirigimos á revisão desta folha, chamando a attenção do seu chefe mental para taes faltas. (grifos no original)

²²⁵ *Gutenberg*, 26 de outubro de 1897. p3. Nesta edição a seção das “notinhas” está sem assinatura, mas em outras edições do jornal, o responsável pelos artigos assina-se John, provavelmente um pseudônimo.

O tom irônico e irado desta reclamação pública, mais do que a arrogância de um beletrista que não se quer deixar passar perante a sociedade como um escritor que comete erros tão óbvios de português, revela a conflituosa relação existente entre membros da redação dos jornais, supervisor da oficina, revisores e compositores no processo de trabalho de uma tipografia.

Em um outro caso, justificando os vários erros contidos num texto publicado na edição anterior, o redator da *Tribuna* desculpa-se afirmando que “apesar da correção feita pelo revisor, o typographo deixou de emendar por negligencia, o que lhe custou uma multa no vencimento do dia”.²²⁶ Cabe ressaltar que, por mais habilitados que fossem os compositores-tipográficos, o trabalho de revisão era extremamente necessário pois os primeiros sofriam constantemente a pressão de terminarem logo seu trabalho e, ademais, compunham com as palavras e frases ao contrário, indo da direita para a esquerda, para que fossem impressas corretamente nas folhas de prova.

Enquanto em alguns casos o corpo redacional de um órgão da imprensa é composto pelos próprios donos dos jornais e seus pares – amigos ou correligionários políticos -, não se configurando como funcionários assalariados, o revisor é um trabalhador assalariado, sujeito a um forte disciplinamento: ele era o último responsável pela qualidade do texto e sua posição era como que a de uma pessoa que subordina o trabalho do compositor-tipógrafo a seu domínio da leitura e da escrita, especialidade de sua função. Quando por algum motivo um texto não era revisado antes da impressão, um número de erros muito grande e primários saltava aos olhos do leitor. Esta condição lhe jogava um peso nas costas: ele não podia vacilar. Um conto do escritor Carlos Paurílio intitulado “O Revisor”²²⁷ exemplifica este aspecto. Neste texto, Pedro Passos é um romântico revisor do “Diário Oficial” que gostava de pensar em namoradas inexistentes e ler romances e poesias nas horas vagas. No entanto, além de um colega de trabalho chamado Lins, que o importunava como um superior, ele interiorizara uma disciplina: “...me perturbo, porque esta lampada de cinquenta vellas, ás minhas costas, faz-se sentir com um calor, com uma presença quase de gente, tal um enorme olho que se achasse fixo em mim, de vigia”. Pedro Passos era um profissional que vivia uma crise constante de identidade na medida em que partilhava de um saber próprio dos abastados, mas se sujeitava ao trabalho pelas condições que a vida lhe impusera. Devemos lembrar aqui

²²⁶ *A Tribuna*, 13 de fevereiro de 1903. p2.

²²⁷ PAURILIO, Carlos. “O Revisor” In: *Solidão – contos*. Maceió: M.J. Ramalho, 1933. (29-34). p 32. Escrito no início dos anos trinta, entendemos que este exemplo de interiorização de uma ética do trabalho já cabia para o início do século.

a forte carga depreciativa que se dava aos trabalhadores, resquícios de uma longa tradição escravista. Ao contrário dos revisores, a postura dos compositores era por demais distinta, pois além de lutarem pela valorização de sua arte, reconheciam-se como “filhos do trabalho”. Falaremos sobre isto no terceiro capítulo.

Por enquanto, faremos uma breve incursão na relação tipógrafos – jornalistas. Revisores e compositores, segundo o articulista John, eram “gente inimiga dos jornalistas”! Maria Helena Capelato²²⁸ já apontara a confusa relação entre as categorias que se denominam jornalistas pois esta expressão indica tanto o proprietário do jornal como também os profissionais que trabalham para ele. Segundo ela, “a não diferenciação muitas vezes oculta os conflitos aí presentes”. Para o período que estamos estudando esta confusão deixa de ser simplesmente vocabular. Pois não era incomum compositores-tipógrafos guardarem algum dinheiro e conseguirem montar uma oficina num cômodo de sua residência, comprando um prelo usado e alguns tipos gastos. Às vezes esta empresa era feita na associação de dois ou três profissionais gráficos, e mesmo por trabalhadores de outro setor que possuíam afinidades com a atividade tipográfica, como é o caso do 1º carteiro Joaquim Moreno. Em outros casos, o tipógrafo compunha, em suas horas vagas, um jornal para ser impresso na própria oficina em que trabalhava, mediante um acordo ou contrato prévio com o dono da oficina.²²⁹

De qualquer modo, é bom reforçar a caracterização do compositor-tipógrafo como a de um trabalhador pleno, de um assalariado, de um “ser-que-vive-do-trabalho”, na expressão de Ricardo Antunes já referida na introdução. Os gráficos, e os compositores em particular, apesar de serem considerados artistas, trabalhadores especializados, muitas vezes possuíam um ritmo e condições materiais de trabalho piores que outros trabalhadores com ofício menos especializado. Neste aspecto, é difícil considerar os tipógrafos compositores de Maceió – e talvez de outras áreas urbanizadas com um índice relativamente baixo de industrialização – como uma possível “aristocracia do trabalho”, na forma como ela é entendida por Eric Hobsbawm.²³⁰ No Recife, um articulista escreve que, apesar de a classe média ser composta “em sua maioria de artistas”, está difícil “manter uma posição honrada” por conta de aumentarem “a pobreza e a carestia”.²³¹ Num outro texto, também publicado na *União*,

²²⁸ CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. (COL. Repensando a História). p.37.

²²⁹ Dentre os exemplos que podemos citar estão os casos dos tipógrafos Umbelino Angélico (anos 1890), Costa Bivar e José Antonio da Silva (anos 1910) que montam sua oficina. Para um exemplo de união entre mais de um tipógrafo, ver o caso da *Palestra*, montada por José Fernandes da Costa, José Saturnino e Antonio Monteiro. Joaquim Moreno, junto com Manoel Rosalvo da Silva, irão fundar *O Trocista* em 1898. Mais indicações sobre alguns destes jornais serão fornecidas adiante.

²³⁰ HOBBSAWM, Eric J. “O debate sobre a aristocracia operária” In: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (pp299- 314)

²³¹ *A União*, Recife, 26 de março 1898. p1.

afirma-se que trabalhando 9 horas por dia, o compositor tipógrafo ganha “menos do que póde [sic] ganhar um cigarreiro ou outra qualquer ocupação mais material no mesmo espaço de tempo, avanço ainda, menos do que ganha um trabalhador de estiva”²³². A *União* divulga os salários médios pagos a tipógrafos compositores em diversos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, estabelecidos numa faixa entre 6\$500 e 7\$000 a diária.²³³

Para Alagoas, pelo que pudemos apurar, a situação era pior, principalmente por conta do relativamente reduzido mercado de trabalho e da dificuldade de sobrevivências de alguns jornais e oficinas tipográficas. Entre conseguir a licença e a publicação do jornal, para só então cativar uma parcela do público leitor ou conseguir os favores do governo estadual, o proprietário e seus trabalhadores se equilibravam como podiam. Como rememorar um ex-tipógrafo que consegue montar um jornal em Maceió, “muitos destes profissionais estavam sujeitos à sorte e ao sucesso do jornal em que trabalhavam”.²³⁴

Numa tabela de reivindicação de aumento salarial, a Associação Tipográfica Alagoana exigia, para o início do ano de 1898, que por 8 horas de trabalho de composição comum, fossem pagos 3\$500²³⁵ e, para trabalhos avulsos, 5\$000 réis. Trabalhando além destas 8 horas, haverá acréscimo nunca inferior à paga do horário convencional. Os profissionais mais graduados destes estabelecimentos tipográficos, como os administradores de oficinas ou gerentes, e outras categorias, como impressores, “realisarão com as emprezas os seus contractos especiaes”.²³⁶ Estes dados significam, obviamente, que eles ganhavam menos que isto. Em Penedo, por volta de meados de 1897, sabemos que a diária de um compositor variava entre 2\$000 e 3\$000.²³⁷

PROTAGONISTAS

Alguns dos principais protagonistas da organização dos trabalhadores e do movimento socialista em Maceió na virada para o século XX são compositores tipográficos. Enquanto

²³² A *União*, Recife, 21 de março de 1895. p1.

²³³ A *União*, Recife, 15 de julho de 1895. p3.

²³⁴ Cf. depoimento de José Antonio da Silva Apud SANT’ANNA (de), Moacir Medeiros. História da imprensa Alagoana. Op. cit. pp76-7.

²³⁵ O documento está rasurado, e não sabemos com certeza qual a soma reivindicada. Nitidamente vemos 3\$_00. Assim, ela pode variar entre 3\$000 e 3\$900, no entanto optamos por indicar o valor que se situasse num meio termo entre estes.

²³⁶ Cf. *Gutenberg*, 11 de dezembro de 1897. p2.

²³⁷ Cf. A *União*, Recife, 20/8/1897. p2.

líderes operários, também são vítimas de uma política de desmerecimento e de esquecimento. Baseada em uma visão linear e harmoniosa do processo histórico, e ancorada em uma concepção excludente da política, a elite alagoana utilizou-se de estratégias diferenciadas para realizar este “silenciamento”, para esconder atitudes e abafar as vozes dissonantes. Inicialmente, enquanto vivos e atuantes, os líderes dos trabalhadores eram perseguidos e controlados; eram coagidos e cooptados. Para que não pusessem em causa o ethos oligárquico alagoano, eram, de forma sistemática e difusa, tolhidos e vigiados. Depois de mortos, a estratégia de silenciamento se dava não mais pela perseguição, mas pela desqualificação de suas propostas e pelo simples esquecimento: eles, que eram vigiados e controlados, deviam ser esquecidos como se nunca tivessem existido; deviam ser relegados a um compartimento em que não pudesse mais ser vasculhado. Mortos, a lembrança de sua própria existência também o deveria ser.

Estas breves notações biográficas possuem como objetivo principal apresentar dados da trajetória de vida dos mais ativos trabalhadores gráficos e de sua atuação enquanto militantes. É bom frisar, antes, que as vidas destes trabalhadores revelam uma certa ambivalência: na medida em que são trabalhadores, que precisam suar para ganhar o pão e sobreviver, são pessoas comuns; na medida em que arriscaram seus empregos e suas vidas, realizaram uma obra grandiosa de solidariedade e compromisso social com seus pares e irmãos no trabalho, são pessoas incomuns. Talvez coubesse aqui o termo “pessoas extraordinários” utilizado por Eric Hobsbawm para se referir a este tipo de sujeito da história.²³⁸

JOÃO FERRO

Nascido em 31 (ou 29) de maio de 1872, João Ferro de Oliveira fez sua aprendizagem nas oficinas do *Diário das Alagoas*.²³⁹ Em Sergipe, “fundou várias associações francamente operárias, criando [...] jornaes de propaganda”. Em Pernambuco, além de ajudar a fundar a União Tipográfica, criou *A Imprensa*, e colaborou no jornal intitulado *Município*, da cidade de

²³⁸ HOBBSAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Trad. de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²³⁹ Esta breve biografia de João Ferro foi escrita a partir do artigo ALMEIDA, Luis Sávio de. “A República e o movimento operário em Alagoas (A redenção dos filhos do trabalho)” In: *Anais do Simpósio Cem Anos de República*. Maceió: EDUFAL, 1989. (pp. 38-88), e de notas e artigos saídos na imprensa da época. Ver *O Trocista*, 14 de dezembro de 1902, p1; *Aurora Social*, Recife, 22 de dezembro de 1902, p1-2; e 13 de abril de 1903, p2. Utilizamos também *O Luctador*, Penedo, ? de janeiro de 1903. p1. (não esta indicada a data) Para tornar a leitura mais fluente, evitamos referenciar citação por citação. Este procedimento vale para as demais notas biográficas contidas aqui.

Olinda, além de ter sido redator da *União*, órgão da referida União tipográfica Pernambucana. Passou pela *Província* e pela *Gazeta da Tarde*, lutando por aumentos salariais, além de fazer greve nas oficinas do *Commercio de Pernambuco*. Em Maceió, fez reaparecer *A Imprensa* e ajudou a criar *O Mensageiro* e *O Proletário*, todos devotados a “causa do trabalho”. Colaborou em diversos órgãos: *O Trocista*, *O Orbe*, a *Gazeta Rural*, *Gutenberg*, no *Aurora Social* (Recife), no *Avanti* (São Paulo), na *Gazeta Operária* e na *Tribuna Operária* (Rio de Janeiro) e no *O Trabalho* (de Belém, PA). Seus manifestos, como afirmavam, “correm mundo”. Foi o principal articulador da reativação da Associação Tipográfica Alagoana,²⁴⁰ em sua fase de resistência (1897-1898). Como orador do Centro Proletário Alagoano, “realizou brilhantes conferências doutrinárias [que] atesta [sic] o seu valor intellectual, não só como propagandista, mas também como litterato, que dera lustre às letras alagoanas”. Morre em 10 de dezembro de 1902, “fulminado por uma tísica rebelde” que, ao que parece, acompanhava-o desde o Recife e fora a principal causa de sua volta para Maceió. Esta doença, é bom notar, era bastante comum aos que trabalhavam em oficinas tipográficas insalubres e nos horários noturnos. Paupérrimo, deixou esposa e filhos.²⁴¹

Dele, muito se falou. João Ezequiel chamou-o de “alma mater” do socialismo alagoano. Sua morte repercute nos principais centros operários do país. Até o insuspeito Luís Lavenère, crítico do socialismo e reacionário jornalista alagoano, elogia-lhe o nível de instrução, conseguida em meio à uma vida atribulada e de trabalho constante. Para alguns, Ferro possuía uma “Inteligência robusta, ao par de um caracter immaculado”; para outros, sua morte deixa um “vacuo impreenchível no seio do operariado, pois, fallando francamente, João ferro foi o unico artista que em Alagoas soube pugnar desassombradamente em prol do bem-estar e dos interesses incontestes de seus irmãos”. É difícil pensar como alguém como ele consegue o nível de projeção e de articulação com outros centros operários tendo morrido tão jovem (30 anos) e com uma rotina de trabalho tão extensa e cansativa.

²⁴⁰ Sobre esta entidade, ver o terceiro capítulo.

²⁴¹ Miséria e dificuldades de todos os tipos, apesar do trabalho especializado, acorriam aos tipógrafos do país inteiro, não sendo exclusividade dos tipógrafos de Maceió. Entre os militantes de outras partes do Brasil que, enfrentando tais dificuldades, continuaram sua atividade e perseveraram na luta pelo socialista, estão França e Silva, José Veiga e Mariano Garcia. Cf. BATALHA, Cláudio Henrique de M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX” In: História do marxismo no Brasil – Vol II: Os influxos Teóricos. Campinas, SP: ED.UNICAMP, 1995.(pp. 11/44) p30

JOAQUIM MORENO

Nascido no dia 14 de fevereiro de algum ano da década de 1860, Joaquim Moreno se estabelece como “operoso e humilimo carteiro” nos anos 1890.²⁴² Com a estabilidade de servidor público, consegue se dedicar sem maiores preocupações financeiras ao duplo ofício de tipógrafo e jornalista em uma oficina montada inicialmente junto com outro sócio e, depois, sozinho. Desta forma, desde 1898 Joaquim Moreno será responsável pela organização de alguns dos mais importantes órgãos da imprensa operária e socialista de Maceió, destacando-se *O Trocista* (1898-1903) *O Baluarte* (1905) e *O Escravo Livre* (1906), além de ter feito parte da Associação Tipográfica Alagoana.

Alguns dos qualificativos que recebeu revelam bem a sua atuação no movimento operário: era “intrépido defensor das causas nobres e dos direitos da multidão”, “magno destruidor da opressão dos pequenos”, etc. Era também Sócio Honorário do Centro Protetor dos Operários de Pernambuco e representante do jornal *Aurora Social* no Estado, o que faz com que afirme que, em Alagoas, vai honrar a distinta corporação, garantindo “a sua solidariedade e actividade para com a grandiosa obra do glorioso Marx”.

Quando da recepção de chegada da comissão do Centro Protetor do Operários em Maceió, realizada na sede do Montepio dos Artistas Alagoanos, suas duas filhas, ainda crianças, estavam lá. Mesmo já sendo noite, elas são vistas a jogar confetes e flores à passagem dos socialistas pernambucanos. Este flagrante sugere a aceitação e a participação das famílias dos militantes nas causas que abraçavam.

JOÃO EZEQUIEL

O tipógrafo pernambucano João Ezequiel de Oliveira Luz, nascido em 1869 ou 1872 e morto em 1922, é o socialista nordestino que consegue maior projeção nacional no período estudado.²⁴³ Sua inclusão neste grupo de gráficos que atuam em Alagoas acontece não só

²⁴² Para os dados levantados acerca da vida de Joaquim Moreno, consultar *O Trocista*, 7 de setembro de 1902, p2; e 16 de setembro de 1902. p3; além do *Aurora Social*, Recife, 19 de janeiro de 1903. p1; e 30 de abril de 1903. p1-2.

²⁴³ Esta breve nota biográfica foi elaborada a partir de informações contidas em ALMEIDA (de), Luiz Sávio de. *A República e o movimento operário em Alagoas*” Op. cit.; e REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. *A classe*

porque Ezequiel possuía contatos constantes e fizera várias visitas a Maceió neste período, mas porque ele escreve diversos artigos sobre a situação e/ou para a situação do operariado e do socialismo em Maceió. Sendo citado e elogiado por destacados propagandistas do Brasil, como Estevam Estrella, Mariano Garcia e Guedes Coutinho, dentre outros, é apelidado de “evangelizador do Norte”. Efetivamente, o grupo que gira em torno de João Ezequiel, é o responsável pela articulação do movimento socialista em diversos Estados do Norte e do Nordeste (principalmente Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas).

Em Alagoas, que considera sua “segunda pátria”, os contatos e notícias são praticamente semanais, e diversos de nossos militantes tipógrafos visitavam com frequência as redações dos jornais em que atuava no Recife. Dentre estes, destacam-se *A União* (órgão da União Tipográfica Pernambucana, 1895-1898), *O Clarim Social* (1900) e o *Aurora Social* (1901 – 1906). Pelo nível de articulação com outras lideranças do movimento operário do País e pela bagagem de leituras socialistas acumuladas (citava os principais autores e correntes dentro do pensamento socialista do período, lidos em pelo menos 3 outros idiomas, francês, espanhol e italiano), existia um certo culto em torno de sua personalidade. Entre 1912 e 1915, torna-se deputado estadual por Pernambuco numa aliança - bastante criticada pelo movimento - com Dantas Barreto.

LADISLAU ROCHA

Nascido em 27 de junho de 1871, Ladislau da Lima Rocha trabalhara como compositor tipográfico em diversas oficinas de Maceió e do Recife, onde passou uma temporada em 1897.²⁴⁴ Participou da organização da Associação Tipográfica Alagoana em sua fase de resistência (tendo exercido cargo na diretoria), como também do Centro Proletário Alagoano e da União Operária Alagoana. Foi um dos principais responsáveis pela redação e confecção da *Imprensa*, o órgão de divulgação da Associação Tipográfica, e era muito bem relacionado entre os trabalhadores gráficos. Em homenagem ao seu aniversário de 1902, a “mocidade operária” organizou uma “polyanthéa”²⁴⁵ denominada “O Ladislau”. Seu último emprego foi

operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922). Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1987. (mimeo)

²⁴⁴ *Aurora Social*, 3 de dezembro de 1903. p3.

²⁴⁵ Espécie de jornalzinho comemorativo e em homenagem a alguma data, fato notável ou pessoa. Era bastante comum neste período e normalmente era composto em papéis e tipos mais bem caprichados e coloridos, contando com a colaboração de diversos nomes em sua redação.

nas Oficinas Trigueiros, morrendo em novembro de 1903, aos 32 anos de idade. Considerado como um verdadeiro “apóstolo do trabalho”, a seu enterro apareceu uma multidão de colegas e admiradores.

OUTROS TIPÓGRAFOS

José Saturnino, Norberto Carlos e Costa Lima terão a vida cheia de percalços.²⁴⁶ Sem termos conseguido muitas informações a seu respeito, sabemos os três terão em comum a necessidade de migrar para outros centros por conta das dificuldades de se estabelecerem profissionalmente como compositores tipógrafos no mercado de trabalho de Maceió. José Saturnino era correspondente do *Aurora Social*, para onde enviava notícias sobre o operariado alagoano e elogios beletistas a membros do movimento operário pernambucano. Em julho de 1902 transfere-se para a redação e confecção da *Palestra*. No final deste ano, lança um livro de contos intitulado “Fragmentos D’alma”, que não fará muito sucesso. Com o fechamento do jornal onde trabalhava, Saturnino vê-se obrigado a deixar Maceió, indo tentar a sorte no mercado tipográfico do Rio de Janeiro em setembro de 1903. Não conseguindo adaptação na capital federal, retorna em fins deste ano para Alagoas.

Norberto Carlos era amigo dos mais próximos de João Ferro, participando junto com ele de praticamente todas as tentativas de organização de jornais de divulgação socialista. Sempre mantendo vínculos diretos com os trabalhadores e suas organizações, Norberto Carlos não terá vida fácil. Em fins de julho de 1902, com as dificuldades de manutenção de *O Proletário*, onde colaborava tanto na redação como na sua confecção, o compositor viajará para o Pará, onde se estabelece nas oficinas da *Província do Pará* e continua colaborando com a imprensa operária, no periódico *O Trabalho*. Seguindo seus passos, Costa Lima, que vinha prestando “assignalados serviços ao Centro Proletário” viaja para Manaus em março de 1903.

A saída destes profissionais gráficos em busca de melhores condições de trabalho em centros mais dinâmicos do Sudeste e do Norte (que à época vivia o auge econômico da extração da borracha) reflete as dificuldades do mercado de trabalho tipográfico local. De qualquer forma, reflete também a falta de oportunidade e/ou as dificuldades impostas a trabalhadores que criassem ambientes de reivindicações operárias, que articulassem os colegas de oficina em torno da causa do “levantamento” da classe.

²⁴⁶ Para as desventuras destes trabalhadores socialistas nos utilizamos dos artigos e notas seguintes: *O Trocista*, 3 de agosto de 1902. p2; *Aurora Social*, Recife, 31 de julho, p2; e 27 de outubro de 1902. p3; 26 de março, p3; e 19 de setembro de 1903, p2.

O exemplo destas vidas e sua opção pela luta - em um ambiente hostil e oligárquico, de exploração e aviltamento profissional - calava fundo na percepção cotidiana que os demais trabalhadores formavam sobre o papel que o “trabalhador consciente” deveria exercer no local de trabalho e na sociedade. As manifestações mais visíveis de apreço e de reconhecimento agradecido das camadas populares a estes adeptos da “causa do trabalho” apareciam nos funerais destes heróis mortos. Os colegas de labuta, então, destilavam homenagens póstumas escritas na imprensa operária ou em sessões públicas comoventes das entidades associativas a que pertenciam tais trabalhadores. Poucos – como nos casos de João Ezequiel e de Ladislau Rocha – foram os que conseguiram receber homenagens em vida, por ocasião de seus aniversários.

IMPrensa OPERÁRIA

Para a compreensão do que significa a imprensa operária em Maceió, entre fins dos oitocentos e inícios dos novecentos, entendemos que é necessário ter bem claro dois pontos. O primeiro diz respeito ao fato de que, apesar de majoritariamente a imprensa local estar comprometida com os grupos conservadores e oligárquicos, os trabalhadores conseguem – entre empastelamentos noturnos, censuras de diversas naturezas e dificuldades de manutenção financeira – criar órgãos de divulgação das suas idéias que servem, entre outras coisas, para aglutiná-los em torno de interesses comuns: a causa do trabalho, o ideal socialista, a organização dos trabalhadores em entidades coletivas, a melhoria das condições de vida (moradia, trabalho, estudo, lazer, etc.). Gradativamente – e não de modo a priori, como entendem alguns - estes órgãos contribuem para que se estabeleça uma forma distinta, classista, de se encarar a realidade, as relações sociais, e que sirva como opção política de construção de uma outra sociedade a partir da crítica da sociedade existente. A imprensa operária, furando o bloqueio conservador, é produto - e ao mesmo tempo, principal criadora – de uma cultura política de esquerda surgida em Maceió no período estudado. As condições de estabelecimento inicial desta cultura estão contidas de modo exemplar nas páginas amareladas e quebradiças de seus jornais.

Em segundo lugar, precisamos considerar também uma outra noção para o que se entende como “imprensa operária”. Nos primeiros estudos realizados no Brasil sobre este tema, tal imprensa é entendida como aquela vinculada diretamente a uma organização

operária, passando por constantes dificuldades financeiras e por perseguição das oligarquias; possuindo formato tablóide, normalmente com 4 páginas, com periodicidade não determinada e ausência de publicidade.²⁴⁷ Apesar da valia e importância desta caracterização como marco inicial de problematização deste objeto, percebemos que em boa medida ela revela-se fruto da postura teórica relativa a primeira fase da historiografia do trabalho no Brasil que encarava o operário a partir de um modelo clássico, europeu.²⁴⁸ Afinal, uma caracterização “rígida” do que é ser operário²⁴⁹ leva, conseqüentemente, esta rigidez de caracterização para outros instrumentos e estratégias utilizados pelos trabalhadores em seu processo de organização e luta. Desta forma fica difícil encontrar não só uma imprensa operária, como mesmo encontrar operários no Nordeste brasileiro do período em questão.²⁵⁰

A maioria dos órgãos de divulgação que de alguma forma se comprometem com o mundo do trabalho surgidos em Alagoas entre meados dos anos 1880 e inícios dos anos 1900 está ligada a entidades com caráter de beneficência. Como exemplos, poderíamos citar o *Vinte de Julho*, de Pilar, que é órgão da Sociedade Fraternidade e Instrução dos Caixeiros do Pilar (1892-1903); *A União* (1883-1884) e *A Perseverança*, órgãos, em momentos distintos, da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Só nos anos 1890 é que irão surgir os primeiros jornais com caráter classista e ligados à entidades de resistência, como os exemplos que citamos abaixo. Como vimos, em alguns casos estes jornais são iniciativas individuais, ou organizados por dois ou três trabalhadores que, juntos, montam uma pequena oficina e nas poucas horas vagas compõem e imprimem periódicos que, além de defenderem os interesses dos “filhos do trabalho” e os ideais do socialismo, discutem sobre os avanços científicos, problemas da sociedade em geral como limpeza urbana, literatura, etc.

Encontramos também possíveis brechas na “grande imprensa” que terminam por ceder – muitas vezes através de contatos pessoais entre membros da redação ou das oficinas tipográficas e lideranças operárias – espaços para artigos ou notas que divulguem idéias ou reuniões de entidades representativas dos trabalhadores. Um exemplo disto são os artigos

²⁴⁷ FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1978. pp104/6

²⁴⁸ Cf.: BATALHA, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências” In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ed. São Paulo: Contexto, 1998. e FRENCH, Jonh D. “A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica” In: História - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. Vol. 6, Nº6, 2002. (pp.11-28). Desenvolvemos esta posição na introdução.

²⁴⁹ Entendido como o trabalhador das grandes indústrias de produção de bens de capital, com alto índice de concentração industrial e de desenvolvimento tecnológico.

²⁵⁰ Para esta problemática vale a pena conferir o artigo de REZENDE, Antonio Paulo de M. “A formação da classe operária em Pernambuco: algumas divagações metodológicas” In: CLIO – Revista do curso de Mestrado em História da UFPE. Recife, Ed. UFPE, Nº 9, 1987. (pp. 8-19)

publicados pelo artista Misael Moreira, no *Cruzeiro do Norte* em 1892, divulgando o surgimento de uma “Liga Operária”.²⁵¹ Tais espaços também surgem através de contatos pessoais de militantes que podem obter, junto aos supervisores das oficinas onde trabalham, espaço para a divulgação de avisos e pequenos artigos em tais jornais.

Para ajudar no esclarecimento desta “brecha” é interessante notar registros de uma tendência que existe entre um determinado grupo de oposição oligárquica ao governo, de ceder espaços aos trabalhadores e às suas entidades representativas para criticarem a conjuntura econômica e social. Esta abertura de espaço serve como estratégia que favoreça o discurso de mudança política, marcadamente acentuada num período pré-eleitoral.²⁵² Em alguns momentos, questões deste tipo, ligadas especialmente ao período da oligarquia Malta, serão percebidas na imprensa alagoana. Claro, não podemos desprezar que tais críticas eram “controladas” dentro dos limites permissíveis e aceitáveis pela ordem política hegemônica.

Nesta linha de raciocínio propomos a noção de imprensa operária como a de uma *imprensa comprometida com os trabalhadores*, isto é, como veículos impressos de *divulgação constante* de textos, idéias, eventos, notícias, etc. que contribuam na construção de uma identidade coletiva dos trabalhadores (ou de categorias de trabalhadores) e de sua representatividade legítima.²⁵³ Ora, esta noção implica numa necessidade de inserção – por mínima que seja – destes órgãos da imprensa entre os trabalhadores. Ou seja: não basta que tais órgãos sejam escritos por trabalhadores ou por intelectuais comprometidos, mas que também sejam lidos (em sentido amplo) pelos trabalhadores. E que estas leituras informem suas práticas de vida e de organização enquanto grupo coletivo.

OS JORNAIS

²⁵¹ Cf. ALMEIDA (de), Luiz Sávio. “A República e o movimento operário em Alagoas” op. cit., especialmente p10. Dois outros jornais da “grande imprensa” que com alguma frequência passariam a abrir espaço para trabalhadores divulgarem suas idéias seriam o *Gutenberg* e *A Tribuna*.

²⁵² Para um exemplo um pouco distante no tempo e no espaço, ver o procedimento da oposição de grupos da elite a Washington Luis durante a greve dos gráficos de 1929, cedendo espaço para artigos e notícias sobre o movimento paredista. In: BLASS, Leila Maria da Silva. Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20. São Paulo: Loyola, 1986 - ver especialmente o capítulo IV.

²⁵³ Fica claro, deste modo, que os órgãos da grande imprensa que divulgam ocasionalmente artigos e notas de líderes e de entidades do movimento operário não participam desta definição, mesmo considerando que eventualmente eles colaborem na divulgação de um determinado evento ou reunião e contribuam diminutamente na afirmação da identidade dos trabalhadores. Sobre a idéia de representatividade legítima, Cláudio Batalha expõe que tal legitimidade varia historicamente de acordo com a identificação do que seria, para cada contexto específico, a classe trabalhadora. Cf.: “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade?”. Op. Cit. especialmente as pp118-120.

A Imprensa é o órgão de divulgação da Associação Tipográfica Alagoana, que por sinal lhe sobreviverá.²⁵⁴ Talvez o nome tenha sido idéia de João Ferro pois ele já houvera publicado um jornal no Recife, em 1894, com este mesmo título. Surgido em janeiro de 1898, além de João Ferro, *A Imprensa* possui entre os seus principais colaboradores, Ladislau Rocha, Julio Martins, Pedro Lisboa e Antonio de Castro. Entre outubro e novembro deste mesmo ano suspende sua publicação, principalmente pela doença que acometera Ladislau.

Ao longo de 1899, *A Imprensa* edita números esporadicamente, mas conseguirá comprar sua própria oficina através da venda de “ações da empresa typographica”. Este fato, no entanto, não facilitará sua vida. Suspendendo a publicação por alguns meses, o jornal reaparece mais outras duas vezes: em abril de 1900 e em maio de 1901, como se fosse uma verdadeira “phoenix ressurgida das próprias cinzas”. Ao longo desta trajetória de publicações incertas, João Ferro mantém-se na direção, articulando um certo número de assinantes fiéis, provavelmente operários e pessoas ilustradas da classe média. Após a dissolução da Associação Tipográfica Alagoana, o jornal passa a se denominar “orgam das classes trabalhadoras”, identificando-se com mais ênfase do que antes com os proletários em geral. Sua parte artística (de confecção e feitura da impressão), como não poderia deixar de ser, era muito bem acabada.

*O Trocista*²⁵⁵ surge em 7 de setembro de 1898 e sobrevive com uma edição semanal, saída regularmente aos domingos, durante cerca de cinco anos, tendo sido extinto provavelmente em meados de 1903. Ao que parece, o jornal foi idéia original de Joaquim Moreno e Manoel Rosalvo da Silva. Manoel Rosalvo era sujeito de alguma posse pois conseguiu estudar e, além de auxiliar “mentalmente”, também auxiliava “materialmente” alguns colegas.²⁵⁶ Com a ajuda financeira de Rosalvo, o jornal já começa com uma tipografia própria, o que facilita sobremaneira sua existência. Anunciando-se como “litterario, noticioso e humoristico” sua primeira fase possuía um tom predominantemente beletrista, contando com um grande número de adivinhas, charadas e “logogriphos”.

No início de 1901 Manoel Rosalvo desfaz a sociedade e Moreno adquire a oficina e passa a comandar a redação. Gradativamente, afirma-se uma nova fase no jornal. O tom passa a ser cada vez mais engajado e a colaboração de diversos socialistas passa a ser mais freqüente - tanto de Alagoas como de Pernambuco, além de outros Estados do país. Ao longo

²⁵⁴ A exposição está ancorada nos seguintes jornais: *Gutenberg*, 5 de novembro de 1899, p3; *O Clarim Social*, Recife, 23 de maio de 1900. p2; e *O Trocista* de 13 de maio, p2, e de 19 de maio de 1901. p2. Não encontramos nenhum exemplar deste periódico nos arquivos que compulsamos.

²⁵⁵ O Título é derivativo de troça.

²⁵⁶ *O Trocista*, 10 de novembro de 1899. p1.

de toda esta segunda fase, mesmo sendo propriedade de Moreno, não deixa de expor em sua primeira página o indicativo de que pertencia a “uma associação”. Não conseguimos identificar a qual associação referia-se o anúncio – provavelmente, isto era fruto do sentido coletivo que seu proprietário gostaria de dar à oficina e ao jornal.

A *Palestra* surge em 2 ou 9 de fevereiro de 1902 e sobreviverá até praticamente o final do ano.²⁵⁷ Anunciando-se como propriedade de “Monteiro & Costa”, o jornal é dirigido por José Fernandes Costa e conta com a colaboração de José Saturnino. Provavelmente era um jornal que abria-se a participação não só de socialistas, mas também de ilustrados, maçons, e outros, o que lhe confere uma certa irregularidade de posturas. Enquanto em determinados momentos (ou edições) será nitidamente laico, republicano, com colaboração de espíritas, em outros será radical, “pedindo a revolta imediata” e reclamando “do fato do operariado estar disperso”, o que exigia uma “organização forte, tendo em vistas fazer frente ao sistema”.²⁵⁸ A *Palestra* e *O Trocista*, além de possuírem afinidades inclusive com redatores em comum, parecem ter uma certa ligação com o tipógrafos e redatores do *Gutenberg* e, possivelmente, do *Gladiante*, órgão da Sociedade Teatral Gladiantes.

O Proletário surgiu em 17 de janeiro de 1902, sob a redação de João Ferro, José Grevy e Norberto Carlos.²⁵⁹ Órgão de divulgação do Centro Proletário Alagoano, talvez tenha sido o mais socialista e engajado dos jornais deste período. Em seu surgimento, *O Trocista* comenta que ele “é mais um paladino que vem unir-se á columna dos combatentes pela reivindicação dos direitos da classe operaria, tão espesinhada nestes ultimos tempos pela burguezia enfatuada, que julga-se de posse de todo o poder”. Será publicado sem regularidade: tendo sido planejado para sair quinzenalmente, passa logo a ser mensal e termina por suspender sua publicação por volta de dois meses, entre abril e maio de 1902. Reaparece em 2 de junho mas não completa o final do ano.²⁶⁰

É bom considerar que jornais operários de outros Estados também circulam em Maceió. O *Aurora Social*, por exemplo possuem, então, ampla penetração pelo menos entre os trabalhadores mais ativos de Maceió. Ele chega inclusive a fazer permuta com diversos

²⁵⁷ Para os dados relativos a este jornal, ver *O Trocista*, de 8 de fevereiro (p3) e 2 de março de 1902. p2. e *A Palestra*, 3 e 17 de agosto de 1902, passim, além do artigo de ALMEIDA (de), Luiz Sávio. “A República e o movimento operário em Alagoas”. Op. cit.

²⁵⁸ ALMEIDA (de), Luiz Sávio. IBIDEM. p76.

²⁵⁹ Para esta exposição, ver *O Trocista*, 8 de fevereiro (p2), 2 de março (p2) e 6 de junho de 1902. p3.

²⁶⁰ Pelo que pudemos averiguar, João Ferro e Joaquim Moreno serão os dois principais fundadores de jornais engajados no período entre 1897 e 1905. Ver as notas biográficas elaboradas acima. Ferro, junto com Olympio Leonidio, começariam a editar a partir de 25 de novembro de 1900, *O Mensageiro*, outro jornal de vida curta que se dizia “não ter pretensões políticas, e ser seu ideal a prosperidade das classes activas”. Cf.: *O Trocista*, 2 de dezembro de 1900. p3.

jornais do interior do Estado, alcançando cidades como Pilar, Penedo e Viçosa.²⁶¹ Durante o ano de 1902, *O Trocista* fez permuta regular com cerca de cento e cinquenta jornais do país, destacando-se os órgãos operários: *O Trabalho*, do Pará; *O Artista*, do Piauí; *A Tribuna Operária*, do Rio de Janeiro; *Avanti* e *O Intransigente*, do Rio Grande do Sul; *O Avanti* e *Amigo do Povo*, de São Paulo. Estes dados indicam uma rede relativamente abrangente de circulação da imprensa operária.

A INSERÇÃO DA IMPRENSA OPERÁRIA ENTRE OS TRABALHADORES

Antes de apresentar aspectos e características do discurso de construção de uma identidade de classe para os trabalhadores e de sua relação com o socialismo, na maneira como é propugnada pelos gráficos, exploraremos as possíveis formas de recepção e de inserção deste discurso entre os trabalhadores, principalmente através do acesso a leitura que se efetivava entre os próprios trabalhadores.

É necessário considerar que tanto a ideologia socialista como os mecanismos identitários realizados entre os trabalhadores adquiriam outras formas de veiculação que não apenas a escrita, como por exemplo a apresentação teatral, os discursos e conferências, as charges e os desenhos. Um bom exemplo disto é o espetáculo ocorrido em um “teatrinho particular” de Bebedouro, em 8 de setembro de 1904, onde foram apresentadas três pequenas peças: uma “chistosa comédia” e dois dramas: “A Morte de Marat” e “O Operariado”, este último “cheio de lances revolucionários que muito devem agradar aos adeptos do socialismo”.²⁶² A escassez de material documental que possibilitasse compor minimamente estas outras formas de comunicação no quadro da experiência operária, no entanto, nos levou a privilegiar artigos e comentários, notícias, notas e observações sobre o movimento operário nacional e internacional e sobre suas discussões ideológicas, dentre outros textos escritos recolhidos nos jornais pesquisados.

Poucos indícios nos esclarecem e apontam às práticas, níveis e hábitos de leituras, especialmente entre os trabalhadores de Maceió. Podemos indicar, no entanto, a importância das bibliotecas entre as entidades representativas desta classe. A Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió, O Montepio dos Artistas, a Sociedade Fraternidade e Instrução dos Caixeiros de Pilar e o Centro Proletário Alagoano por exemplo - e como era de praxe -

²⁶¹ *Aurora Social*, Recife, 1 de agosto de 1901. p3.

²⁶² Cf. *Gutenberg*, 6 de setembro de 1904. p1.

possuíam bibliotecas e em suas diretorias quase sempre existia o cargo de bibliotecário.²⁶³ Nestas bibliotecas, além de livros de literatura e obras de caráter informativo e científico, existia a sessão de jornais impressos. Estes jornais eram conseguidos principalmente através de pedidos ou de permutas entre o órgão de divulgação da entidade e outros jornais. Assim, era vital que as entidades possuísem um órgão impresso pois este não só servia para efeito de propaganda local, mas também para a permuta com jornais de todo o Brasil e por vezes até do exterior. A associação representante dos caixeiros de Pilar, por exemplo, durante o período que deixara de publicar seu jornal, o *Vinte de Julho*, teve uma redução muito drástica no número de sócios que visitava a sua sede, porque quase que não mais chegavam jornais de outros Estados e entidades para atrair o associado a sua biblioteca. Este fato terminava por se refletir na diminuição de associados da entidade.²⁶⁴

Todos os casos que conseguimos encontrar de trabalhadores leitores refere-se a tipógrafos, caixeiros e ferroviários, apenas. Por certo, outros trabalhadores leitores pertenciam a outras categorias, mas não obtivemos evidências concretas disto. Quando muito, temos fortes indícios sobre este ponto: sabemos de uma escola destinada aos operários, existente em Fernão Velho, desde pelo menos 1877.²⁶⁵ E de aulas destinadas ao ensino profissional, que Francisco Domingues da Silva ministrava a filhos de ex-escravos após a abolição.²⁶⁶ Existia também o Liceu de Arte e Ofícios de Maceió destinado às classes trabalhadoras, que funcionou entre 1883 e 1915, e que manteve ao longo de praticamente todo este período, aulas de primeiras letras. Isto sugere um tímido processo de alfabetização entre trabalhadores. A partir de 1901, quando a Biblioteca Pública Estadual passa a abrir durante o período noturno (das 18 às 21 horas), acrescesse consideravelmente o número de seus frequentadores. Neste primeiro ano, por exemplo, houve um aumento de 1.218 leitores que visitaram a biblioteca em relação ao ano anterior: um aumento de quase 50%!²⁶⁷ Não deve ser descabido pensar que

²⁶³ Parece-nos que o bibliotecário ficaria encarregado tanto de realizar as permutas, distribuir via correio as edições do jornal, etc, como de organizar o acervo de livros e jornais em local determinado, atendendo aos associados e visitantes da biblioteca.

²⁶⁴ *Vinte de Julho*, Pilar, 20 de junho de 1897. p2. Esta prática, que já era bastante comum desde a criação das primeiras associações mutualistas, será formalmente recomendada pelo Congresso Operário Brasileiro de 1906, que aconselhava aos sindicatos e associações a criarem bibliotecas que facilitassem/contribuísem na educação e no envolvimento dos operários com o movimento organizado. Cf: ARAVANIS, Evangelia. “Leituras, edições e circulações de impressos na Porto Alegre de 1906 a 1911: uma análise a partir do periódico *A Luta*” In: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Vol 6, nº 6, 2002 (pp. 263/284). p268.

²⁶⁵ *O Liberal*, 3 de julho de 1877. p1.

²⁶⁶ BRANDÃO, Moreno. História de Alagoas. Maceió, SERGASA, 1981, (Edição Fac-similar da original, de 1909). p 109.

²⁶⁷ MALTA, Euclides Vieira. “Mensagem dirigida ao Congresso Alagoano”. Maceió: Typographia Oriental, 1902. p14.

uma parte dos que freqüentaram este estabelecimento no horário noturno, se constituísse de trabalhadores que não tinham a oportunidade de freqüentá-la ao longo do dia.

Concretamente, no entanto, carecesse de estudos para esta temática específica. Vemos, então, principalmente as 3 categorias citadas acima em práticas de leitura. Inclusive, numa subscrição realizada para ajudar na edição do Livro de José Saturnino, *Fragmentos D'alma*, conseguimos identificar apenas um trabalhador colaborando com ela. Ele era do ramo gráfico. Também, numa resposta inédita de um leitor aos artigos de doutrinação socialista escritos por João Ezequiel, encontramos um gráfico que infelizmente não se identifica nominalmente.²⁶⁸

Abordando a história do marxismo no século XIX europeu, Franco Andreucci fala acerca das dificuldades e dos problemas de se reconstituir através de indícios e da imaginação os “mecanismos cotidianos de formação intelectual e política” dos trabalhadores:²⁶⁹

A palavra falada e a tradição oral, a conferência e o comício, parecem ter desempenhado, na propagação do marxismo [e do socialismo, em geral] dentro do universo dos trabalhadores, um papel mais destacado que o da palavra escrita. Não é possível, entretanto – ou melhor, não é fácil – achar comprovações disso. Forçados ao silêncio, os operários do século XIX frustram o historiador que busca testemunhos diretos, obrigam a investigação historiográfica a peripécias complicadas para reconstituir o mundo das idéias deles: só é possível ter uma idéia de como a classe operária ouvia o marxismo através de fontes indiretas, que dificilmente correspondem plenamente ao que delas espera a nossa curiosidade.

A este respeito, Isabel Bilhão explora aspectos do cotidiano que contribuem na construção de uma cultura de esquerda. Para ela, a transmissão da ideologia

não ocorre apenas de maneira formal, durante greves e agitações, tampouco ocorre apenas nos espaços sindicais, nas associações ou federações. A organização operária encontra espaço fértil também em volta das mesas de bares, dos cafés, no interior das casas e das pensões, da mesma maneira que a educação dos filhos, o convencimento dos novos participantes, transborda de afetividade [...] A organização de estratégias e de agitações, e mesmo dos textos que são publicados nos jornais operários, muitas vezes ocorrem em conversas informais entre familiares e amigos. O movimento operário convive, portanto, com a solidariedade e o afeto. E esses são componentes importantes, que merecem ser incorporados em nossos estudos sobre a memória operária brasileira.²⁷⁰

²⁶⁸ Cf. *O Trocista*, 11 de agosto de 1902. p2, e 12 de agosto de 1900. p1.

²⁶⁹ ANDREUCCI, Franco. “A difusão e a vulgarização do Marxismo” In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo*, vol 2 – O marxismo na época da segunda internacional. 2ed. Trad. de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (pp. 15/73). pp51-2.

²⁷⁰ BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto alegre, 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p108.

Os altos índices de analfabetismo que existem em Alagoas no início do século XX, girando em torno de 80% da população como vimos no primeiro capítulo, refletem uma condição que atinge principalmente as camadas populares, rurais ou urbanas, trabalhadoras ou não. Neste sentido, o desejo de adquirir leitura e ilustração é, também, um desejo de distinção, de diferenciação dos trabalhadores perante as camadas subalternas: é uma luta por ascensão social! Além de prática de valorização pessoal e profissional, o acesso a leitura deve ser entendido como um momento especial de ampliação do universo de referência e da capacidade do forjar mais duradouro e efetivo da identidade de um grupo social na medida em que aspectos da vivência e da cultura deste grupo social podem ser reproduzidos, manejados e guardados para além da sua existência concreta.²⁷¹

Os costumes que aos poucos vão sendo construídos em torno de uma ética do trabalho, de identificação dos trabalhadores enquanto um grupo social, leva-os a delicada tarefa de dominar códigos da civilização ocidental que historicamente vinham sendo manipulados pelas oligarquias senhoriais, e de transitar entre instrumentos e símbolos da cultura da aristocracia rural, sem fazer-se perder nem descolar da sua origem, da imemorial tradição popular. Com o advento e a penetração da cultura impressa, temos o embate entre formas culturais distintas.²⁷² Neste embate, surge o conflito: como preservar a tradição oral da civilização não-letrada nordestina num discurso veiculado na imprensa (mesmo numa imprensa comprometida, em parte, com esta tradição popular e subalterna)?

Precisamos considerar que com a difusão das técnicas de impressão teremos cada vez mais uma difusão do hábito da leitura escrita. E não só da leitura, mas especificamente da leitura silenciosa, individual e solitária, burguesa em última palavra.²⁷³ De qualquer modo, a

²⁷¹ Sobre esta questão, ver HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Patria, nem patrão!* 3ed. ver. e ampliada. São Paulo: EDUNESP, 2002. especialmente os artigos “História do trabalho e cultura operária no Brasil pré-1930: um campo de estudos em construção” e “Imprensa operária, espaço público e resistência: notas de leitura”.

²⁷² É fácil perceber a confluência entre estas duas formas culturais distintas nas raízes da cultura popular nordestina. Como um exemplo circunstanciado em Alagoas, ver a reiterada relação entre leituras de trabalhadores e o ciclo de Carlos magno e os Doze Pares de França. Para meados do século XIX, o reverendo Daniel Kidder observa com espanto um caixeiro lendo um destes livros. Cf. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (províncias do Norte)*. Trad. de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Martins/Ed.USP, 1972; nos anos 1970, numa pesquisa sobre leituras operárias realizada em São Paulo, Ecléa Bosí encontra uma alagoana emigrada que, depois das diversas horas de trabalho, ainda encontrava tempo para ler as histórias do Príncipe Roldão. Cf. *Cultura de Massa e cultura popular: leituras de operárias*. 4ed. Niterói: Vozes, s/d. pp145-146. Para o período do nosso estudo, ver o relato do militante Octávio Brandão: “No correr de toda a infância, o livro que me causou maior impressão e exerceu maior influência, foi a História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França. Nele, a criança bebeu lições de bravura e heroísmo. Nele, começou a aprender a lutar contra os obstáculos e dificuldades e, especialmente, contra os que resultam de combates verdadeiramente desiguais. Começou a sentir o romantismo heróico, tão característico dos nordestinos. Foi compreendendo que a vida é uma batalha. Seu ideal de criança era Roldão – o paladino que luta contra cinco mil inimigos e triunfa!”. In: BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas – memórias* (vol. 1). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p51.

²⁷³ Cf. DARTON, Robert. “História da leitura” In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. de Magda Lopes – São Paulo: Ed.UNESP, 1992. (pp199-235). Especialmente as pp. 216 e 231-2.

imprensa operária refaz este caminho no sentido inverso, não só por conta da necessidade de os trabalhadores repassarem a mensagem para os que não sabem ler, mas inclusive por que era necessário aos trabalhadores economizar, por vezes fazer cotas para comprar uma determinada edição de jornal – e o exemplar socializava-se de mão-em-mão, de grupo de leitura em grupo de leitura. Fez-se necessário aos trabalhadores – no sentido inverso do efetivado pela cultura burguesa - retomar a leitura pública, solidária e coletiva, em voz alta, nas tavernas e cafés, em determinados momentos e em determinadas fábricas/lojas, justamente para reproduzir e propagar o ideal da coletividade dos trabalhadores socialistas.

CAPÍTULO III – OS TIPÓGRAFOS, O TRABALHO E A IDENTIDADE DE CLASSE

Discutiremos agora o processo de valorização dos trabalhadores gráficos e o discurso de identificação coletiva da classe trabalhadora, através da atuação destes profissionais gráficos tanto em sua entidade representativa, a Associação Tipográfica Alagoana, como em outras entidades de trabalhadores. Entendemos que uma identidade coletiva é forjada em relação a um outro projeto de identificação social. Neste sentido, caracterizamos sumariamente o discurso disciplinar que os porta-vozes da elite alagoana lançam sobre os trabalhadores, contendo uma ética da subordinação, da obediência e da passividade. Assim, do mesmo modo que os trabalhadores são alvos de um projeto de disciplinamento e enquadramento do seu mundo do trabalho subordinado ao capital, eles forjam para si uma outra identidade de valorização positiva do seu ofício, de resistência e oposição classista ao projeto dos grupos que se aliam em torno do capital.

Para situarmos melhor o lugar da Associação Tipográfica Alagoana dentro da conjuntura vivida em Alagoas pelas principais entidades associativas dos trabalhadores, iremos expor sua trajetória junto a de outras quatro associações. As duas primeiras, de caráter mutualista, em fins do século XIX já estavam firmemente estabelecidas enquanto referências de associação de trabalhadores e profissionais autônomos. As duas seguintes, de caráter acentuadamente classista, eram experiências novas e refletiam uma nova percepção e leitura de mundo por parte dos trabalhadores organizados. Os tipógrafos, como veremos, participam destes dois momentos através de sua entidade associativa, e são eles que irão expressar pela primeira vez de modo consistente esta nova visão de mundo e tomada de consciência que sinalizará o tipo de atuação a ser seguido pelos operários.

MUTUALIDADES

As diversas associações dos trabalhadores existentes ao longo da Primeira República compõem um quadro mais amplo de cultura associativa existente no período para toda a sociedade brasileira. De modo geral, eventos ou atividades lúdicas, artísticas, culturais só conseguiam ser realizadas através da união de esforços que terminavam por gerar a

formalização daquela união em uma entidade, com estatutos, sócios, muitas delas com sedes, etc. Para o caso de Maceió, estes clubes e associações eram de ordens as mais diversas possíveis: recreativos, musicais, teatrais, esportivos, literários, educativos, etc.²⁷⁴ Segundo Cláudio Batalha, os trabalhadores participavam de uma maneira peculiar deste espírito de associação, que era bastante comum nas camadas urbanas do período, instaurando rituais, linguagens e códigos de identificação social e coletiva que fortaleciam a construção do sentido de classe.²⁷⁵ Deste modo (e em parte) os esforços de associação dos trabalhadores participam – se bem que de modo bastante distinto – do ambiente cultural existente nas áreas urbanas do país àquela época. Concentramo-nos no caso de Maceió. Vejamos inicialmente o caso do Montepio dos Artistas.

Quando o artista-ferreiro Luiz Peixoto de França adoeceu e veio a falecer, em fins de maio de 1902, o Montepio dos Artistas Alagoanos, entidade a qual era associado, tanto manteve sua família durante a moléstia que sofrera quanto concedeu uma pensão à viúva, além de fazer-lhe o enterro, tudo “de acordo com o [seu] regulamento”.²⁷⁶ A garantia de assistência e a pensão cedida em casos de doenças, invalidez ou morte do arrimo da família eram alguns dos principais atrativos para que os trabalhadores manuais se associassem a esta entidade, que contava com grande prestígio junto a todas as classes que compunham a população de Maceió.

O Montepio dos Artistas Alagoanos foi instituído em meados dos anos 1880 e era uma entidade tipicamente mutualista. Possuindo em seus quadros artesãos e trabalhadores em geral (carpinteiros, ferreiros, barbeiros, relojoeiros, telegrafistas, carroceiros, carteiros, etc.), a “sociedade-pia” – como era denominada por alguns – possuía além da função da benemerência, a de congregar artistas de diversas categorias através de festas sociais e reuniões; de propagar a ilustração através de conferências e palestras; e de prestar solidariedade à grupos pessoas e comunidades que estivessem com dificuldades, como os flagelados da seca do Ceará em 1900.²⁷⁷ Uma comissão de socialistas do Centro Protetor dos Operários de Pernambuco, que visitara Maceió em fins do verão de 1903, refere-se ao Montepio como “templo do trabalho” e um dos “núcleo[s] da alma operaria” no Estado.

²⁷⁴ Um exemplo desta diversidade, para o período estudado, são os da sociedade dramática jacutinguense, heliotropia, bohemia alagoana, Club Pamparra, Terphyscore, Phenix Alagoana; Perfeita Amizade Alagoana, Thalma Jaraguense, Associação Beneficente Memória a D. Pedro de Alcântara, Phylarmonica Minerva, Gladiantes, Grêmio Literário Guimarães Passos, etc.

²⁷⁵ BATALHA, Cláudio H. de M. Esta noção foi abordada pelo autor na comunicação “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”, apresentada no simpósio temático “trabalhadores: memória, identidade e formação de classe”, durante o XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH, “História, acontecimento e narrativa”, realizado entre 27 de julho e 1º de agosto de 2003. UFPB, João Pessoa, Paraíba.

²⁷⁶ *A Tribuna*, 27 de maio de 1902. p1.

²⁷⁷ *A Tribuna*, 19 de agosto de 1900. p2.

Numa visita a sua sede, a comissão narra que avistou os seguintes dizeres em um salão, que servia como emblema de seus objetivos:²⁷⁸

Aqui o pobre ao rico não se humilha
Aqui são iguais aos cidadãos
Aqui só vale a glória [sic] do trabalho
Aqui todos nós somos irmãos!

A entidade possuía uma sede com biblioteca e salas de aulas (regularmente ofertavam as primeiras letras), além de manter relações cordiais com as autoridades do Estado e do município. Antonio Murta, por exemplo, presidente do Montepio no período entre 1902-3, fora nomeado para comissário de polícia de Maceió antes de terminar seu mandato na diretoria da entidade.²⁷⁹ José Domingues Lordsleem, relojoeiro que chegou a ser presidente da entidade em alguns mandatos no início dos anos 1890, era bem relacionado politicamente com membros da elite política local, compondo a chapa do Partido Republicano para a intendência em 1897 e chegando a ser deputado estadual em 1893 e 1902.

Este tipo de postura era, também, bastante comum na entidade associativa dos caixeiros. A Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió – denominação mudada posteriormente para Perseverança e Auxílio dos Empregados do Comércio de Maceió era a principal entidade de representação dos trabalhadores do comércio da capital alagoana. Fundada em 1879, neste mesmo ano inaugura uma biblioteca com mais de 2000 títulos, sendo então a terceira do Estado.²⁸⁰

A Perseverança e Auxílio, como era mais conhecida, possuía uma biblioteca e um museu comercial que ficava aberto durante praticamente todo o ano, mantendo uma banda Musical na Escola Carlos Gomes, e ofertando aulas de português, francês, inglês, aritmética e escrituração mercantil aos trabalhadores do comércio, no período noturno.²⁸¹ Em 1916 chegou a manter o primeiro estabelecimento de ensino superior laico de Alagoas, a Academia de Ciências Comerciais.²⁸² Durante sua longa existência vários jornais circularam em torno da

²⁷⁸ *Aurora Social*, Recife, 30 de abril de 1903. p1.

²⁷⁹ *Aurora Social*, Recife, 19 de setembro de 1903. p4.

²⁸⁰ LIMA JR., Félix. Maceió de outrora – vol 2. (org. por Rachel Rocha). Maceió: EDUFAL, 2001. A maior parte das informações sobre a “Perseverança e Auxílio” foi retirada do artigo sobre a entidade, contido neste livro.

²⁸¹ *Gutenberg*, 14 de julho de 1897. p2; 7 de janeiro de 1898, p2; e 28 de março de 1899. p2.

²⁸² VERÇOSA, Élcio de Gusmão. História do Ensino Superior em Alagoas: verso e reverso. Maceió: EDUFAL, 1997. pp26-9.

sociedade, ou como órgão oficial ou como divulgador de suas atividades. Dentre estes, destacam-se *A União* (1893); *Diário do Comércio* (1896) e *A Perseverança* (1909-10).²⁸³

A *Perseverança* e *Auxílio* possuía princípios semelhantes aos do Montepio dos Artistas: se por um lado, chega a elogiar a governos oligárquicos como o de Campos Salles, por outro concede espaço a socialistas, como Fernandes Tavares e Virgínio Campos. O primeiro viria a ser orador oficial da diretoria em setembro de 1904, enquanto que o segundo, membro do Centro Proletário Alagoano e combativo operário, este chega a pronunciar discurso inflamado em sua sede.²⁸⁴ Outros integrantes do movimento operário alagoano e simpatizantes do socialismo que giram em torno da órbita tanto da *Perseverança* como do *Motepio*, são Pedro Nolasco Maciel, João Guilherme Romeiro, Manoel Cajaseira, Christiano Foght e Joaquim Moreno.²⁸⁵

A ASSOCIAÇÃO TIPOGRÁFICA ALAGOANA

A Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos foi fundada em 14 de outubro de 1869.²⁸⁶ Sob a liderança de José Leocádio Ferreira Soares, teve como órgão de divulgação inicial *O Século XIX*, que funcionou com certa regularidade em edições provavelmente semanais. Numa primeira fase, a direção do periódico estava sob os auspícios do mesmo José Leocádio, mas depois passa aos cuidados de “uma comissão”.²⁸⁷ Numa referência aos outros cinco jornais que circulavam então na cidade de Maceió, *O Século XIX* se diz diferente deles,

²⁸³ Os anos indicados não são necessariamente os do período de abrangência total de circulação destes jornais, sendo na verdade os anos em que conseguimos averiguar sua circulação. Do mesmo modo, talvez houvesse outros jornais que tivessem ligações diretas com a sociedade.

²⁸⁴ A *Tribuna*, 1º de abril de 1900 e 24 de agosto de 1904.

²⁸⁵ Entre outras entidades de trabalhadores existentes neste período, com caráter de beneficência e mutualismo, podemos citar ainda o Montepio dos Alfaiates, criado em Maceió ainda em fins do século, e, de Pilar, a sociedade Fraternidade e Instrução dos Caixeiros de Pilar, fundada em meados de 1894, que manteve durante um bom tempo o órgão de divulgação *Vinte de Julho*. Cf. Gutenberg, 16 de julho de 1897.

²⁸⁶ Cf. SANT’ANNA (de), Moacir Medeiros. História da Imprensa em Alagoas. Op. cit. ver “nota introdutória”, s/p. A breve exposição do percurso desta Associação na primeira fase, nitidamente de mutualidade, não possui caráter de pesquisa aprofundada, pois nos preocupamos principalmente com o período pós-1895. Sendo assim, além do texto de Moacir Sant’Anna, nos utilizamos de notas exparsas da historiografia alagoana sobre a entidade e da leitura de dois números de seu primeiro órgão, *O Século XIX*. TENÓRIO, Douglas Apratto. em “O início da modernização na província de Alagoas” In: Revista do CCHLA/UFAL. Maceió: EDUFAL, ano II, nº 4, jun/1987. (pp.66-75) p73, fala de uma “Associação Beneficente Typográfica” [sic] por volta do terceiro quarto do século XIX. Não encontramos outras referências sobre esta entidade. Talvez a denominação diferenciada tenha sido retirada de algum artigo ou nota de jornal que, como acontecia com certa frequência, nomeie de forma diversa a entidade da qual estamos tratando. De qualquer modo, o professor Luís Sávio de Almeida, numa das conversas que travamos, conjecturou acerca da existência de uma associação de tipógrafos criada nos primeiros anos de 1850. Talvez seja a mesma referida por Tenório.

²⁸⁷ *O Século XIX*, 23 de março de 1871.

pois não é “folha política” mas se dá com a “literatura” e com as “letras”²⁸⁸. Como característica comum a diversas entidades associativas do período, ela se prestava à socorrer aos associados em casos de morte ou impossibilidade de trabalho por parte do chefe ou provedor de suas famílias. José Leocádio chegou a ocupar alguns cargos importantes através de eleição, e outros por nomeação do governo. Nestes últimos, ele “sempre se houve com lealdade”, o que reforça a forma de encaminhamento político existente dentro destas primeiras entidades mutualistas.²⁸⁹

A distinção existente entre entidades mutualistas e de beneficência e entidades classistas e de “resistência” é real e operatória. Tal distinção pode ser utilizada enquanto categoria para se verificar, na prática, a diversidade de princípios e de ideologia; as diferenças de encaminhamentos e de posturas; o perfil dos associados e das principais lideranças de cada uma das entidades analisadas. Só que esta distinção, na historicidade constitutiva da vida destas entidades, não acontecerá de uma hora para a outra. Não encontrará um marco divisor que sirva com conforto ao historiador. Ela se vai dando lentamente, com momentos de “avanço” e de possíveis “recuos”. Bastante comuns no século XIX em todo Brasil, algumas destas entidades mutualistas, que sobrevivem por mais tempo e chegam ao século XX, irão adaptar-se aos novos contextos e condições, incorporando práticas que não são comumente imputadas a seu “tipo”. As sociedades de resistência e os sindicatos, nascidos dentro de uma tradição de beneficência, irão, por sua vez, adequar-se à cultura subalterna e dos trabalhadores de determinado contexto para possuir um mínimo de inserção e começar a ganhar respaldo. Entre uma tradição e outra, existe um espaço de negociação. Como bem notou Cláudio Batalha,²⁹⁰

A idéia de que as novas sociedades de resistência substituíram definitivamente as velhas sociedades mutualistas é falsa. O processo foi lento e bastante complexo. As sociedades mutualistas puras nunca desapareceram inteiramente. Por outro lado, algumas das velhas sociedades acabaram incorporando funções de resistência, do mesmo modo que algumas das novas sociedades de resistência adotaram práticas assistenciais.²⁹¹

²⁸⁸ IBIDEM.

²⁸⁹ Cf. *A União*, Recife, 20 de janeiro de 1898. p2.

²⁹⁰ BATALHA, Cláudio H. M. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária” In: *Sociedades Operárias e Mutualismo – Revista do AEL*. Campinas: UNICAMP, Vol.6, Nº10/11. 1999. (pp41/66).

²⁹¹ O caso de Olympio Costa e Silva é ilustrativo desta postura. Diretor das oficinas gráficas Fonseca que, mesmo sendo sócio do Montepio doa Artistas Alagoanos, exercia (em 1902, quando morreu) o cargo de 1º secretário da diretoria do Centro Proletário Alagoano, do qual falaremos adiante. E é interessante saber que o Centro pedira – e o governador cederá – a Banda Musical da Polícia para acompanhar o trajeto fúnebre do associado até o cemitério. *A Tribuna*, 29 de abril de 1902

Assim, de modo geral, a história social do trabalho praticada atualmente no Brasil tende a perceber, cada vez mais, traços de continuidades entre estes dois tipos de entidades. As entidades mutualistas e de beneficência são re-valorizadas em função de uma percepção que as insere na mesma tradição cultural das entidades de “resistência”, de formação de uma identidade coletiva dos trabalhadores através da construção de uma imagem positiva do trabalho, particularmente necessária numa sociedade escravista como era aquela. No entanto, de qualquer forma, elas não são idênticas: possuem suas especificidades. Uma consciência de “classe para si” ocasiona mudanças, principalmente no que concerne à percepção das condições materiais de trabalho e das questões políticas mais gerais. Era o que estava acontecendo em Maceió, em meados da última década do século XIX. Neste sentido, a antiga Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos perde representatividade e legitimidade entre os trabalhadores gráficos do Estado, vindo a ser dissolvida em 2 de agosto de 1896.²⁹²

Os tempos eram outros. As perspectivas de melhorias para a classe trabalhadora e para as outras camadas subalternas da sociedade, advindas da mudança para o regime republicano não se concretizaram. Entre os gráficos, então, vemos surgir uma forma mudada de se encarar a realidade. Notícias circulam no Recife dando conta da instalação de uma Associação Tipográfica Maceioense em inícios de 1895.²⁹³ Não conseguimos encontrar outras referências acerca desta associação, tendo sido a nota provavelmente fruto de um boato. Mas este é um boato que revela a crise que começa a se instalar no seio da categoria dos gráficos de Alagoas. Sobre este aspecto, vejamos o que João Ferro descobre, numa comparação entre a realidade dos trabalhadores gráficos locais e a dos de outros Estados do Nordeste:²⁹⁴

Em toda a união brasileira esta claramente definido que o progresso de uma classe laboriosa consiste indubitavelmente no início de propagandas grandiosas.

[...]

A arte typographica que há sido admirada universalmente e que transmite ao publico legente o pensamento do escriptor, exige o quanto antes uma bem traçada reforma em vários estados do Norte deste vastissimo país americano.

²⁹² SANT’ANNA (de), Moacir Medeiros. História da imprensa em Alagoas. Op. cit., “Nota introdutória”, s/n°

²⁹³ Cf. *A União*, Recife, s/d. provavelmente de março de 1895.

²⁹⁴ *A União*, Recife, 6 de setembro de 1897. p2. É bom lembrar que, mesmo publicado num jornal do Recife, este material causa impacto em Alagoas tendo em vistas a sua penetração no Estado, particularmente em Maceió. Para um exemplo bastante ilustrativo do tipo de impacto ocasionado à época, *A União* publica uma nota em que fala de *O Pimpão*, jornal maceioense, que houvera elogiado o órgão dos tipógrafos de PE. *O Pimpão*, então, compara a situação dos tipógrafos de Pernambuco com a dos colegas alagoanos: “podessem [sic] os nossos typographos fazer o mesmo e não teríamos o rebaixamento d’essa classe que aqui presenciamos, chegando-se a desprezar uma associação com uma já adeantada biblioteca, que hoje vive desprezada, talvez em alguma cosinha. O resultado d’essa negligencia é o barateamento do trabalho.” Cf. *A União*, Recife, 15/7/896, p2.

Em Pernambuco, Parahyba, Cergipe [sic] e Bahia a autonomia da operosa classe se mantém heroicamente e os seus direitos inauferíveis são advogados proficientemente e com muita altivez, no territorio alagoano ela definha e os seus representantes assistem inertes o hediondo crime da propagação de uma doutrina condemnada por vultos eminentemente grandes.

[...]

É pois uma nobilitante missão doutrinar em prol do alevantamento de uma classe, maxime quando torna-se imprescindível dar orientação áquelles que desconhecem os mais rudimentares princípios da administração social.

Neste clima de despertar, João Ferro, Julio Martins, Ladislau Rocha, Julio Soares e Pedro Lisboa articulam, desde o dia 3 de novembro de 1897, uma reunião que será o ponto de partida da organização da Associação Tipográfica Alagoana.²⁹⁵ No dia 7, às 11 horas, nas oficinas *d'A Tribuna*, é eleita e empossada uma diretoria que comandará a reativação da entidade pelo próximo ano.²⁹⁶ Em seguida acontecem reuniões para deliberarem sobre as formas, valores das “jóias” e os tipos de associados; sobre os estatutos; e ações que deveriam ser encaminhadas tendo em vistas o melhoramento da classe tipográfica.

A articulação da Associação Tipográfica Alagoana, entre outros motivos, está ligada a uma leitura bastante realista do quadro de pauperização do ofício e dos constantes contatos estabelecidos entre os profissionais gráficos de Maceió e do Recife²⁹⁷. Entre 1893 e 1894 o compositor tipógrafo alagoano João Ferro de Oliveira se estabelecerá no Recife, alternando seu dia entre o trabalho nas oficinas e a militância socialista. João Ferro e João Ezequiel, junto com uma equipe de redatores e tipógrafos ligados a União Tipográfica Pernambucana, dentre

²⁹⁵ Moacir Medeiros de Sant'Anna. Op. cit. sugere que esta Associação seja uma outra, e não continuidade da antiga Associação mutualista fundada em 1869. Diversas falas e depoimentos referentes ao acontecimento, utilizam-se de termos e argumentos que indicam que houve na verdade uma re-organização da entidade. Não pudemos verificar, mas provavelmente até o rico acervo já mencionado da sua biblioteca fora recuperado e reorganizado. Criada ou reorganizada, de qualquer forma, ela possui características marcadamente diferenciadas: de propaganda socialista e de resistência, como comumente é entendida. Não é à toa que sua denominação mais recente abole os termos “...de Socorros Mútuos”.

²⁹⁶ *Gutenberg*, 5 de novembro, p2; e 9 de novembro de 1897. p3. O *Gutenberg* de 10 de novembro de 1898, p2, publica o relatório anual da primeira gestão. No início, o texto indica data diferente: “o 5 de novembro [como] aniversario da reorganização da Associação Typographica [...] Foi nesta data memorável, caríssimos consócios, que foi eleita e empossada a directoria que hoje [6 de novembro de 1898] termina o seu mandato”. No entanto, há mais evidências indicando a primeira data, de 7 de novembro, como sendo a da inauguração, e acreditamos que ela seja a verdadeira, inclusive por que cai num domingo, dia mais propício para uma reunião desta natureza. SANT'ANNA (de) Moacir Medeiros. IBIDEM, também indica o mesmo dia. Apesar de “memorável”, ao que parece, a data fora trocada no relatório da primeira diretoria.

²⁹⁷ Da forma com estamos entendendo a reorganização da entidade, ela se caracteriza como mais um capítulo da secular relação existente entre Alagoas e Pernambuco. No entanto, esta relação – que normalmente é entendida como de subordinação cultural e econômica da primeira em relação ao segundo – se configura aqui como mais complicada, surgindo numa lógica de negociação que depende do caso específico que se análise. Para o nosso caso, a colaboração possui via dupla, e os benefícios e encaminhamento das posturas seguintes advindas destes contatos são determinados mutuamente. A exposição a seguir pode ser acompanhada nos primeiros números da *União*, Recife, especialmente os de 27 de dezembro de 1894, p1; 28 de fevereiro, p2; e 21 de março de 1895, p2; 6 setembro de 1897, p2; e 31 de julho (p2) e 31 de setembro de 1898, p3. Dois outros n°s estão sem identificação de data, sendo provavelmente de março de 1895 e de inícios de 1898, respectivamente

os quais destacam-se Gustavo Deão, João Cruz e Manoel Oliveira, decidem montar um órgão de divulgação da entidade. O órgão, que se chamaria *A União*, teria como gerente o alagoano e como redator principal João Ezequiel, então presidente da entidade dos gráficos pernambucanos e militante socialista já conhecido em diversos Estados do Brasil. O periódico circula inicialmente com certa regularidade. João Ferro permanecerá como gerente entre dezembro de 1894 e março de 1895, sendo substituído, por problemas de saúde, por João Cruz provavelmente a partir do nº 13, de 21 de março. Ferro, então, retorna para Alagoas, mas continua colaborando com *A União*. O órgão, então, apesar de se tornar cada vez mais irregular em suas edições, adquire uma ampla penetração em Maceió e em alguns lugares do interior do Estado, principalmente com a permuta entre as redações. Isto se deve tanto aos esforços de divulgação de Ferro como aos contatos estabelecidos por J. Rodrigues de Fonseca. Novo gerente da *União*, numa viagem de férias a Alagoas, realizada provavelmente em janeiro de 1897, Fonseca articula-se com Ladislau Rocha para que este seja o correspondente do jornal no Estado. Os contatos entre Ladislau Rocha e a União Tipográfica de Pernambuco são tão profícuos que, no segundo semestre de 1897, ele irá passar alguns meses no Recife.

Estes dois contatos iniciais de alagoanos (e depois o de Julio Martins Sant'Anna em meados de 1898) com a experiência gráfica e a militância do Recife são de extrema importância para se entender, de um lado, a reformulação da identidade coletiva dos gráficos em Maceió, e do outro a elaboração do socialismo em Alagoas, no período em questão. Esta importância está ligada, principalmente, ao fato de ser o jornal da União Tipográfica de Pernambuco dirigido particularmente aos trabalhadores do setor gráfico daquele Estado. Isto se refletia na divulgação de técnicas de composição, de discussão da valorização do ofício, das realizações positivas da entidade e das reivindicações salariais e de melhores condições de trabalho. As leituras produzidas pelos profissionais alagoanos acerca deste material; as inevitáveis comparações; por vezes a inveja surgida desta comparação; o estabelecimento de conflitos internos individuais e, depois, entre grupos de trabalhadores de setores e/ou de oficinas diferentes, dentre outros motivos, estabelecem uma crise motivadora no seio desta categoria que terminará fazendo com que a Associação Tipográfica Alagoana seja organizada com outras características, como uma entidade de classe.

Não é por acaso que a primeira grande discussão travada nas primeiras reuniões será relativa ao salário e à jornada de trabalho. Em 21 de novembro de 1897 foi discutida, com fervor, a mensagem de aumento salarial, que girava em torno de 3\$500 e 5\$000, e a redução do tempo de trabalho diário para oito horas. Discutiam-se não só os valores apresentados por João Ferro, mas também a forma de encaminhar a reivindicação, e as conseqüências da

exposição dos nomes dos sócios vinculados à esta reivindicação. Enquanto encaminhamento, era previsto que o aumento deveria valer a partir de janeiro de 1898, sendo composta uma comissão que interpretaria perante os proprietários das oficinas gráficas “os sentimentos deste gremio”.²⁹⁸ Provavelmente foram escolhidos os associados mais bem quistos e articulados junto aos donos dos estabelecimentos gráficos, mas mesmo assim a reação dos patrões deve ter sido enérgica e dura. Apenas os proprietários Euzébio de Andrade, do *Gutenberg*, e Ângelo Netto deram “apoio” à reivindicação. Ressabiados por prováveis pressões sofridas no local de trabalho, a reunião seguinte após a apresentação da mensagem de aumento, que seria realizada em 28 de novembro, não aconteceu por “falta de numero” de associados.²⁹⁹ O grupo só se volta a reunir no dia 8 de dezembro, para assistir a uma missa em ação de graças pela reorganização da entidade. A missa serve de pretexto para nova reunião dos gráficos à noite, onde acontece uma nova rodada de discussões e deliberações.

Após a pausa nos trabalhos que a maioria das redações dos jornais dava, no mês de janeiro, os trabalhos recomeçam sem o aumento reivindicado:

Se a totalidade da classe manifestasse o ardente desejo de conseguir triumphar tão grandioso e santo idéal [sic] a diretoria da Associação Typographica havia posto em pratica medidas energicas, sem necessitar da grève [sic], meio unico de salvar uma arte da melindrosa situação porque passa.³⁰⁰

Espelhando a “melindrosa situação” da classe a qual era “genuína representante” no Estado, a Associação Tipográfica enfrenta algumas dificuldades e não tem vida longa. Seu movimento financeiro, pedra de toque de qualquer entidade com essas características, “não tem sido, como era de se esperar, bastante satisfactorio, em face da grande morosidade que ha na realização dos pagamentos das mensalidades dos consocios”. Assim, alguns espetáculos são organizados em benefício da Associação. Um deles, oferecido pelo artista Christovam Mendes “tem servido para liquidar as contas de aluguel do prédio em que funcionou”.³⁰¹ De qualquer modo, até o fim de seu mandato, a primeira diretoria consegue fundar sede própria. A entidade, no entanto, não sobrevive a abril de 1899, sendo desfeita: “É deveras contristador [sic] que tão util instituição tivesse a existencia da rosa de Malherbe”.³⁰² Ao longo deste

²⁹⁸ *Gutenberg*, 10 de novembro de 1898, p2, e *A Penna*, 21 de novembro de 1897.p2.

²⁹⁹ *A Penna*, 6 de dezembro de 1897. p3.

³⁰⁰ *Gutenberg*, 10 de novembro de 1898. p2.

³⁰¹ *Gutenberg*, 10 de novembro de 1898. p2.

³⁰² *Gutenberg*, 12 de abril de 1899. p3. a metáfora é relativa a seres fugazes, coisas e momentos que duram pouco tempo.

período de um ano e meio de reorganização da Associação Tipográfica Alagoana, as duas diretorias existentes foram assim compostas:³⁰³

DURAÇÃO DO MANDATO	nov/1897-nov/1898	nov/1898-nov/1899
PRESIDENTE	João Ferro	Julio Ramos Soares
VICE- PRESID	Antonio Ferreira de Castro	Ladisláo Rocha
1º SECRETÁRIO	Pedro Xavier Lisboa	Júlio Martins Sant'Anna
2º SECRETÁRIO	Ladislau Rocha	Manoel Feitosa
TESOUREIRO	Julio Ramos soares	Olympio Leonídio
ORADOR	Julio Martins Sant'Anna	João Ferro
BIBLIOTECÁRIO		Samuel dos Santos
PROCURADOR		Manoel Brito de Mendonça
COMISSÃO DE SINDICÂNCIA		Joaquim Moreno, Abílio Fernandes e Pedro Colombo

Esta experiência de organização da Associação Tipográfica Alagoana, numa primeira leitura, pode ser entendida como malograda. Mas ela também pode ser entendida de outra forma. Como sintoma de que algo de novo estava surgindo entre os trabalhadores, e enquanto projeto coletivo de valorização sócio-cultural de um ofício – o dos tipógrafos – cremos ser o primeiro caso que, no Estado de Alagoas e especialmente da cidade de Maceió, relaciona a construção da identidade de uma categoria de trabalhadores ao socialismo. Dito de outro modo: entre estes “filhos do trabalho” começa a ser estruturado um sentido constitutivo da identidade coletiva de uma categoria, a do setor gráfico, associado ao arcabouço ideológico do socialismo da II Internacional, como aprofundaremos no quarto capítulo.³⁰⁴ Um fato

³⁰³ *Gutenberg*, 9 de novembro de 1897, p3; e 8 de novembro de 1898, p2.

³⁰⁴ Esta interpretação não desconsidera as discussões socialistas realizadas pelo grupo que, no início da década de 1890, se reúne em torno de Misael Moreira. Este momento, como entendemos, é o da organização formal de uma Liga Operária do Estado de Alagoas e do Partido Operário Socialista de Alagoas, se constituindo efetivamente de um pequeno núcleo de operários bastante ativo que, por não possuir inserção junto a um grupo maior de trabalhadores e não estar minimamente estruturado (com sede e uma oficina tipográfica própria) não sobreviverá a morte de seu principal animador, ocorrida em 15 de maio de 1893. Em julho de 1892, de qualquer forma, eles chegam a lançar a candidatura de Justino de Souza Rodrigues para membro do conselho municipal. Para maiores detalhes, ver o artigo de ALMEIDA (de), Luiz Sávio. “A República e o movimento operário em Alagoas (a redenção dos filhos do trabalho)”. Op. cit., que interpreta este momento como uma segunda fase das “preliminares do socialismo” em Alagoas (p43), e o jornal *Cruzeiro do Norte*, entre maio e julho de 1892, e entre janeiro e fevereiro de 1893. De qualquer modo, é bom frisar que talvez esta nossa interpretação esteja por demais baseada nos poucos dados deixados por este primeiro núcleo de organização na imprensa local. E o fato de existirem poucas evidências, talvez espelhem: a) uma radicalização deste grupo junto a imprensa oligárquica; b) uma pequena adesão dos trabalhadores gráficos a tais propostas; e c) uma maior repressão por parte da elite política do período às suas reivindicações.

sintomático desta consciência é que, a partir de então, como vimos no capítulo anterior, aumenta sobremaneira o número de jornais ligados aos proletários.

O CENTRO PROLETÁRIO ALAGOANO

Os frutos advindos desta primeira experiência se revelarão produtivos, quando relacionados com duas outras entidades surgidas no bojo deste despertar e articuladas em torno dos tipógrafos que capitanearam o movimento dos gráficos. São o Centro Proletário Alagoano e a União Operária Alagoana. Com o insucesso³⁰⁵ da organização e das reivindicações dos gráficos, os mais ativos e participantes trabalhadores deste setor começam a se articular não mais exclusivamente em torno de sua categoria, ampliando contatos com trabalhadores de outros setores. Esta estratégia reflete aspectos relacionados a uma outra mudança na construção da identidade dos trabalhadores: a partir de um determinado momento, em vez de ser articulada uma identidade coletiva em torno de uma categoria ou de um grupo de assalariados, passa-se a pensar em termos de toda a classe dos trabalhadores.³⁰⁶

Em inícios de 1902, uma comissão de trabalhadores começa a articular-se em torno da fundação do Centro Proletário Alagoano. Composta majoritariamente por tipográficos, a comissão contava com nomes como os de Joaquim Moreno, Norberto Carlos, João Ferro, José Angello, José Grey, Virginio de Campos e Guilherme Lemos, dentre outros. Segundo o *Aurora Social*, o Centro deve ter sido fundado em abril daquele ano, sendo “vazado em moldes francamente socialistas” e tendo como seu primeiro presidente, José Angello.³⁰⁷ A primeira apresentação aberta aos trabalhadores pelo Centro seria a comemoração do Dia do Trabalho, mas esta não acontecera “por motivo maior”.³⁰⁸

A exemplo do que acontece com a Associação tipográfica, é possível relacionar inicialmente a fundação do Centro, aos constantes contatos com socialistas do Recife e de outros centros do Brasil. Esses contatos expõem os sucessos e as dificuldades de suas

³⁰⁵ O termo “insucesso” na verdade expressa a falta de resultados obtidos de imediato, como o aumento de salários e a redução de carga horária de trabalho, pois a médio e longo prazo cada um destes momentos “malogrados” serão acumulados em favor das lideranças do movimento, gerando representatividade, autoridade e respeito, e possivelmente um maior poder de barganha nos momentos de reivindicação.

³⁰⁶ A este respeito, para o caso francês, temos PARIS, Robert “a imagem do operário no século XIX pelo espelho de um *vaudeville*” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 8, N° 15, set/1987 – fev/1988. (pp61-89). Para o Brasil, ver BATALHA, Cláudio H. de M. “A identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 12, N° 23/24, set. de 1991/ago. de 1992. (pp. 111-24)

³⁰⁷ *Aurora Social*, Recife, 31 de maio de 1902. p4.

³⁰⁸ *O Trocista*, 4 de maio de 1902. p1.

experiências de associação que, àquele momento, começavam a ser pautadas em entidades que abrangessem diversas categorias de trabalhadores, abandonando as entidades por categoria. Em segundo lugar, cabe salientar o núcleo que se fortalece em torno de João Ferro e do grupo d*O Trocista*, que além dos nomes apontados acima incluía outros, como os de José Saturnino, Ladislau Rocha, Manoel Ezequiel, Manuel Lucena, Julio Soares etc. Por fim, a avaliação e as reflexões advindas da experiência da Associação Tipográfica Alagoana apontavam novas possibilidades para o encaminhamento da organização dos trabalhadores, particularmente em Maceió. É interessante, neste sentido, perceber que o termo que identifica a associação é “proletários”.³⁰⁹ Aparentemente o Centro era composto predominantemente por artesãos e operários especializados, sendo então mais próprio ser chamado de centro dos “artista”. Porém eles desejavam um caráter mais amplo a agremiação, daí a escolha do termo “proletários”. A própria presença de novos personagens até então estranhos ao movimento operário, compondo a diretoria e o conselho, é representativa desta estratégia.³¹⁰ Aumentado o número de trabalhadores engajados, a militância ganha também em qualidade. Pode-se, então, vislumbrar o surgimento da União Operária Alagoana junto com a criação do Partido Socialista.

A UNIÃO OPERÁRIA ALAGOANA

A União Operária Alagoana, refletindo o aprofundamento classista da organização dos trabalhadores, é fundada provavelmente em inícios de 1904. Em pouco tempo ela possui sucursais em Jaraguá e no Poço, além de contar com uma diretoria feminina empossada em festa que contou com cerca de cem pessoas. Apesar das dificuldades, a entidade mantém um “Club” Dramático Musical e a referida sucursal do Poço, além de uma banda que animava as festividades da entidade.³¹¹ Na comemoração do Dia do Trabalho de 1904, que não teria mais

³⁰⁹ Como veremos adiante, “proletários” abrangia em seu significado todas as camadas pobres e subalternas da sociedade, incluindo trabalhadores e desocupados.

³¹⁰ Dentre os quais poderíamos citar Bemvenuto Lubanho (encontramos também a grafia Lumbambo), Dionízio Machado, Possidonio Silva, Marcellino Lima, Francisco Prisco, dentre outros. Um membro do conselho era antigo militante e fora integrante da diretoria da Liga Operária (1892), na qual atuava Misael Moreira: era Canuto Alves de Souza Passos.

³¹¹ *Gutenberg*, 26 de julho (p2) e 21 de agosto de 1904. p3; *A Tribuna*, 28 (p2) e 30 de abril (p3), 1º de maio (p2) e 24 de outubro (p2), todos de 1904.

o sabor frustrante de não acontecer como em 1902, a União Operária promoveu um “festival” para comemorar este dia “consagrado á liberdade do trabalho”:³¹²

O orador oficial sr. Fernandes Tavares dissertou largamente sobre o socialismo, sendo muito aplaudido.

Falaram também os srs. Virginio de Campos, em nome do *comité*, fazendo o historico da memoravel data, e Vicente de Moura.

Após a reunião desfilou luzida passeiata [sic], que percorreu diversas ruas

Seguindo a comemoração, à noite deste mesmo dia, na sua sede brilhantemente iluminada, diversas famílias operárias escutaram o Hino da entidade, composto especialmente por Benedicto da Silva (música) e Luiz Mesquita (letra):³¹³

Desdobremos o pallio radiante
Que nos ha-de o futuro levar!
Sem temores, sigamos avante
Que entre os povos teremos logar

(coro) Não temamos os calvarios
Que o capital faz erguer!
Eia avante, ó proletarios!
Nós havemos de vencer.

Sem a lucta não póde haver gloria;
Pois luctemos que a gloria ha-de vir!
Combatendo o laurel da Victoria
Nossa fronte ha-de um dia cingir...

(coro)

Com o gladio flammante da ideia,
Por escudo, essa força – a UNIÃO!

Lavaremos a nossa epopeia,
Construindo a nossa redempção!

(coro)

³¹² *A Tribuna*, 5 de maio de 1904. p1.

³¹³ *A Tribuna*, 5 de maio de 1904. p1. Os autores são, curiosamente, os mesmos responsáveis pelo Hino oficial do Estado de Alagoas. Luís Sávio de Almeida sugeriu, a partir de conversas travadas no período de elaboração desta dissertação, serem os dois autores socialistas, revelando-se aspectos desta ideologia inclusive no próprio hino do Estado. A edição do *Gutenberg* de 16 de setembro de 1897, comemorativa da emancipação política alagoana, trás a primeira versão deste hino, que é diferente da versão conhecida atualmente. Algumas das estrofes suprimidas, realmente, conotam combatividade e anti-despotismo, existindo também um tom progressista e de exortação ao trabalho nas duas versões do hino. Uma outra possível explicação ao fato talvez seja a de que, pelo respeito adquirido por estes artistas – um enquanto poeta e o outro enquanto maestro e músico – dentro da sociedade alagoana, os chefes da União Operária tenham decidido pedir-lhes uma composição em homenagem à entidade dos trabalhadores. Neste caso, os trabalhadores haveriam se utilizado da estratégia da “respeitabilidade cultural” para reforçarem seu valor enquanto trabalhadores junto ao conjunto da sociedade. Para este tipo de estratégia, adotada pelos operários ingleses, ver HOBBSAWM, Eric. “A formação da cultura da classe operária britânica” in: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2ed. Trad. de Waldea Barcellos e Sandra Bedran – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (pp251-272)

Não conseguimos obter informações acerca do número de sócios existente nestas entidades. Especialmente no que se refere às de resistência, tais informações ficam mais difíceis e imprecisas. Sabemos que numa sessão realizada em 29 de agosto de 1898, a Associação Tipográfica reuniu “crescido numero de associados”.³¹⁴ Apesar de sabermos das dificuldades que alguns deles possuíam para pagar a mensalidade, é razoável calcularmos um número maior que 50 sócios para esta associação, tendo em vistas que conseguimos relacionar nominalmente cerca de trinta profissionais gráficos que compuseram a diretoria, e falaram em reuniões e assembléias da entidade e/ou participaram de seus pleitos e reivindicações. O Centro Proletário e a União Operária muito provavelmente possuíam um quadro maior de associados e de simpatizantes. Apenas para citar um dado encontrado, quando foi empossada a diretoria feminina da União Operária Alagoana em 25 de julho de 1904, reuniram-se “quase cem pessoas” para a festividade.³¹⁵

Uma comissão do Centro Protetor dos Operários de Pernambuco veio em visita a Maceió em abril de 1903, tendo sido convidados pelo Centro Proletário Alagoano. A visita era motivada especialmente pela morte recente de dois combativos líderes dos trabalhadores, o tipógrafo João Ferro e o maquinista Manuel Lucena, e pela organização da Federação Alagoana do Partido Socialista Brasileiro, que já vinha sendo articulado por Joaquim Moreno, José Saturnino e Fernandes Tavares desde fevereiro.³¹⁶

Às oito horas da noite de 12 de abril, mesmo sendo um horário inconveniente, a comissão de Pernambuco, composta pelos socialistas João Ezequiel, Alfredo Lima e Pedro de Melo, foi recebida na estação central por uma gare repleta, uma “imensa onda de povo”.³¹⁷ Dois dias depois, quando foi organizada uma homenagem aos mortos João Ferro e Manuel Lucena por parte desta mesma comissão, “era incalculavel a multidão” que aguardava a saída do préstito ao cemitério. Chegando lá, já eram mais de 400 pessoas.³¹⁸

Estes dados, soltos e esparsos, apesar de não se constituírem em números precisos e não indicarem efetivamente o quantitativo de trabalhadores envolvidos na organização do movimento operário, servem ao menos para que se configure um núcleo de pessoas – em sua maioria trabalhadores – que participavam àquele momento da construção de uma cultura de esquerda no Estado de Alagoas e em Maceió, particularmente. Na verdade, mais que um “movimento operário”, existiam “operários em movimentos”.³¹⁹ Uma verdadeira elite de

³¹⁴ *Gutenberg*, 30 de agosto de 1898. p2.

³¹⁵ *Gutenberg*, 26 de julho de 1904. p3.

³¹⁶ *Aurora Social*, Recife, 16/2/903. p3.

³¹⁷ *Aurora Social*, Recife, 30 de abril de 1903. p1-2.

³¹⁸ *Aurora Social*, Recife, 30 de abril de 1903. p1-2.

³¹⁹ Devo a expressão ao já citado professor Luiz Sávio de Almeida.

trabalhadores, ativos, combatentes, esforçados. “Apóstolos”³²⁰ do trabalho e do socialismo, tais números sugerem também que estes líderes estavam no caminho certo, conseguindo adeptos, simpatizantes e formando novas lideranças. E eram capitaneados, como defendemos, pelos compositores tipográficos.

A ELITE ALAGOANA E SEU PROJETO DE ÉTICA DISCIPLINAR DO TRABALHO

A resolução do problema dos “braços livres” desde antes da abolição jurídica da escravidão no Brasil, e especialmente no Nordeste, foi encarada de modo oscilante pelas oligarquias regionais: ora como um caso de polícia, em que cabia a prisão e a repressão, ora como um dever moral, de cunho paternalista e de reforma dos costumes. Alguns pesquisadores têm tratado desta questão em termos da construção, por parte da elite, de uma ideologia baseada em uma ética disciplinar de subordinação das camadas subalternas aos interesses dominantes, particularmente no âmbito da esfera do trabalho.³²¹ Este processo de construção desta ideologia do trabalho, para o caso de Alagoas, pode ser acompanhado, ao longo de praticamente toda a Primeira República, através de artigos e notícias veiculados nos principais jornais que circulam em Maceió.³²²

Como exemplo, utilizemos um editorial do Gutenberg, intitulado “Mendigos e vagabundos”:³²³

O Codigo pennal da Republica pune a mendicidade nos logares onde existem asylos para mendigos, com as leis criminaes castigam a vagabundagem.
[...]

³²⁰ Esta denominação é utilizada com uma certa freqüência nos jornais do período para se referir aos militantes da causa.

³²¹ Entre estes autores podem ser destacados CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. Op. cit. especialmente as pp. 59-88; RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar. Op. cit.; CARMO, Paulo Sérgio do. História e ética do trabalho no Brasil. Op. cit. Para uma discussão acerca da fundamentação teórica desta problemática, ver FOUCALT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1977.

³²² Cremos que outras fontes também podem ser utilizadas para acompanhar este processo, a exemplo dos relatórios dos presidentes da Província – e depois, governadores do Estado. Um outro exemplo, este particularmente rico, da forma como a elite oligárquica alagoana pensa esta questão, é a intervenção de Francisco Izidoro no Indicador Geral do Estado de Alagoas. Op. Cit.

³²³ *Gutenberg*, 30 de julho de 1897. o mesmo jornal, em 15 e 20 de agosto do mesmo ano, publica dois outros textos, sempre na primeira página, abordam a questão e reproduzindo o mesmo tom de conjugar repressão e reforma dos costumes.

Entretanto, a mendicidade vae esmoliando as escancaras [sic] e a vagabundagem escarneceando de quem se moureja diariamente para ganhar o pão.

Ninguém desconhece que existe na cidade perfeitos vagabundos e apparentes mendigos, affoiteza a que não se aventurarão esses individuos desde que sejam legalmente reprimidos.

[...]

Carecemos acabar com estes abusos, educando o nosso povo e contribuindo para o engrandecimento de nosso estado.

Eduquemos o povo, acabemos com os seus inveterados costumes oriundos de uma educação perigosa, certos de que contribuimos deste modo para o proprio bem.

Seis anos depois, Joaquim Ignacio Loureiro, professor e porta-voz dos pequenos agricultores, bate na mesma tecla. Ao longo do primeiro semestre de 1903 ele escreve vários artigos para *A Tribuna*, com ampla circulação no Estado, onde trata do problema das “classes pobres” e das “classes proletárias”.³²⁴ Nesta série de escritos fica claro a) que o termo classe refere-se, na verdade, a grupos e categorias sociais (como lavradores, trabalhadores rurais, etc) não possuindo a conotação que hoje temos e que os trabalhadores já começam a dar-lhe àquele momento; b) que os proletários são entendidos como os pobres em geral, contendo os trabalhadores mas principalmente a parte da população que está desvinculada da produção social direta: em termos marxistas seria o Lumpemproletariado; e c) os trabalhadores são apenas os que se ocupam de alguma profissão remunerada ou atividade regular que lhe propicie a subsistência. Sugere-se então, a partir da exposição deste autor, uma certa gradação, indo dos trabalhadores assalariados, cidadãos pobres mas honrados, portadores de boa moral e educados; passando pelos proletários e pobres em geral, que estariam sujeitos ao mal e a perniciosidade do ócio; e chegando-se aos criminosos, classe marginalizada e portadora do vício. Haveria aqui uma relação muito próxima com a gradação identificada por Sidney Chalhoub nos discurso dos parlamentares que elaboraram a lei de combate à ociosidade.³²⁵

Para debelar o mal latente, Loureiro advoga a reforma dos costumes. Só que, segundo entende, para o caso de Alagoas, a reforma destes maus costumes é dificultada por “extinguirem-se as pequenas propriedades” o que terminou por criar uma massa de desocupados. Segundo seu argumento, nos “povoados ha centenas, ha milhares de rapazes e raparigas sem educação de espécie alguma”. Estes proletários “criaram-se mesmo na preguiça e na indolencia”. Fatalmente, terminarão afluindo para a capital do Estado. Tal problema

³²⁴ *A Tribuna*, 10 (p1) e 11 de março de 1903. p1.

³²⁵ Cf. CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. pp64-89.

precisava ser combatido com urgência. E a repressão pura e simples não seria suficiente devido a magnitude do problema.³²⁶

Tal campanha de moralização das classes subalternas, como vimos no primeiro capítulo, passa por um processo de delimitação espacial e de constituição de identidades. Uma reordenação do espaço urbano, acompanhada de uma difusa delimitação das áreas de circulação dos populares, além do processo de marginalização dos desocupados e ociosos, são as principais estratégias de atribuição de uma identidade negativa à grande parcela das camadas subalternas. Para diferenciar-se deste conjunto, o trabalhador precisa ser submisso às condições que lhe forem impostas pelo mercado de trabalho. Para conseguir firmar-se neste mercado de trabalho onde abunda a mão-de-obra, e garantir ocupação que lhe forneça um salário, condições mínimas de sobrevivência e honra faz-se necessário a este trabalhador ser disciplinado em relação aos outros empregados e aos patrões, pontual e assíduo na rotina diária. Como afirma Margareth Rago,³²⁷ esta “vasta empresa de moralização” empreendida ao trabalhador, possui como eixo principal

a formação de uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo; a imposição de uma identidade social ao proletariado emergente, se assim já podemos chamá-lo. Conjuração do mal, contenção das convulsões futuras da história, a tentativa de domesticação do operariado passa pela construção de um novo modelo de comportamento e de vida, que se tenta impor aos dominados.

A elite alagoana, a exemplo das camadas dominantes do resto do país, passa a sonhar com um trabalhador perfeito: cordato, pacato, austero, submisso, ordeiro, disciplinado. Começa a ser elaborada esta identidade para o trabalhador local. Diferenciando-o dos outros setores da “classe dos pobres”, o trabalhador é honrado e aceita o destino que Deus lhe reservou! Uma imagem que traduz com perfeição os desejos da elite patronal alagoana é a do trabalhador chinês:³²⁸

Como actualmente todas as esperanças do Brazil estão postas nos filhos do celeste imperio [a China], é justo que vão aos poucos conhecendo aquelles que em breve devem aqui viver.

O trabalhador chinez trabalha o anno inteiro, desde as 6 horas da manhã até as 6 da tarde, ou de sol a sol. Para ele não há dias santos nem domingos, e só deixa de trabalhar 4 dias no anno, e estes são em principio de abril, que é quando começa o anno chinez.

³²⁶ *A Tribuna*, 10 (p1) e 11 de março de 1903. p1.

³²⁷ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Op. Cit, p12.

³²⁸ *Cruzeiro do Norte*, 2 de fevereiro de 1893. p3.

Nesses 4 dias o chinnez entrega-se ás festas, que em sua maior parte constão de dansas, e no resto do anno é uma perfeita machinna de trabalho. (grifo nosso)

É revelador do ideal de trabalhador propugnado por esta ideologia disciplinar perceber que, em meio ao imenso contingente de imigrantes europeus chegados ao país, fosse capturado o exemplo longínquo advindo da imigração chinesa, numericamente insignificante. Nada de referir aos italianos, por exemplo, que em São Paulo já começavam a ser identificados indistintamente como anarquistas e como questionadores das relações de trabalho existente. Aliás, o emergente movimento operário que acontecia no país, os conflitos cada vez maiores estabelecidos entre trabalho e o capital, as reivindicações da classe trabalhadora de modo geral, enfim, eram sistematicamente censurados na imprensa local. Inclusive, o que se depreende da leitura dos jornais diários, comprometidos com os interesses oligárquicos, é que os trabalhadores não possuíam associação política, mas apenas benemérita!

OS TIPÓGRAFOS E A IDENTIDADE COLETIVA DOS TRABALHADORES

Diante deste quadro arquitetado pela elite alagoana, de conformação da classe trabalhadora aos seus desígnios, o operariado irá reagir. Uma primeira vitória destes trabalhadores acontece quando os primeiros socialistas conseguem, em inícios dos anos 1890, furar o bloqueio da imprensa oligárquica e começam a divulgar notas relativas ao movimento operário na imprensa maceioense.³²⁹ Uma gota de tom discrepante tinge o véu azul que os porta-vozes da elite haviam tecido para encobrir os conflitos existentes no cotidiano das relações sociais.

Ancorado em Maurice Halbwachs, Myrian Santos apontou a importância da informação como mediadora do processo de construção de identidade.³³⁰ Entre fins do século XIX e inícios do XX, a imprensa se constituía enquanto principal – e, por vezes, única – fonte de informação acerca do que acontecia nos outros Estados do Brasil e em outros países. O entendimento do mundo realizado pela população ilustrada de Maceió se dava através de uma confusa mescla de informações obtidas nos jornais diários junto com um misto de indução e

³²⁹ É o caso do grupo já referido que se forma em torno de Misael Moreira. Cf. ALMEIDA (de) Luiz Sávio. “A República e o movimento operário em Alagoas” Op. cit.

³³⁰ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos” In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13, Nº 38. São Paulo, outubro de 1998.

dedução, além de uma boa dose de imaginação. Os tipógrafos, obviamente, na medida em que eram os responsáveis pela composição destes textos para serem impressos, possuíam não só um bom nível de informação como um entendimento mais “realista” do mundo. Para esta categoria, então, construir uma identidade coletiva e positiva para o trabalhador local passava primeiramente pela elaboração de um modelo geral (e no entanto bastante concreto) a ser seguido.

Assim, informações sobre o movimento operário internacional passam a ser cada vez mais freqüentes nas ligeiras notas que informavam sobre o que acontecia no Brasil e no mundo. Dentre outros, noticiavam-se acontecimentos como a greve de 8.000 estivadores em Santos e dos cocheiros na capital federal, os sucessos do movimento socialista argentino, greves na Itália, na Inglaterra, etc.³³¹ Eis um breve apanhado dos tipos de acontecimentos que, cada vez mais sistematicamente, passam a ser veiculados na imprensa e contribuem de modo decisivo para a construção de uma nova idéia acerca de qual deve ser a atitude e a postura do “verdadeiro” operariado. Quando eram veiculadas pela imprensa operária, a notícia de tais fatos vinha acompanhada de exortações elogiosas e vivas pelo exemplo a ser seguido. João Ezequiel, após relato sobre as reivindicações de diminuição da jornada de trabalho em Madrid, na Espanha, afirma que a conquista das oito horas é um fato!: assim, “os companheiros poderão mais facilmente meditando as grandes verdades marxistas levantar-se unanimemente bradando pela ‘revolução social’ ”.³³²

Constrói-se, deste modo, uma imagem idealizada do trabalhador em geral (normalmente denominado de “operariado”) como sendo bastante ativo, corajoso e consciente de seus direitos. Este operariado deveria ser seguido em seus exemplos de luta e reivindicações contra a burguesia.³³³ Este operariado consciente é identificado com o do Sudeste do Brasil, com o Argentino³³⁴ ou com os das nações mais industrializadas do hemisfério Norte (EUA, França, Inglaterra, Alemanha, etc).

³³¹ Seguindo a ordem, ver: *Gutenberg*, 26 de outubro de 1897. p2; *A Tribuna*, 23 (p1) e 24 de janeiro de 1900. p2; *Aurora Social*, p2; 30 de junho de 1902; e *A Tribuna*, 9 de outubro de 1902. p3.

³³² *O Trocista*, 20 de julho de 1902. p2. Marcos Vinicius Pansardi, analisando os socialistas de Santos (SP) em fins do século XIX, desenvolve, ao longo de seu texto, que uma das propostas destes militantes era a regeneração dos costumes para a redenção da sociedade brasileira. Especificamente no que toca ao operariado, esta regeneração se daria seguindo o exemplo de combatividade dos trabalhadores europeus, mas também através do coletivismo, da associação dos trabalhadores em seus diversos sentidos. Cf. PANSARDI, Marcos Vinicius. “O socialismo dos modernos e o socialismo dos antigos: a incorporação do vocabulário ideológico da II Internacional pelo movimento socialista brasileiro” In: *História Social*. Campinas: UNICAMP, N° 1, 1994. (pp. 65/94)

³³³ Cláudio Batalha em seu “identidade de classe operária no Brasil, etc...” Op. cit. p117, afirma que “o recurso à classe operária para fins comparativos é, antes de mais nada, o recurso a um paradigma idealizado.”

³³⁴ No início do século XX o movimento operário argentino possuía uma tradição de organização e lutas mais consolidada que a dos trabalhadores do Brasil, particularmente na região metropolitana de Buenos Aires. Cf.

Esta imagem extremamente combativa de trabalhadores de núcleos urbanos mais avançados consolida-se numa imagem fundadora que motiva à militância e à interiorização de capacidade, de possibilidade de ganhos concretos efetivados através da reivindicação, por mais díspare que sejam os termos do confronto com a classe empresarial e oligárquica. Por outro lado, termina por gerar um efeito de contraposição, negativo, e uma imagem oposta para os trabalhadores dos núcleos populacionais menos numerosos e das áreas menos industrializadas. Ou seja: a idealização da consciência e da combatividade de setores de trabalhadores de áreas mais desenvolvidas das economias capitalistas termina por ser co-responsável por uma certa apatia, por uma dose de descrença no potencial de conquistas a serem postuladas pelas organizações dos trabalhadores das áreas economicamente menos desenvolvidas.

A TIPOGRAFIA: UMA ARTE, UM OFÍCIO NOBRE.

A auto-valorização dos profissionais gráficos, especialmente dos compositores-tipográficos, é antiga e se associa tanto a valorização da imprensa como à defesa de sua liberdade de expressão.³³⁵ *O Orbe*, por exemplo, que era dirigido pelo pai do militante Julio Soares e possuía ligações com a Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mutuos, criticava a reforma eleitoral ocorrida em 1881. As críticas estavam centradas especialmente no fato de o novo código excluir a “classe” dos tipógrafos do “direito de interferir com seus suffragios na escolha dos mandatarios publicos”. Como justificativas, elenca os predicados da categoria, afirmando que ela “ilustra-se no seu officio, officio modesto, mas fidalgo como as letras e sciencias a que ele serve”, e que o tipógrafo é “devoto convicto do progresso” e um “dos mais ativos e efficazes instrumentos da civilização das nações”. Neste sentido, era justo que eles adquirissem o direito à cidadania política.³³⁶ Este discurso de nobilitação pelo trabalho, apesar de ainda ser típico de um contexto organizacional mutualista, indica uma

BEIRED, José Luis Bendicho. Movimento operario argentino – das origens ao peronismo (1890-1946). São Paulo : Brasiliense, 1984. (col. Tudo é História)

³³⁵ Para esta tradição na Inglaterra, ver THOMPSON, Edward P. A Formação da classe operária inglesa, vol III: a força dos trabalhadores. 2ed. Trad. de Denise Bottmann – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. especialmente a parte 4, “consciência de classe” (pp303-440)

³³⁶ *O Orbe*. 2 de abril de 1882.p2. Diversos outros exemplos podem ser citados como evidência desta consciência e necessidade de valorização por parte dos profissionais gráficos, ao longo dos anos 1880 e 1890. Ver, por exemplo, o jornal *Cidade de São Miguel*, São Miguel dos Campos, 29 de março de 1890. p1. (este jornal era totalmente editado em Maceió, provavelmente por Umbelino Angélico); e também *Zig-Zag*, 14 de janeiro de 1889, p1, onde os tipógrafos são denominados “obreiros do progresso”, etc.

identidade coletiva realizada pelo ofício que tende a ser desenvolvida em direção da identidade de classe. Em oposição à “ética do trabalho” propugnada pela elite, ressoava uma outra, com tonalidade distinta, coletiva, entre os artistas e operários. Em vez da negatividade imposta pela leitura elitista, o mundo do trabalho estava carregado de positividade: “afinal de contas o trabalho é um fator de forte legitimação social numa sociedade que nega qualquer legitimidade às classes subalternas”.³³⁷ O dístico encontrado na sede do Montepio dos Artistas Alagoanos³³⁸ é exemplar desta postura.

Da valorização de sua categoria e de seu ofício – uma verdadeira arte, e não um simples trabalho manual – os tipógrafos começam a se perceber como membros de uma classe social que não se restringe à sua categoria apenas, mas que abrange todos os trabalhadores, especializados ou não, instruídos ou não. Entendemos que esta mudança de atitude está associada às formas com que o capitalismo determina mudanças no processo de trabalho das oficinas tipográficas, com a introdução de novas tecnologias como o linotipo, a exploração cada vez maior do trabalho dos aprendizes (crianças e adolescentes) e a regulação do mercado de trabalho por parte dos sindicatos e associações.³³⁹ Em Maceió, com a exceção da exploração do trabalho de aprendizes, as outras duas mudanças só acontecerão a partir da segunda década do século XX. No entanto, a leitura e troca de informações constantes por parte dos tipógrafos do Estado com os profissionais de áreas tecnologicamente mais adiantadas, além das dificuldades encontradas no mercado tipográfico do Estado, “atualizam” os problemas e homogeneízam a visão de mundo destes profissionais.³⁴⁰

Em sua sanha, a exploração capitalista não escolhe categoria ou setor de trabalho, corrompe a tudo e a todos. A burguesia, representante máxima deste regime de produção, prospera e enriquece massacrando indiferentemente todos os trabalhadores. Deste modo, em oposição a esta classe, elabora-se o discurso de identificação dos trabalhadores enquanto uma outra classe.

João Ferro, então orador da Associação Tipográfica Alagoana, expressa claramente esta nova visão de mundo, onde os tipógrafos devem se imbuir da solidariedade junto a todos os

³³⁷ BATALHA, Cláudio. “Identidade de classe operária no Brasil,...” Op. cit. p119-120.

³³⁸ “Aqui o pobre ao rico não se humilha.//Aqui são iguais aos cidadãos.//Aqui só vale a gloria[sic] do trabalho.//Aqui todos nós somos irmãos!”, já referenciado na nota 4 deste capítulo.

³³⁹ Para os casos do Rio de Janeiro e de São Paulo, VITORINO, Artur José Renda. Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo:Anablume/FAPESP, 2000.

³⁴⁰ Veja-se o exemplo saído nO *Trocista*, de 24 de agosto de 1902. p2: escrito por alguém que se denomina Emílio, aborda a situação dos gráficos do Rio de Janeiro, onde diversas oficinas tipográficas exploram os trabalhadores e, após acumularem dias de lucro, fecham as portas sem pagar aos gráficos: “é uma desgraça!// A espanização [sic] burgueza perverteu tudo, degenerou completamente o maravilhoso invento do genio monguciano [refere-se a terra natal de Gutemberg]”.

outros proletários na medida em que é uma categoria que possui melhores condições de entender a necessidade de união e coletividade dos trabalhadores:³⁴¹

A imprensa, essa religião santa e sublime do século XIX, que é a transmissão rápida do pensamento, tem encontrado na phase dolorosa por que passam os povos, um desanimo que nos empolga maxime naquelles que são parte integrante de uma collectividade artística.

[...]

A solidariedade é o melhor concurso que se pode adoptar a unificação de uma classe e em taes emergencias é sobretudo imprescindivel que os apóstolos da arte gutemberguiana demonstrem o eloquente attestado de amor e civismo pelo nosso puro e risonho idéal. (grifo nosso)

Durante este período, parece ser uma característica dos compositores-tipógrafos criar uma imagem de sua categoria como representativa de todo o setor gráfico. Aliás, este artigo, que se chama “ao público e ao mundo typographico”, é revelador deste posicionamento.³⁴² Mesmo falando em alguns momentos em “classe typographica” e nos “que se filiam a arte de Gutenberg”, de maneira bem geral como indica aliás o próprio título do artigo, João Ferro afirma que a “benemérita aggremação [...] tinha a missão nobilitante de advogar os direitos inauferiveis do compositor typographico” (grifo nosso).

Esta espécie de representação da vanguarda e de farol de todo o setor gráfico que é construída pelo (e para) o compositor-tipográfico, não é fenômeno local, mas se dá em todo o país. No Recife, por exemplo, a União Tipográfica Pernambucana reconhecia as diferenças entre as categorias, e pretendia ser representante de todas elas pois não era apenas dos compositores, mas sim de “todos os artistas graphics de Pernambuco [...] os encadernadores, os pautadores, impressores lytographos e typographos, e, por fim, dos typographos e gravadores”. De qualquer forma, um pouco depois, a entidade reconhece que estas outras categorias não têm podido se associar.³⁴³ Não fica claro o motivo desta não receptividade da União Tipográfica à estas outras categorias, mas provavelmente isto se daria por motivos financeiros. Para o Rio de Janeiro, Artur José Vitorino aponta que a “Associação Tipográfica Fluminense [...] representava somente os compositores tipográficos”, apesar de sua denominação.³⁴⁴

³⁴¹ *Gutenberg*, 12 de abril de 1899. p2. Na medida em que esta carta é a carta que encerra formalmente as atividades da entidade, esta leitura expressa pontos sobre como os tipógrafos entendem o encaminhamento posterior da luta, junto aos demais trabalhadores.

³⁴² *Gutenberg*, 12 de abril de 1899. p2.

³⁴³ Os argumentos destes trecho foram pinçados de três artigos da *União*, Recife, 7 de fevereiro de 1895 p1-2; 11 de abril de 1895, e outro sem identificação de data – provavelmente dos inícios de 1898. Notar para o nosso grifo: os compositores são denominados “typographos”!

³⁴⁴ VITORINO, Artur José Renda. “Escravidismo, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro”. Op. Cit, p 71.

Esta hegemonia dos compositores não se apresenta apenas dentro do setor gráfico. Maria Nazareth Ferreira³⁴⁵ chega a afirmar que a “extraordinária movimentação” operária da virada do século foi marcada pela presença do gráfico, pois “justamente por ser esta categoria profissional a vanguarda da organização operária no mundo todo, no Brasil não seria diferente”. E continua:

Essa precocidade em consciência de classe, que caracteriza o trabalhador, tem sua razão de ser. O estudo sobre esta categoria profissional revela que, devido a certas características de sua profissão, os gráficos levavam grande vantagem sobre os demais trabalhadores. Pela natureza de sua ocupação, o gráfico precisava saber ler e escrever, numa época em que a maioria da população era analfabeta. Isto aconteceu em todo o mundo ocidental: o operário gráfico era privilegiado, pois, além de saber ler e escrever, era relativamente bem remunerado, sendo considerado como uma elite entre os trabalhadores³⁴⁶

A alfabetização e o letramento, como já vimos, enquanto condições necessárias para o exercício da prática tipográfica, colocavam este setor em situação de vantagem perante a maioria dos demais trabalhadores urbanos. Neste sentido, há uma valorização deste grupo de trabalhadores que já vem associada ao seu ofício.³⁴⁷ De qualquer modo, não só os compositores são vistos com outros olhos por conta de seu acesso a leitura e à educação formal mínima. Algumas outras categorias – como é o caso dos caixeiros e dos servidores públicos – como estratégia de valorização (e às vezes de distinção diante do trabalho manual, vilipendiado) tentam salientar suas relações de proximidades junto ao mundo letrado e da cultura da elite. Manejar tais códigos passa a ser encarado como possibilidade de ampliação dos espaços de negociação e como estratégia de ascensão social. Neste sentido, no que toca aos gráficos, tais vantagens possuíam um lado negativo, e algumas vezes eles “foram considerados elite operária, no sentido classista e não de liderança”.³⁴⁸

Os tipógrafos, nos primeiros anos do novo século que se anunciava, já estavam preparados para serem os porta-vozes de todos os trabalhadores. A opção que se vulgarizava com rapidez de se referirem a si e ao conjunto dos demais trabalhadores como “filhos do trabalho”.já possuía, então, um significado plenamente classista.³⁴⁹ Estes filhos do trabalho,

³⁴⁵ FERREIRA, Maria Nazareth. A imprensa operária no Brasil: 1880-1920. Petópolis: Vozes, 1978. p109.

³⁴⁶ IDEM, IBIDEM.

³⁴⁷ É sintomático que o decantado primeiro jornalista/gráfico de Alagoas seja um trabalhador estrangeiro, o francês Adolpho Emílio de Bois Garin, que era ajudado por dois outros artistas, Prosper Chenavaux e Charles Viard. Não poderia ser, num tempo de ainda forte escravidão, trabalhadores nacionais ocupando um ofício tão valorizado. Cf. Jornal de Alagoas, 24 de outubro de 1934.

³⁴⁸ FERREIRA, Maria Nazareth. IBIDEM. pp110/1.

³⁴⁹ BATALHA, Cláudio H. de Moraes. “Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. Op.cit.p48.

por fim, deveriam se integrar em comunhão para fortalecerem sua causa e deveriam entender a questão social e o futuro da humanidade a partir dos ideais do socialismo.

CAPÍTULO IV – O SOCIALISMO DOS TIPÓGRAFOS

A relação aparentemente natural e necessária estabelecida entre socialismo e movimento operário foi derivada principalmente dos encaminhamentos referentes à II Internacional dos trabalhadores, instalada em 1889. Compreender como se articula, na virada para o século XX, esta relação entre trabalhadores e socialismo em Maceió é a tarefa a qual empreendemos neste terceiro capítulo. Até certo ponto, é incrível como este socialismo eclético consegue consubstanciar a grande maioria das manifestações do movimento operário ocorridos no mundo neste período imperialista. Ao que parece, ajudaram para tal sucesso tanto a expansão da cultura eurocêntrica, especialmente a francesa, como a crença no progresso da humanidade. Ou seja, trabalhando em termos de cultura política, o movimento operário estabeleceu um diálogo com aspectos importantes da cultura letrada burguesa.

O SOCIALISMO DE FIM DE SÉCULO

O pensamento de Karl Marx está fadado - mais do que o de outros grandes pensadores - à vicissitudes de toda ordem no que toca a sua compreensão. Ainda hoje, o debate entre os marxistas não chega a um consenso apaziguador.³⁵⁰ Com relação ao período de nossa investigação, que se insere dentro do contexto maior da II Internacional, há um certo acordo em torno da importância de seu nome para o socialismo:³⁵¹

a teoria de Marx torna-se um fator essencial na polifonia ideológica. Aumenta o interesse pelos escritos de Marx e Engels e expande-se sua divulgação. Todas as tendências e todas as correntes de pensamento socialista se posicionam, daí por diante, em relação com as posições teóricas dos fundadores do “socialismo científico”. As várias escolas dentro do movimento socialista, exceto os anarquistas, reconhecem a importância da obra, curvam-se ante a autoridade incontestada de Marx e Engels. A linguagem socialista sofre uma longa transformação em direção ao vocabulário de Marx, enquanto se multiplicam as citações de seus escritos, mas esse processo de aceitação se insere numa ideologia socialista eclética dominante que integra Marx, Lassale, Bakunin e Proudhon, Duhring e Benoit Malon

³⁵⁰ Vejam-se, por exemplo, os debates entre os marxistas analíticos, os fundamentados na ontologia do ser social e os gramscianos.

³⁵¹ HAUPT, Georges. “Marx e o marxismo” In: HOBBSAWM, Eric (org.). História do marxismo, vol 1 – O marxismo no tempo de Marx. 2ed. Trad. de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (pp. 347-375) p361.

Este respeito e admiração por Marx, que terminaram por levá-lo à notoriedade entre os trabalhadores militantes, foi fruto também de uma certa mitificação. O tipógrafo João Ferro de Oliveira afirmara que

Karl Marx não era um desses indivíduos sem carácter, sem brio, sem intelectualidade; era um notável escriptor, despunha de vastos conhecimentos [...] dos seus extraordinários esforços, da herculea actividade que tomou no movimento operário europeu, resultou a *Liga Internacional* cujas glórias cingiram a frente do immortal mestre, que, apesar das estupenda lucta que teve de sustentar com os governos europeus, reorganizou o *Partido Socialista Alemão*, que ora marcha na vanguarda do progresso.

Apesar de sua accidentada vida, Marx publicou o *Kapital* [sic], o evangelho do Socialismo, A miséria da filosofia, o manifesto do partido comunista, a guerra civil em França, a crítica da economia política e muitas outras obras que seria difficilimo ennumerar.(grifo nosso)³⁵²

Afora o conhecimento correto de aspectos de sua vida e dos títulos de algumas de suas principais obras, as passagens grifadas denotam uma leitura idealizada e idealizadora do autor das teses sobre Feuerbach. Georges Haupt chega a afirmar que, mesmo na Europa, o nome de Marx, por sua supremacia intelectual, é mais conhecido que suas teses e idéias. Estas, “penetram com muita lentidão na realidade do movimento operário; e se *O Capital* chega a ser conhecido é graças aos vários opúsculos de síntese e divulgação, nem sempre obras de partidários de Marx”.³⁵³

Os primeiros sistematizadores do marxismo enquanto um sistema de pensamento coeso ou uma doutrina atuarão no mundo cultural germânico, predominantemente, restando ao mundo de tradição cultural latina um amálgama de confluências bastante eclética e confusa que termina sendo a principal referência para leitura e entendimento do que seja o “socialismo científico” nos países desta tradição.³⁵⁴ O Brasil aí incluído. Aliado a este aspecto, soma-se a forte influência cultural francesa na intelectualidade bacharelesca nacional. Lincoln Secco e Marisa Deacto afirmam que até o início da primeira Grande Guerra, a língua francesa será hegemônica naquilo que chamam de “meios da esquerda brasileira” da época.³⁵⁵ Numa lista de “livros uteis” para o “estudo do socialismo” que circula em Maceió, o *Aurora Social*

³⁵² *O Trocista*, 9 de novembro de 1902. p1.

³⁵³ HAUPT, Georges. IBIDEM. p359. Franco Andreucci fala sobre este processo de divulgação em termo de “expansão e empobrecimento, difusão e esquematização, ampliação e sistematização.” Cf. “A difusão e a vulgarização do Marxismo” In: HOBBSAWM, Eric (org.). História do marxismo, vol 2 – O marxismo na época da segunda internacional. 2ed. Trad. de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (pp. 15/73) p71.

³⁵⁴ HAUPT, Georges. IBIDEM. pp362-368.

³⁵⁵ SECCO, Lincoln e DEACTO, Marisa. “A difusão dos livros marxistas na América Latina e no Brasil” In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). América Latina: encruzilhadas da história contemporânea. São Paulo: Xamã, 2003. (pp.69-80) p74-5

recomenda a leitura de diversos textos. À exceção dos textos do socialista português, Magalhães Lima, todos os outros estão escritos em francês.³⁵⁶ Honorino Minas, um intelectual que contribui na discussão sobre o socialismo no Estado, publica dois artigos intitulados “alguma coisa também sobre o socialismo”, explicando-o através de citações de Imanuel Kant vertidas em francês!³⁵⁷ Este imperialismo cultural francês vem acompanhado de um beletismo empolado, de uma retórica quase barroca na argumentação e na demonstração de sentido. Por vezes, torna-se difícil acompanhar ou entender a função de determinadas digressões contidas nos textos destes autores.

Ancorado em Mikhail Bakhtin, poderíamos argumentar que o discurso socialista – na forma como é efetivado no Brasil - pode ser entendido como um “discurso de outrem”, na medida em que se configura como um outro discurso que passa a ser encampado pelos trabalhadores/propagandistas.³⁵⁸ Apesar de conservar sua “integridade lingüística” e sua “autonomia estrutural primitiva”, a imprensa operária de Maceió enuncia o discurso socialista associando-o “à sua própria unidade sintática, estilística e composicional [...] sem o que ele não poderia ser completamente apreendido”.³⁵⁹ Ou seja, a partir do momento em que um outro discurso passa a ser veiculado em um contexto narrativo/lingüístico diferente do seu de origem, ele, por um lado, resguarda aspectos fundamentais de sua própria estrutura, e por outro, passa a ser completado/traduzido a partir de regras e instrumentos desta outra tradição/formação discursiva. Pensando sob esta perspectiva lingüística, podemos compreender as longas frases elogiosas, os adjetivos e superlativos, as hipérboles características desta apropriação do discurso socialista, que termina por ser resultado da interação deste discurso com a retórica beletrista dos bacharéis locais.³⁶⁰

Cabe reparar também que a principal forma de transmissão dos textos e idéias concernentes ao socialismo da II Internacional se dá através da imprensa operária: artigos ou série de artigos de doutrinação, transcrições de trechos de autores considerados clássicos, divulgação de manifestos e programas de partidos, associações, etc. Deve-se levar em conta,

³⁵⁶ *Aurora Social*, 31 de janeiro de 1903. p4. A lista é a seguinte: “Karl Marx – Le capital, Le manifeste communiste; Benoit Malon – Le socialisme intégral, Précis du socialisme; Gabriel Deville – Principes du socialisme scientifique; Fred. [sic] Engels – Socialisme utopique et socialisme scientifique; Ang. [sic] Bebel – La femme; J. Jaurés – Histoire du socialisme; Enrico Ferri – Il socialismo e la scienza positiva; Dr. Magalhães Lima – O socialismo na Europa, O livro da paz, o 1º de Maio; Emile Laveleye – Les socialisme contemporain.”

³⁵⁷ *O Trocista*, 14, p2; e 21 de dezembro de 1902. p1. A exemplo do que acontece no Sul e Sudeste do Brasil (se bem que em casos raríssimos), acontecerão em Maceió algumas manifestações socialistas escritas em outras línguas latinas, como o italiano e o espanhol.

³⁵⁸ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9ed. trad. de Michel Lahud e Yara Franteschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1999. Ver especialmente o cap. 9: “O discurso de outrem” – pp 144-154.

³⁵⁹ IDEM, p144-5.

³⁶⁰ É bom notar exceções, entretanto. Para a documentação que utilizamos, a mais notável de todas é a já referida forma de escrita do maquinista Manuel Lucena, que se utiliza de diálogos entre dois trabalhadores para divulgar noções e idéias sobre o socialismo, simplificando e concretizando em exemplos seus princípios.

ainda, o modo de escrita e das leituras originadas dos textos que referenciaríamos os artigos a serem escritos. Trabalhando com o ideário dos anarquistas de Porto Alegre (RS), Evangelia Aravanis mostra exemplos das leituras seletivas que estes militantes faziam dos periódicos e publicações permutadas.³⁶¹ As idéias seriam, então, “pinçadas” de acordo com o ideário de quem lia. Desta forma, textos relativos a ideologias tão distintas como o positivismo e o anarquismo poderiam gerar argumentos e pontos em comuns através das interpretações dos operários. Aravanis destaca, neste caso, o suposto cientificismo e o caráter anti-belicista e não-patriótico das leituras destas duas ideologias que transpareciam em outros escritos. Cláudio Batalha indica, ainda, existir um certo “fetichismo da citação” entre os militantes socialistas.³⁶² O termo sugere tanto uma citação pela citação, designando mais idéias pouco práticas e teóricas que não teriam utilidade visível na exposição, como uma citação de terceira mão, uma leitura da leitura que se fez de determinado autor ou texto.

De ante-mão, com tais questões, percebemos a dificuldade de realização de qualquer análise sistematizada acerca de tais escritos. Em parte, também percebemos as possíveis dificuldades de elaboração de textos originais, ainda mais em sendo escritos nas poucas horas vagas após o trabalho, por alguém que se formara muitas vezes de maneira autodidata ou em aulas noturnas, sem poder continuar os estudos formais por conta das dificuldades que a vida lhe infligia. Como exigir um tratamento sofisticado dos princípios do socialismo em tais escritos? Como avaliar o que é o socialismo e o que é ser socialista neste período? Diante de questões como estas, que estão no centro do perquirir do historiador, tentamos simplesmente descortinar aspectos importantes do contexto histórico e das condições de efetivação de tal prática social, bem como das circunstâncias – por vezes subjetivas e ocasionais - que levaram nossos “propagandistas” a expressarem suas idéias na forma como nos apareceram. Segundo Cláudio Batalha, “os socialistas brasileiros que atuaram na última década do século XIX e nos primeiros anos deste século podem não ser marxistas [e socialistas] pelos critérios de hoje, mas seriam classificados como tais pelos critérios de seu tempo”.³⁶³

INFLUÊNCIAS E CONTATOS

³⁶¹ ARAVANIS, Evangelia. “Leituras, edições e circulações de impressos na Porto Alegre de 1906 a 1911: uma análise a partir do periódico *A Luta*” In: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Vol 6, nº 6, 2002. pp. 263-284

³⁶² BATALHA, Cláudio Henrique de M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX” In: História do marxismo no Brasil – Vol II: Os influxos Teóricos. Campinas, SP: ED.UNICAMP, 1995.(pp. 11/44) p22.

³⁶³ BATALHA, Cláudio. IBIDEM, p11.

As relações com o grupo de socialistas do Recife, liderado por João Ezequiel, foram também o principal ponto de apoio inicial para que os operários alagoanos entrassem em contato direto com entidades, jornais e principais expressões socialistas do período. Assim, dentre os autores socialistas estrangeiros mais citados estão Karl Marx, Benoit Malon, Enrico Ferri, José Ingenieros, Friedrich Engels, Ferdinand Lassale, Paul Lafargue, Edmund de Amicis, Kropotkine e outros. Por sua vez, dentre os diversos contatos, contribuições e permutas no Brasil, estão os estabelecidos tanto com o Recife como com os grupos que giravam em torno de três grandes personalidades do movimento operário brasileiro: Antonio Guedes Coutinho, Mariano Garcia e Estevam Estrella.

Apesar de ser nominalmente o mais citado, Marx será rivalizado em importância com o francês Benoit Malon. Malon era adepto do coletivismo reformista ou do socialismo integral, e penetrou no Brasil através da Itália (via Enrico Ferri), Portugal (via Magalhães Lima) e Argentina (via José Ingenieros).³⁶⁴ No Brasil, os principais divulgadores de seus escritos e idéias são Estevam Estrella, Vicente de Souza, Evaristo de Moraes, Silvério Fontes, Raimundo Soter Araújo, Carlos Escobar e Mariano Garcia. Segundo Marcus Vinicius Pansardi, Malon terá “uma importância para nossos socialistas, desproporcional à sua real importância histórica”.³⁶⁵ Talvez a maior disseminação das idéias de Malon que as de Marx, deva-se ao caráter explicitamente reformista do primeiro. Em seu *Le socialisme integral*, de 1891 e relativamente bem conhecido no país, Malon afirma: “Sejamos revolucionários quando as circunstâncias o exigem e reformistas sempre”.³⁶⁶ Esta frase expressa uma síntese preciosa da doutrina de Malon, e caía bem ao gosto e às circunstâncias do embate político possível à época. Já que não era factível um levante revolucionário nas condições concretas que o Brasil apresentava então, devia-se pensar na possibilidade de se alcançar o poder político através da conquistas de direitos e de uma gradual encampação das esferas do Estado.³⁶⁷

Numa carta encaminhada ao militante português Magalhães Lima, e Publicada no *Socialista*, de São Paulo, em 1º de maio de 1897, Malon esclarece melhor a sua posição:³⁶⁸

para os marxistas ortodoxos, a história, não sendo senão uma perpétua manifestação da guerra de classes, e sendo a revolução social

³⁶⁴ As principais informações sobre Benoit Malon foram extraídas de BATALHA, Cláudio. IBIDEM, e PASARDI, Marcos Vinicius. “O socialismo dos modernos e o socialismo dos antigos: a incorporação do vocabulário ideológico da II Internacional pelo movimento socialista brasileiro” In: História Social – Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da Unicamp. Campinas: Ed. Unicamp, N° 1, 1994. (pp. 65-94)

³⁶⁵ PANSARDI, Marcos Vinicius. Op. cit p83.

³⁶⁶ Apud BATALHA, Cláudio. IBIDEM. p23.

³⁶⁷ Aliás, esta leitura estava de acordo com a que a primeira enciclopédia socialista, no contexto da II Internacional, fazia do “socialismo marxista”. Cf. Haupt, Georges. “Marx e o marxismo” Op. cit. p372.

³⁶⁸ Apud PANSARDI, Marcos Vinicius. Op. cit. p83/4.

exclusivamente determinada pelos fenômenos econômicos, o socialismo contemporâneo encerra-se todo nas reivindicações do proletariado moderno. Em compensação, outros, e o número deles vai crescendo sempre, pensam que se a luta de classes domina a história, não a enche completamente, recusando-se por isso a encerrar toda a vida social na conduta do progresso econômico. Segundo esses socialistas integralistas, no grau de civilização a que chegamos, os fenômenos morais atuam um sobre os outros [sic] e cruzam-se, para entravar ou favorecer o desenvolvimento progressivo das nações civilizadas, Convém, pois, para apressar o triunfo da civilização socialista, não limitar a questão apenas aos interesses do proletariado, mas também fazer apelo a todas as forças sentimentais, estéticas e morais da alma humana. Os socialistas, que admitem também a correlação entre a evolução econômica e a evolução moral, tem por princípio tomar parte em todas as obras e em todos os grandes combates, cujo fim é o melhoramento moral e social das condições humanas. (grifos nossos)

Além de gradual, a implantação do socialismo, como é aqui entendida, necessita da colaboração de todas as “forças sentimentais, estéticas e morais da alma humana”, não sendo atributo exclusivo dos proletários, mas de todos os homens. Para estes socialistas, as idéias de Marx se configuravam como uma “visão parcial da sociedade”, na medida em que ele se preocupava unicamente com a questão econômica, desprezando questões como a ética e a justiça.³⁶⁹ Assim, fica mais compreensível entender a atitude policlassista que domina momentos e grupos socialistas do período estudado, bem como a recusa do predomínio das forças econômicas e a minimização do conceito de luta de classes. Estas características perpassam a discussão sobre o socialismo em Maceió, com a colaboração de intelectuais como o já referido Honorino Minas.

Entre os principais contatos dos tipógrafos alagoanos com grupos socialistas do Brasil estão os estabelecidos com Mariano Garcia e com Estevam Estrella. Militando no então Distrito Federal, Mariano Garcia editou o *Jornal dos Operários* (1891) e a *Tribuna do Povo* (1909), além da *Gazeta Operária* (1902), que fazia permuta com *O Trocista*. João Ferro chegou a colaborar neste jornal, divulgando suas idéias, além de notícias do movimento operário alagoano no Sudeste.³⁷⁰ Já Estevam Estrella, baiano que se estabeleceu entre Rio de Janeiro e São Paulo, possuía uma ligação mais estreita tanto com os alagoanos como com os pernambucanos, talvez por sua origem “nortista”. Segundo Evaristo de Moraes Filho, Estrella não concordava com determinados pontos relativos a questão da luta de classes. Por suas próprias mãos, os proletários não conseguiriam libertar-se, necessitando do “auxílio das classes superiores”, pois sem a ajuda “de alguns de seus representantes que simpatizassem

³⁶⁹ PANSARDI, Marcos Vinicius. Op. Cit. p79.

³⁷⁰ *O Trocista*, 1 de novembro de 1902. p2.

com a causa operária, os trabalhadores não obteriam a vitória na luta social”.³⁷¹ Estavam Estrella colaborava com assiduidade no *Aurora Social*, com artigos que terminavam reverberando em Maceió.³⁷² Para Leandro Konder, o núcleo do socialismo que circulava em torno destes dois militantes era de uma “perspectiva claramente calcada na estratégia da social-democracia européia”, reformista portanto.³⁷³ Numa série de artigos (sete ao todo) intitulada “A República Social” e saída entre o segundo semestre de 1901 e o primeiro de 1902, Estrella interpreta o desvirtuamento do regime republicano, citando Silva Jardim e afirmando que só o socialismo poderia recuperar os sentidos social e popular da República, que estavam esquecidos pela república *política*.

Entendemos que, em Alagoas, um dos principais pontos de discussão que normalmente desembocava na questão social era a que girava em torno da política e das orientações republicanas. Para o caso de Maceió (e de toda Alagoas) cabe ser estabelecida uma distinção em relação ao restante do país relativa a postura dos socialistas diante deste tema. Se no restante do Brasil, as esperanças dos socialistas morrem logo nos primeiros anos do novo regime, na capital alagoana a discussão será mediada por um mito político criado em torno dos dois primeiros presidentes da República, os oficiais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Com forte penetração no senso comum, é criado um culto duradouro em torno destas duas figuras, que assume características de uma ideologia militarista. Neste sentido, sobreleva-se a importância destes dois marechais – principalmente do segundo – no processo de construção do regime republicano no país. Tal entendimento, aliado a um forte apelo ao “patriotismo”³⁷⁴ dos alagoanos, obsta inclusive uma melhor leitura da questão social por parte dos militantes operários. Por conseguinte, as críticas dos socialistas alagoanos, à orientação política dada à República reveste-se de argumentos e tonalidades bastante semelhantes à dos grupos oligárquicos locais, que se vêm preteridos pelos novos encaminhamentos dados pelos presidentes civis. Um editorial do *Trocista* expressa claramente esta leitura:³⁷⁵

³⁷¹ MORAES Fº, Evaristo de. “A proto-história do marxismo no Brasil” In: REIS Fº, Daniel Aarão ET ALLI. História do marxismo no Brasil – Vol I: o impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. (pp. 15/45). p32.

³⁷² Representativo da inserção de seus textos em Maceió é o fato de que Fernandes Tavares, um socialista alagoano oriundo das camadas médias, dedica-lhe um soneto. Cf. *Aurora Social*, 16 de fevereiro de 1903. p3.

³⁷³ KONDER, Leandro. A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p88.

³⁷⁴ Patriotismo, aqui, significa apego à terra natal, ao interesses locais alagoanos, como era entendido à época.

³⁷⁵ *O Trocista*, 17 de novembro de 1901. p1. diversos outros exemplos podem ser elencados acerca deste ponto. Um coletivo, denominado “República Floriano Peixoto”, por exemplo, contava com a presença do socialista Fernandes Tavares. *O Trocista* trará artigos e editoriais que refletem este posicionamento em relação à República, por parte de propagandistas. Ver as edições de 7 de setembro (p1) e 15 de novembro de 1902. p1. Até onde conseguimos dados, João Ferro é o único que não cede à este apelo. Cf. *O Trocista*, 26 de outubro de 1902. p2.

não é ela [a República] a causa eficiente dos desmandos que proliferam no seio de nossa nacionalidade.

São responsáveis os homens que nos dirigem.

Não se accuse o regimen. Accusem-se os que nos regem.

A instituição atual é a que se casa mais intimamente com o espírito de liberdade dos americanos.

É a victoria da democracia

O imaginário da “terra dos marechais”, fincando raízes profundas na cultura alagoana, influi decisivamente para o encaminhamento das críticas ao projeto republicano e, por tabela, a determinados aspectos da questão social. Reforçamos: apesar de algumas semelhanças com críticas ao novo regime formuladas por socialistas de outros Estados do país, acreditamos que Alagoas possua uma especificidade no que toca esta questão por conta da singular coincidência de serem os dois primeiros presidentes do país, alagoanos. Mesmo que sejam alagoanos absenteístas.³⁷⁶

Guedes Coutinho será outra referência importante para os socialistas de Maceió. De tecelão a jornalista, Antonio Guedes Coutinho (1868-1945) será um dos principais propagandistas do socialismo em terras gaúchas. Diretor de jornais como o *Echo Operário* e autor de “O Catecismo Socialista” (1898), sua principal obra, Coutinho era defensor da criação de um partido político para os trabalhadores “como forma mais adequada de defender os operários da política burguesa”.³⁷⁷ Sua atitude diante da massa dos proletários era a de que os líderes operários deveriam conduzi-los para o bom caminho “com uma certa autoridade, própria de quem tem gasto muitas horas de sono encostado à modesta escrivaninha pedindo aos livros os conhecimentos necessários para bem explicar o que devemos fazer em nosso benefício como classe explorada”.³⁷⁸ No artigo publicado no *Trocista*,³⁷⁹ Guedes Coutinho reforça esta sua postura diante das massas. Exortando os que aspiram “á reforma social” porque estudam o socialismo e entendem os problemas da sociedade, pede “para darmos organização ao proletariado a ver se o levamos aonde os mestres, [sic] nos ensinam – a emancipação política primeiro, e a econômica depois”. Adiante ele conclui “Que os espíritos de Karl Marx, Benoit Malon, Frederico Engels, Lassale e outros mestres nos guiem na nobre missão de libertar as classes operarias da escravidão econômica” (grifo nosso).

³⁷⁶ Para a posição dos socialistas de outras regiões do Brasil no que toca esta questão, ver PANSARDI, Marcos Vinicius. Op. cit. passim.

³⁷⁷ SCHIMIDT, Benito Bisso. “ ‘Na sociedade futura’: uma visão utópica da cidade/sociedade socialista (Rio Grande, 1897-1898)” In: História Social. Campinas, UNICAMP, Nº 6, 1999. (pp.115/134)

³⁷⁸ Apud. SCHIMIDT, Benito Bisso. IBIDEM. p132. O trecho faz parte de um artigo publicado no *Echo Operario* de 15 de junho de 1899. p1.

³⁷⁹ 17 de março de 1901. p2.

SOCIALISMO: CIENTIFICISMO, EVOLUCIONISMO, POSITIVISMO

Esta postura de condutor das massas que Guedes Coutinho confere aos líderes socialistas possui traços de positivismo explícito: é através do conhecimento que se ganha autoridade para indicar o que deve ser feito.³⁸⁰ Antes de caracterizarmos o socialismo como era expresso pelos tipógrafos alagoanos, indicaremos a coexistência tensionada entre esta e outras ideologias de cunho cientificista durante o período abrangido por nosso estudo. Conforme aponta Marcus Vinicius Pansardi, o socialismo da II Internacional coexistia junto com as idéias de Charles Darwin, Augusto Comte e Herbert Spencer, adquirindo ou reformulando aspectos destes sistemas de pensamento.³⁸¹ O socialismo, deste modo, era

Darwinista, por acreditar na evolução natural da sociedade no caminho da justiça e do bem-estar; positivistas, por acreditar, como Comte, na superação da religião e do militarismo pela ciência e a industrialização; organicistas, como Spencer, por acreditar no altruísmo-coletivismo ao invés do individualismo e da competição – ou seja, na sua visão da sociedade como um organismo onde a colaboração entre as partes forma o todo.

De qualquer modo, é bom frisar, a leitura socialista realizada a partir destes três autores destaca os aspectos mais “revolucionários” de suas doutrinas.³⁸² Esta “heterogeneidade ideológica”³⁸³ fundia-se em um socialismo eclético, reformista e progressista. A sociedade evoluía para o socialismo pois o progresso era inevitável. Cabia aos agentes sociais colaborarem neste sentido através da integração harmoniosa das partes. Surgia uma concepção bastante moralizada do socialismo. As classes que emperrassem o processo histórico deveriam ser combatidas. A imagem que os trabalhadores constroem sobre a burguesia neste período é representativa desta leitura de mundo. Segundo tal imagem, grosso modo, a burguesia corresponderia a um ser “enfatuado”, vampiresco, ambicioso; ela seria uma “horda” de bárbaros, indicando o atraso, o entravamento da evolução social, e a não chegada da civilização. O capitalismo é um sistema injusto, arcaico, anárquico em seu sentido pejorativo: ele emperra o progresso, anda para trás.³⁸⁴ Nos centros mais civilizados, inclusive,

³⁸⁰ Benito Bisso Schimidt explora esta questão no militante gaúcho no artigo “O Deus do progresso – a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Humanitas Publicações, Vol. 21, Nº 41, 2001. (pp. 113-26)

³⁸¹ PANSARDI, Marcos Vinicius. Op. cit. p70.

³⁸² IDEM, IBIDEM.

³⁸³ a expressão é utilizada por SCHIMIDT, Benito Bisso. “ ‘Na sociedade futura’...” Op. cit.

³⁸⁴ Vários artigos e notas veiculados na imprensa operária de Maceió indicam esta representação do capitalismo e da burguesia.

o socialismo já seria uma doutrina assimilada pelo conjunto geral da população. Daí existir um maior número de militantes e simpatizantes na Europa e no Norte da América.

Neste ambiente de discussão, o reformismo se consolida no socialismo brasileiro. É bom entender, assim, que tal reformismo não tem haver apenas com os influxos da II Internacional, mas também com a “carga negativa que a idéia revolucionária adquiria neste momento” pois revolução tanto era associada à prática anarquista de atentados e terrorismos, como ao reacionarismo dos monarquistas, que tentavam a restauração!³⁸⁵

Passemos então à discussão acerca de como o socialismo era entendido entre os tipógrafos de Maceió. A escolha de concentrarmos nossa análise na categoria dos compositores tipográficos, decorrente da necessidade de uma melhor delimitação e, conseqüentemente, de um maior aprofundamento da pesquisa, não trás apenas ganhos para nosso estudo. Ela terminou por deixar de fora material extremamente rico elaborado por outros articulistas e propagandistas do ideal socialista. Dentre os quais cabe ressaltar os escritos (que puderam ser identificados) de Fernandes Tavares, Manuel Lucena, Honorino Minas, Manuel Lumbanho, além de outros que não puderam ter a autoria identificada.

Decorrente desta opção, recorreremos também aos artigos do tipógrafo recifense João Ezequiel, que num primeiro momento não deveria estar incluído aqui por não ser de Maceió. No entanto, é inegável a sua popularidade e influência entre os trabalhadores organizados na capital alagoana. É certa, também, sua influência tanto na orientação das principais entidades de trabalhadores como nas referências e interpretações do socialismo empreendidas no Estado. Por fim, diversos artigos de sua lavra são escritos tendo em vistas diretamente a situação e os trabalhadores de Maceió e de Alagoas.

Os textos escolhidos foram, deste modo, de João Ezequiel, Joaquim Moreno e João Ferro. De cada um destes socialistas, privilegiamos artigos escritos em série, que revelassem um maior aprofundamento da discussão sobre o socialismo num texto que, pensado no todo, tivesse maior fôlego – mesmo entendendo que eles tenham saídos em edições diferentes de jornais, o que indica que a sua leitura (e por vezes a sua elaboração) acontecia em intervalos semanais. Semanais porque, nesta escolha, terminamos nos atendo ao periódico *O Trocista*.³⁸⁶

³⁸⁵ Cf. PANSARDI, Marcos Vinicius. Op. cit. p73. Com relação a documentação consultada, é particularmente sugestiva a ambigüidade de tratamento que o movimento operário destina ao episódio de Canudos e outros movimentos de resistência popular que levam à violência.

³⁸⁶ Em verdade é preciso discutir se houve mesmo uma “escolha” neste caso pois, até onde vai nosso conhecimento, não existe – para o período entre 1895/1905 – uma coleção de um jornal operário alagoano que mereça este nome (de coleção) senão a *dO Trocista*, encadernada, que fica na Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Afora isto, encontramos exemplares avulsos da imprensa operária alagoana no Arquivo Público do Estado de Pernambuco. É bom indicar, entretanto, que não obtivemos acesso aos jornais avulsos tanto do referido Instituto como do Arquivo Público do Estado de Alagoas. Uma consulta ao catálogo do Arquivo Edgar Leuenroth, da Unicamp (Campinas), revelou não existir exemplar algum relativo a Maceió no

A despeito de se inserirem no quadro mais amplo de assimilação, divulgação e re-elaboração das orientações socialistas da II Internacional, o material privilegiado possui duas características em comum. Ambos são relativos a uma mesma conjuntura da propaganda socialista local, o segundo semestre de 1902. Este momento é particularmente rico no que se refere ao ataque dos conservadores ao socialismo, bem como na reorganização das estratégias dos operários que tentam se organizar em torno de um partido com características mais consistentes. Uma outra característica ressaltada na escolha é que são textos de combate e de reação. Joaquim Moreno, escreve tendo em vistas a necessidade de aumentar o número de associados do Centro Proletário Alagoano para fortalecer a idéia de um Partido Socialista no Estado. João Ezequiel reage ao Primeiro Congresso Católico de Pernambuco, de proposta particularmente conservadora e de forte penetração no conjunto do proletariado, que se articula com representantes de diversos Estados do Nordeste, inclusive Alagoas. João Ferro, por sua vez, rebate aos ataques ao socialismo do professor Luiz Lavenère, porta-voz da oligarquia alagoana.

JOAQUIM MORENO E A UNIDADE DOS TRABALHADORES

No momento em que escreve, Joaquim Moreno já é o proprietário das oficinas onde *O Trocista* é confeccionado. Sob sua liderança, este periódico aprofundará seu posicionamento socialista e se consolidará como um dos principais órgãos de divulgação do socialismo no Estado na Primeira República. Neste período, como já vimos, está acontecendo o Congresso Socialista de São Paulo e começa-se a ser articulada a criação das federações socialistas que comporiam o Partido Socialista Brasileiro. O Centro Proletário Alagoano já existia desde o início do ano, mas não possuía ainda penetração suficiente entre os trabalhadores urbanos de Maceió. Necessitava-se, então, desta campanha esclarecedora do sentido de união e organização que deveria presidir a classe.

A série de artigos escrita por Joaquim Moreno nomeia-se “Congregae-vos” e saem entre julho e agosto.³⁸⁷ Citando Charles Lemonies, John Briglot e o escritor Leon Tolstoi, dentre outros, o título da série já diz bem de seu intuito. Moreno argumenta que a burguesia

período estudado. Já uma consulta a Biblioteca Nacional, através de seu sítio na rede mundial (www.bn.br) revelou a existência de apenas alguns exemplares avulsos d*O Trocista*.

³⁸⁷ Os artigos saem, respectivamente, nos dias 6, 20 e 27 de julho e 10 de agosto de 1902, à exceção do segundo da série que sai na 2ª página, todos os demais circulam na primeira página.

comete “torpezas [...] com fins machiavelicos” porque a classe que “faz a felicidade da nação e a riqueza do mundo inteiro” está desprotegida e desunida.³⁸⁸ Diante de tal constatação, os trabalhadores devem adquirir um sentido de pertencimento a uma classe:³⁸⁹

Houvesse espírito de solidariedade, reconhecimento de irmãos para irmãos do trabalho, diffundidos n’uma só alma, num só pensamento, grande, enorme e potente, como é a classe proletaria, o triumpho seria certo, a maldição eterna e tremenda cahiria sobre essa burguezia infame e a felicidade universal seria então uma verdade (grifo nosso)

No artigo seguinte, o autor começa com uma meditação sobre a força das águas do mar batendo nos rochedos, e pergunta-se, já emendando uma resposta: “donde vinha esta força prodigiosa? – de milhões de gottas de água, unidas e solidárias”.³⁹⁰ A imagem é poderosa, e dela deduzimos que Moreno quis fazer pensar que as gotas não são seres pensantes, elas se unem porque é de sua natureza: não possuem nenhuma intenção de bondade ou maldade em tal gesto. Se destroem o rochedo, isto é algo natural. Esta forma de desdobrar tal metáfora esta de acordo com a exposição que segue. Utilizando-se de John Briglot, “uma das maiores glorias do socialismo”, Joaquim Moreno associa tal união ao movimento pacífico e à não-resistência:³⁹¹

Congregae-vos, que uma onda de almas generosas de operarios a especie de montões, de vagas, vem bater a praia, despertando àquelles para quem a vida da sciencia e do trabalho é um sonho. é uma chimera.
Congregae-vos e vereis que a não resistência é um mal! (grifo nosso)

Aparentemente confusa, esta relação entre pacifismo e socialismo era estrategicamente necessária para despertar o interesse e a atenção do trabalhador comum. Falar em revolução e violência seria ir de encontro à mentalidade e às características tradicionalistas das camadas populares, na medida em que eram termos novos para estes grupos. Neste sentido, associar a união e a luta à idéia de reivindicação pacífica, como algo forte porém natural, era mais do que argumentar com razão, um modo de conseguir adesão junto aos leitores potenciais dos artigos. No quarto artigo da série, Moreno retoma este ponto, utilizando-se do escritor russo Tolstoi³⁹²:

³⁸⁸ *O Trocista*, 6 de julho de 1902. p1.

³⁸⁹ IBIDEM.

³⁹⁰ *O Trocista*, 20 de julho de 1902. p2.

³⁹¹ IBIDEM.

³⁹² *O Trocista*, 10 de agosto de 1902. p1.

Diz Tolstoi, aconselhando ao proletariado “que a não resistencia é um mal Essa mudez ás coisas detestaveis e vergonhosas, deprimentes do caracter e da dignidade do individuo, é um mal que aniquila e que devasta as classes trabalhadoras que podem muito facilmente reprimil-o, extinguil-o, sem escandalos, sem violencias (grifo nosso)

Sem escândalos nem violência, à maneira de milhões de gotinhas reunidas, os trabalhadores deveriam resistir para enfrentar ao duro rochedo, ou seja, à torpe burguesia. A associação destas individualidades não se daria sem sentido, sem intenção ou objetivos. O terceiro artigo da série, revelando um certo paternalismo para com os proletários, indica que eles deveriam seguir a autoridade de seus principais líderes.³⁹³

Com a leitura de jornaes e de obras que estejam ao vosso alcance é que ireis colhendo esclarecimentos necessarios , com os quais podeis avaliar e julgar as questões tendentes ao papel que representaes na sociedade hodierna Empregando sacrificios em bem da classe que cada um de vós representa no mundo operario, nunca divergindo de nossos companheiros, nem procurando deturpar o caracter daquelles que como vós trabalham para o mesmo fim, é que cumpre-vos restrictamente fazel-o nessa missão espinhosa. Harmonisae-vos com os vossos companheiros sempre e sempre; e quando, por acaso divergir de uma idéia qualquer não empregueis meios de discordia que venha interromper ou deturpar as relações amigas q’hajam entre vós, não; se a vossa inteligencia dispõe de elementos nobilitantes, discuti-os e fazei com que vossas preleções sejam intuitivas e suavisorias; se porem for ao contrario, frágil, luctando com difficuldade para o inteiro elucidamento de seu fim, não vos apouqueis; consultae ao companheiro que julgardes competente, para esclarecer aquilo que ignoraes.
Nunca diffamações, nem intrigas sejam arma para combater o companheiro amigo e irmão de trabalho e de classe.
União sempre. (grifos nossos)

Esta série de artigos contribui com um forte argumento para fazer congregar os trabalhadores entre si e reforçar o discurso de identificação coletiva dos trabalhadores, como vimos no terceiro capítulo. No trato com os companheiros, mesmo em momentos de conflito, a harmonia deve prevalecer. A série também tem em vistas tanto indicar o papel, a missão histórica do proletariado na sociedade capitalista, como se fazerem reconhecer os líderes destes trabalhadores: os mais competentes para elucidar idéias que causem possíveis divergências. Apesar de estar tácita na citação, a noção de dever e de imposição social é forte no discurso socialista! O último artigo da série, reforçando tal noção de dever, termina com uma frase lapidar: “É sobre esse mesmo principio que batalhamos, que incitamos, que chamamos a consciência incrédula á missão de um *desideratum* nobre e sublime!”³⁹⁴

³⁹³ *O Trocista*, 27 de julho de 1902. p1.

³⁹⁴ *O Trocista*, 10 de agosto de 1902. p1.

JOÃO EZEQUIEL: SOCIALISMO E CATOLICISMO

Em meados de 1902 realiza-se no Recife o Primeiro Congresso Católico de Pernambuco. Liderado pelo proprietário da fábrica de tecidos de Camaragibe, Carlos Alberto Menezes, é apoiado por outros industriais e usineiros. Surgido no quadro mais geral da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891), o Congresso é palco de discursos que pregam a união entre as classes e pretende combater o anticristianismo. Em seu encerramento, Menezes refere-se a necessidade de se estabelecer a “ação social dos católicos” através de um “exército regular, organizado, adestrado e munido de armamento superior da fé e da disciplina cristã”.³⁹⁵ Como principal encaminhamento do Congresso no que toca a questão dos trabalhadores, foi criada a Federação Operária Cristã, sob a liderança do mesmo Carlos Alberto Menezes e com o apoio de outros líderes católicos, como Luiz Correia de Brito e Antonio Muniz Machado.³⁹⁶ Logo conseguem um órgão de divulgação dirigido por Cirilo Ribeiro, a *União Operária*, e estendem sua base de apoio a cerca de 6.000 operários de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte, onde possuía representantes.

A Federação nasceu defendendo a corrente do cristianismo social e a organização profissional dos trabalhadores, em conjunto com empresários, em torno de cooperativas, sindicatos mistos, sociedades anônimas. Como indica Antonio Paulo Rezende, era uma “outra maneira de se encarar a questão social, uma tentativa de se antecipar a algumas das reivindicações do operariado e exercer sobre ele um forte controle ideológico, aliado a uma disciplina de trabalho não menos rígida”.³⁹⁷ Seus líderes acreditavam ser possível a “futura união do capital ao trabalho, negando a contradição maior da sociedade capitalista e

³⁹⁵ *A Província*, Recife, sem indicação de data. Apud MARCHI, Euclides. “Uma utopia católica: a União Popular do Brasil” In: Revista História. São Paulo: UNESP, vol 11, 1992. (pp271-285), pp277-278. Segundo este autor, os pernambucanos adiantam-se a encíclica *Il Fermo proposito* (1905), de Pio X, que abria oficialmente o movimento de Ação Católica convidando os leigos a “congregar todas as forças vivas com o fito visado de fazer guerra, por todos os meios justos e legais, à civilização anticristã; recuperar, a todo o modo, as gravíssimas desordens que dela provêm; reintroduzir Cristo na família, na escola e na sociedade; reestabelecer o princípio da autoridade humana como representante de Deus; tomar muito a peito os interesses do povo, principalmente os da classe operária e agrícola, não só infundindo no coração de todos a verdade religiosa [...], mas também melhorar-lhe a condição econômica com medidas ajustadas”. p275.

³⁹⁶ Para a exposição que segue, nos utilizamos de REZENDE, Antonio Paulo. *A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922)*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1987. (mimeo) (pp17-19) e IDEM. “As primeiras idéias socialistas em Pernambuco” In: *Manifestações operárias e socialistas em Pernambuco - Cadernos de História* – Recife: UFPE/Dep. de História, 1987. (mimeo) (pp2-19)

³⁹⁷ REZENDE, Antonio Paulo de M. *A classe operária em Pernambuco...* Op. cit. p17.

acreditando implicitamente na sujeição pacífica do operariado aos desígnios da burguesia”.³⁹⁸ A Federação, na verdade, se configurava como “um sonoro amém à ordem estabelecida”.³⁹⁹

Os socialistas imediatamente perceberam isto. Tão logo os empresários estabeleceram contatos com representantes nos demais Estados, o movimento operário se articulou para combater o “virus do jesuitismo nefando”.⁴⁰⁰ Os artigos de João Ezequiel a serem trabalhados aqui compõem uma discussão sobre a “Fabrica Paulista de Pernambuco”, dirigida pela “plutocracia” de Paulista, que estava aliada aos interesses do congresso e de Carlos Menezes. A série é composta de cinco artigos que saem intitulados com o nome da fábrica, entre julho e agosto de 1902.⁴⁰¹

Já é conhecido o viés cristão do pensamento de João Ezequiel de Oliveira. Leandro Konder, por exemplo, fala no “tempero cristão” que dera à obra de Marx.⁴⁰² cremos que, apesar de importante, existem outras facetas no pensamento deste socialista reformista. Na sessão “Farrapos”, que manterá em diversos órgãos com os quais colaborava, um rico leque de temas são encontrados em seus artigos, indo desde temáticas científicas (estudos sobre a fome) a considerações sobre as novas tecnologias e outras correntes ideológicas do movimento operário, passando ainda por temas tipicamente locais (como alguns artigos escritos para reabilitar Calabar!). De qualquer modo, escolhemos esta série tendo em vistas, por um lado, a importância estratégica destes artigos no combate à reação conservadora, e por outro, o fato de ter sido escrita para o “publico de Maceió” e especialmente à “mocidade do trabalho”.⁴⁰³

Como pretexto para criticar a postura dos católicos, João Ezequiel expõe a situação de subordinação e de exploração a que estão submetidos os tecelões da Fábrica Paulista, tendo em vistas que seus proprietários foram adeptos do Congresso Católico desde seu início. Assim, numa linguagem fervorosa, proprietários, feitores e contra-mestres da fábrica são apresentados como “iskariotes” por traírem os trabalhadores; e como “Torquemadas”, por pretenderem fazer com que os operários abjurem da heresia do socialismo através de métodos

³⁹⁸ IDEM, IBIDEM. p18.

³⁹⁹ REZENDE, Antonio Paulo de M. “As primeiras idéias socialistas em Pernambuco...” Op. cit. p12.

⁴⁰⁰ Expressão utilizada pelo *O Trocista*, em 13 de julho de 1902, p2, quando noticia a realização do congresso.

⁴⁰¹ *O Trocista*. 20 e 27 de julho; e 3, 10 e 17 de agosto de 1902, todos na primeira página.

⁴⁰² Cf. Konder, Leandro. A derrota da dialética. Op. cit. p83. Antonio Paulo Rezende também trabalha aspectos deste cristianismo latente em Ezequiel, reforçando seu caráter profundamente reformista. Cf. A classe operária em Pernambuco. Op. cit.

⁴⁰³ *O Trocista*, 20 de julho (p1) e 17 de agosto de 1902. p1. De qualquer forma, estes artigos também serão publicados no Recife, pelo Aurora Social.

inquisitoriais.⁴⁰⁴ Para tais senhores, verdadeiros “Tibérios”, a única crença é a do catolicismo. Neste ponto, Ezequiel expõe claramente o que significa o “jesuitismo”:⁴⁰⁵

para elles [de Paulista] só há uma crença, uma religião capaz de levar o homem até Deus, capaz de salvar a humanidade: é o catholicismo cheio de dogmas forçados nas officinas do Vaticano, segundo a vontade do rachitico Leão XIII.

Não admitem outras crenças, outras seitas e para elles todas ellas são falsas, diabolicas...

Tal crítica, como se vê, é dirigida principalmente à estrutura hierarquizada da igreja católica. Contra as acusações de que os seguidores de Marx e do socialismo são “hereges” e não crêem em Deus, Ezequiel começa a estabelecer relações entre socialismo e cristianismo, numa linguagem vívida e cheia de imagens e metáforas bíblicas. Deste modo, Deus é quem preside o destino dos socialistas que são, por isto, os “apóstolos evangelizadores da *Boa Nova*”.⁴⁰⁶ Jesus Cristo é entendido como um exemplo de socialista pois ele “reivindicava os direitos do povo, Elle combatia a riqueza, e pregava a igualdade e o comunismo dizendo: ‘amai-vos mutuamente’”.⁴⁰⁷ Adiante, neste mesmo artigo, a história escatológica do cristianismo corresponde a da revolução social sonhada por todos os socialistas. Do mesmo modo que a burguesia atrasa o progresso social e a evolução da sociedade ao regime socialista, os escribas e fariseus assim o tentaram fazer sem sucesso na época de Cristo:

Christo é o mestre adoravel dos socialistas de todo O Orbe, Christo é o refugio sacrosanto [sic] em que se aninha a sua fé inquebrantavel [...] Mas vós, escribas e phariseus de Paulista, vós tendes razão.

Em dadas phases da vida, quando o forte vê o fraco preparando-se para erguer-se, para reivindicar os seus direitos conspurcados, é preciso que elle recorra a um terreno onde encontre elementos com que o abata novamente.

Mas tomae cuidado; saciae a vossa sêde de persiguição e injustiça, pois o dia da reivindicacão – dia que se eternisarã nas páginas da história – há de surgir ou mais cedo ou mais tarde n’uma explosão de luz trazendo a felicidade para os que vivem sob o jugo vituperioso da prepotencia estulta

Diante deste tipo de argumentação e do paralelo entre a história do cristianismo antigo e do movimento socialista atual, fica difícil entender o argumento racional lançado por

⁴⁰⁴ *O Trocista*, 17 de agosto de 1902. Um indivíduo chamado “Joça” é acusado de ter “arrancado a honra” a diversas donzelas que trabalhavam na fábrica com a conivência dos patrões.

⁴⁰⁵ *O Trocista*, 3 de agosto de 1902. A crítica ao “jesuitismo” também aparece em outros escritos, com nos de João Ferro. Ela precisaria ser melhor estudada, mas talvez seja a solução encontrada para se criticar a extrema hierarquização e elitismo da igreja católica, sem contudo romper radicalmente com a doutrina cristã e sem ofender explicitamente a religiosidade da milhares de católicos das diversas camadas sociais.

⁴⁰⁶ *O Trocista*, 20 de julho, p1; e 27 de julho de 1902. p1.

⁴⁰⁷ *O Trocista*, 10 de agosto de 1902. p1.

Ezequiel. Ele afirma que a causa do “ódio tremendo” que os senhores de Paulista devotam aos socialistas acontece porque estes “pensam livremente, porque praticam e agem de acordo com o que lhes dita a razão”.⁴⁰⁸ Numa linguagem arrebatadora, similar a que utilizava em suas conferências, o tipógrafo João Ezequiel constrói uma relação estreita entre doutrina cristã e socialismo, entre suas histórias e seus mártires. A despeito de todas as considerações (principalmente dos marxistas) ao fenômeno religioso, Ezequiel expressa uma leitura de seus ideais numa linguagem familiar ao cristianismo popular, tentando unir duas tradições distantes no tempo e nos princípios políticos, para aumentar as fileiras dos adeptos do socialismo. É preciso, então, entender este discurso não como uma peça elaborada com sistematicidade e rigor teórico de alguém que estivesse interpretando academicamente os princípios doutrinários do socialismo da II Internacional. E sim como uma etapa do lento processo de assimilação e re-elaboração⁴⁰⁹ dos ideais socialistas a uma cultura, àquela época, assentada no tradicionalismo e na religiosidade popular católica.⁴¹⁰

O SOCIALISMO DE JOÃO FERRO

Ao longo de sete edições seguidas de *O Trocista*, uma série de sete artigos da lavra de João Ferro se notabiliza como um dos mais ricos materiais disponíveis acerca do socialismo no Estado de Alagoas no início do século. Os artigos se intitulam invariavelmente “O ‘Evolucionista’ e o Socialismo”, e saem entre outubro e novembro de 1902. Com a exceção do quinto número da série, que cede espaço a um editorial sobre as comemorações do 15 de

⁴⁰⁸ *O Trocista*, 3 de agosto de 1902. p1.

⁴⁰⁹ Poderíamos falar em termos de “tradução” que historiadores da cultura utilizam atualmente para se referir a contatos culturais tão distintos.

⁴¹⁰ Não estamos sugerindo que tal cultura fosse conformista. A historiografia mais recente sobre conflitos sociais de diversas naturezas tem ressaltado uma mudança de postura que se encaminha para descortinar as variadas formas de resistência inseridas no cotidiano e nas atitudes de preservação de determinados aspectos culturais. Para uma reflexão filosófica deste aspecto da cultura popular. Cf.: CHAUI, Marilena. “Notas sobre cultura popular” In: *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 10ed. São Paulo: Cortez, 2003. (pp. 61/83) pp78-71: “não se pode dizer que os operários estão conformados ou inconformados com a situação, mas sim que *estão ao mesmo tempo* conformados e inconformados: de um lado, acreditam-se impotentes para mudá-la e, em vez de assumir essa falta de força, confessar seu medo e tratar de superá-lo, muitos preferem tomar uma atitude fatalista e manifestam receio dos militantes que pretendem tirá-los dessa inatividade; de outro lado, apesar da calma aparente, há um inconformismo profundo, que às vezes é difícil perceber sob a capa do fatalismo. Até onde possam ir na ação, depende da repressão e da persistência do medo. Portanto, é errôneo tomar a [tal] ‘despolitização’ como um dado, pois pode desaparecer de um momento para o outro.” Para uma fundamentação historiográfica desta questão, ver REIS, João Jose e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

novembro e vem na segunda página, todos os outros seis artigos abrem a edição do jornal, ressaltando sua importância e a autoridade de seu autor.⁴¹¹

Estes artigos foram motivados por uma (e serviam de contra-resposta a) outra série de artigos escrita no periódico *Evolucionista* pelo seu principal redator, Luis Lavenère. Na verdade, João Ferro preocupasse mais em desmentir a Lavenère do que explicitar uma idéia geral acerca do socialismo. Esta definição praticamente só acontece no quinto artigo da série. Neste sentido, é através da contra-argumentação de Ferro que encontramos nos demais artigos alguns outros esclarecimentos sobre o termo. Apesar desta característica, estes escritos revelam algumas das características mais marcantes da ideologia socialista do período.

Os artigos de Luiz Lavenère, todos com o título “Contra o socialismo”, são uma peça de ataque contra as principais idéias e estratégias do movimento socialista, e possuem ainda o objetivo de denegrir a imagem de Karl Marx. No início de 1903 os artigos são enfeixados em um libreto que é vendido, praticamente a preço de custo, por duzentos reis. Esta polêmica repercutiu para além das fronteiras de Alagoas. Particularmente em Pernambuco, os trabalhadores organizados acompanham a querela, torcendo pelo seu companheiro de lides.

Lavenère é um bom porta-voz do capitalismo e da burguesia local, tentando desacreditar a ideologia socialista, e especialmente as idéias de Marx.⁴¹² Ele advoga, dentre outras coisas, que o socialismo é anti-nacionalista e anti-patriótico; que é uma quimera e uma utopia irrealizável; que apenas os trabalhadores enganados (ou seja, alienados) aplaudiam tais idéias. Além de afirmar que Marx era um plagiador de teóricos franceses e ingleses, cedia um certo tom anti-religioso à sua caracterização do socialismo. Todos estes aspectos ressoavam positivamente na consciência dos ilustrados da burguesia, das camadas médias urbanas e dos membros das oligarquias rurais. Apoiando-se tanto em autores ilustres como em desconhecidos, os artigos são ácidos, como também o são as respostas de João Ferro. Em um determinado momento, Citando Henry Clement, Lavenère diz que

os doutores do socialismo, a qualquer escola a que pertençam e quaesquer que sejam as suas pretensões a uma organização científica, não são mais do que uns sonhadores, e seus projectos e suas tentativas ficarão sempre em estado de irrealisaveis romances sociaes⁴¹³

⁴¹¹ *O Trocista*, 19 e 26 de outubro; e 1, 8, 15, 23 e 30 de novembro de 1902.

⁴¹² Não obtivemos acesso direto aos artigos de Lavenère, pois a coleção do *Evolucionista* existente na Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas está lacrada. Estas considerações foram feitas baseadas em citações utilizadas por João Ferro dos escritos deste autor.

⁴¹³ *O Trocista*, 19 de outubro de 1902. p1.

Ao que parece, os artigos publicados no *Evolucionista*, foram escritos “contra o judicioso manifesto do Conselho Geral do Partido Socialista Brasileiro”.⁴¹⁴ Realmente, esta parecia ser uma justificada preocupação da elite local na medida em que o manifesto passara a ser publicado *peLO Trocista* em sua íntegra desde 21 de setembro de 1902. Antes disso, cerca de 100 exemplares do manifesto houveram chegado de São Paulo e circulavam entre as principais lideranças do movimento. Segundo Boris Fausto, o manifesto fora influenciado marcadamente pelo Manifesto Comunista, de Marx e Engels.⁴¹⁵ Ele ainda é reflexo de uma mudança de postura no movimento operário socialista com relação à organização do partido, entendendo-o como menos conjuntural e mais bem estruturado. Tal partido deveria ser entendido não mais como “simples instrumento de pressão para a obtenção de reivindicações” mas como “meio para a conquista gradual do poder político”.⁴¹⁶ Esta reorientação, como já vimos no terceiro capítulo, animava a organização de um partido socialista no Estado.⁴¹⁷ Isto era motivo suficiente para levantar-se a voz da elite contra tal insensatez dos trabalhadores!

Do seu lado, percebendo a importância do momento e da discussão, os socialistas devolvem as críticas na linguagem estranhamente forte e cáustica utilizada pela imprensa da época. João Ferro afirma que nos textos publicados no *Evolucionista*, o “preconceitista e burguezito de *primo cartelo*”, Lavenère, “atira as mais odiosas inventivas sobre o socialismo, utilizando-se de citações sedijas e caducas nascidas de cerebros de verdadeiros tubarões da burguezia.”⁴¹⁸ Este redator, dizia, tenta “enlamear o sagrado tabernaculo em que se abriga a ortodoxia do proletariado”, a “luminosissima Escola que legou-lhe o genial Karl Marx, o grande luzeiro do socialismo científico!”.⁴¹⁹ A redação do *Aurora Social*, lá do Recife, comenta indignada que um “professor manquè” escrevera um folheto “contra o socialismo”: é um “apanhado de todas as heresias” e “uma peça que além de revellar falta de conhecimento da questão social, é escripta para creanças”.⁴²⁰

Uma das primeiras disputas que se trava nesta contenda é acerca do caráter científico do qual se deve revestir uma teoria social. Enquanto João Ferro advoga que Marx e os socialistas são adeptos de uma doutrina “científica”, Lavenère afirma que a pretensão científica dos socialistas é um sonho. O imaginário de progresso e cientificidade que povoou o século XIX e adentrou o XX aparece aqui como um objetivo a ser alcançado. Ser uma teoria científica equivalia a ser uma teoria verdadeira, viável, e não um sonho, uma simples utopia!

⁴¹⁴ *Aurora Social*, Recife, 30 de novembro de 1902. p4.

⁴¹⁵ FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL, 1976.

⁴¹⁶ BATALHA, Cláudio. “A difusão do marxismo...” Op. cit. p19.

⁴¹⁷ *Aurora Social*, Recife, 16 de fevereiro de 1903. p3.

⁴¹⁸ *O Trocista*, 19 de outubro de 1902. p1.

⁴¹⁹ IBIDEM.

⁴²⁰ 29 de março de 1903, p4.

Para João Ferro o socialismo já é algo bem aceito nos “centros civilizados”. Fruto da evolução social, é natural que numa sociedade conservadora e atrasada como a nossa, ele ainda sofra resistências. Com o progresso, o socialismo será bem visto e aceito, como aliás o fora diversas outras doutrinas e ideais ao longo da história.⁴²¹

assim como esses martyres [João Huss, Luthero, Calvino, Wyclef, Jeronymo de Praga, Allan Kardec, Giordano Bruno, Galilêo] do odio papal, que enfrentaram a morte sobranceiramente, que expiraram defendendo suas crenças, seus ideaes; que immortalisaram-se, e cujas doutrinas são hoje tidas como racionaes, como puras e grandiosas, assim tambem será Karl Marx: mas tarde a [sic] de ser glorificado, bemdito em pezo, como uma doutrina bemfazeja e harmonica com todas as aspirações humanas. (grifo nosso)

Como já afirmado, na destes artigos, Ferro se limita praticamente a defender o socialismo dos ataques de Lavenère, utilizando-se das citações e rebatendo-as com argumentos e outras citações. São poucos os momentos em que ele declara diretamente o que entende por socialismo. No segundo artigo, por exemplo, diz que o termo significa “felicidade geral para todos, confraternisação dos povos, igualdade social, justiça para todos, lei, equidade, direito, etc”.⁴²² De qualquer forma, é no quinto artigo que ele expõe com mais clareza – mesmo que ancorado em outros autores– o que entende por socialismo:⁴²³

em *satisfação* a um pedido que a um nosso companheiro de lides fez o seu [de Lavenère] mensageiro, vamos lhe mostrar o que é a doutrina socialista em sua grandiosidade, em sua belleza, com a oppinião de abalisados escriptores...[...]

Veja lá o que diz o grande Bartholomêo Barcillari, bispo de Verona:

“o fim do socialismo é melhorar as condições e economias do povo, abolindo as injustiças que dividem a sociedade actual em dois campos armados um contra o outro: aquelle dos patrões e capitalistas que accumulam riquezas e gozos e estes dos trabalhadores e operarios, os quaes não possuindo senão os braços são obrigados a sujeitar-se a vontade dos proprietarios da terra, da industria, das machinas, etc., que os despotam e sugam lhes [sic] o sangue, deixando-os na miseria e na degradação.”

Agora ouça o que diz o immenso e conhecido Buckner:

“a sabia applicação das leis naturaes ao desenvolvimento da sociedade humana: eis a razão do socialismo.”

Ouçã mais como se expressa o eminente Paulo Lafargue:

“o socialismo não é um sonho, nem uma utopia; não é um pensamento pervertido de cerebros criminosos, mas uma sciencia positiva como a physica e a chimica

⁴²¹ *O Trocista*, 23 de novembro de 1902. p1.

⁴²² *O Trocista*, 26 de outubro de 1902. p1.

⁴²³ *O Trocista*, 15 de novembro de 1902. p2. A longa citação se justifica para termos uma noção mais consistente de como se desenvolve a argumentação e o estilo do autor.

“o socialismo é a sciencia que estuda a produção e a repartição das riquezas, e que ensina os meios de transformar a sociedade anarchica dos capitalistas, aonde aquellos que nada tem alem dos dez dedos, e os cérebros, gosam os luxos mais escandalosos , enquanto aqueles que trabalham e produzem desde a infância, possuem apenas a escassa alimentação, e não podem livrar-se das agruras negras da miseria, na velhice”

Ouçã mais ainda o genial *Benoit Malon*:

“o socialismo é a humanidade em marcha para a civilização suprema, trazendo nas vastas dobras do seu manto constellado, alem de todas as esperanças da liberdade, da justiça dos opprimidos, dos explorados, todas as altas aspirações mentaes, sentimentos e estheticas d’alma humana’

Eis, sr. Philologo [Lavenère], o que é o Socialismo, a sublimissima doutrina que s.s. tem acoimado de anarchismo, na soberana altura de seu odio contra os discipulos do glorioso Marx, definido judiciosamente por conhecidos e eminentes escriptores, cujas intellectualidades sobrepujam a de s.s.” (grifos nossos)

Diante de um texto com tantas citações, percebemos de imediato o poder de autoridade que a cultura bacharelesca empresta à expressões socialistas. Citar alguém, mesmo que seja um obscuro e suspeito bispo de Verona, é garantia de um melhor convencimento aos que por ventura vierem a ler o escrito. O “fetichismo da citação”, como já salientado, é algo que esta presente na elaboração do discurso socialista.

O primeiro destaque, que colocamos justamente na citação do bispo Bartholomêo Barcillari, indica que, com o socialismo, teríamos o fim da luta de classes na medida em que a sociedade não estaria mais dividida em “dois campos armados”. Já os demais grifos pretendem destacar que João Ferro possui do socialismo o entendimento tipicamente elaborado na II Internacional. Através das citações de Buckner, Lafargue e Malon, esclarece-se que o socialismo é uma “sciencia positiva” que encontra as “leis naturaes” para o desenvolvimento da humanidade. A razão da existência da doutrina socialista, por sua vez, seria a de conscientizar a todos acerca da aplicação destas leis. É neste sentido que a sociedade capitalista é caracterizada como “anarchica”: ela provoca o caos e a luta social na medida em que entrava o progresso natural da humanidade. Segundo Marcus Vinicius Pansardi,⁴²⁴ teríamos que

A mudança [evolução] social é inevitável, pois a mudança é a característica básica da sociedade [...] A atuação socialista deve, então, ser no sentido de desobstruir os caminhos ao progresso, e o papel da burguesia e dos governos deve ser o de se submeter aos ditames da ciência pois, caso contrário, prepararão inevitavelmente o caminho para a revolução.

⁴²⁴ PANSARDI, Marcos Vinicius. “O socialismo dos modernos e o socialismo dos antigos..” Op. cit. p89.

Como já fora salientado no pensamento de João Ezequiel, o de João Ferro também possui certos pontos de contatos com o cristianismo. O movimento socialista, em determinados momentos, é entendido a partir de associações diretas com os ideais do “vulto meigo do loiro rabino da galilea”.⁴²⁵ As constantes metáforas, os paralelos e referências de ligação entre socialismo e cristianismo constroem uma representação daquele enquanto uma comunhão, uma associação para o bem, uma identidade de união entre irmãos e iguais. Ferro afirma, no quarto artigo da série analisada aqui,⁴²⁶ que

as sublimes afirmações de Karl Marx tem sido aplaudidas nas reuniões em que os operários se congregam para tratar dos interesses da briosa classe e d’ellas tem feito a sua crença, a sua religião, o seu culto, transmitindo-as de irmão a irmão com fervoroso entusiasmo

Estas imagens de culto, de convicção, de fervoroso entusiasmo, expressam tanto o sentido de congregação e de identificação necessárias ao movimento, como o empenho e a combatividade que se deveria ter.

Numa coisa Luiz Lavenère e João Ferro concordavam: ambos entendiam o anarquismo e a anarquia como termos ruins, como doutrinas que, se aplicadas, denegririam fatalmente a sociedade. Ferro defende o socialismo e a doutrina de Marx do epíteto de anarquismo que lhe lança o redator do *Evolucionista*, enquanto que – noutro momento – fala da ordem burguesa como uma ordem anárquica.⁴²⁷ Junto ao pensamento conservador, a anarquia, suas defesas da descentralização e da necessidade de que não haja nenhuma espécie de poder nunca foram bem vistos. Entre os trabalhadores, o anarquismo era ora defendido, ora vilipendiado, numa polémica que se arrastava desde a criação da Internacional.⁴²⁸ Parece-nos que, em Maceió e Alagoas – como *grosso modo* no Nordeste - os ideais ácratas não obtiveram muito espaço e penetração no movimento operário ao longo da primeira República⁴²⁹. Entendendo, junto com Edilene Toledo,⁴³⁰ que “o essencial da doutrina [anarquista] era destruir a autoridade sob suas várias formas” este ideal não encontrou solo fértil na terra dos coronéis e marechais. Além de ir contra a forte penetração do sentimento religioso católico, o anarquismo debatia-se contra

⁴²⁵ *O Trocista*, 26 de outubro de 1902. p1.

⁴²⁶ *O Trocista*, 8 de novembro de 1902. p1.

⁴²⁷ *O Trocista*, 15 de novembro, p2; e 23 de novembro de 1902. p1.

⁴²⁸ Cf. CARONE, Edgar. *A II Internacional pelos seus Congressos (1889-1914)*. São Paulo: Ed. Anita/EdUSP, 1993, especialmente a introdução, e IDEM. *Socialismo e anarquismo no início do século*. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁴²⁹ Para um posicionamento diferente, cf.: HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2ed. São Paulo: Ática, 1991.

⁴³⁰ TOLEDO, Edilene Teresinha. “Em torno do jornal *O Amigo do Povo*: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século” In: *Anarquismo e anarquistas*. Revista do AEL. Campinas: UNICAMP, Nº 8/9. 1998. (pp89-113) p93.

uma tradição extremamente autoritária existente no Nordeste açucareiro, originada desde as relações sociais estabelecidas nos engenhos coloniais. Daí a opção por sair, emigrar, dos anarquistas alagoanos, como são os casos de Elysio de Carvalho e Octávio Brandão. Daí, também, o personalismo e o individualismo como característica do primeiro, e a palidez das convicções ácratas do último.⁴³¹

Por fim, caberia apontar que o discurso socialismo, além de pretender-se racional, preocupava-se com sua forma. Apesar de ser a primeira vista rebuscado e beletrista, o estilo deste discurso e o tipo de argumentação de sua ideologia são diferentes:

as nossas palavras, despidas de eloquência, de atavismos, embora, são filhas dilectas da verdade grandiosa, austera, que resiste a todos os embates. É que os nossos artigos despídos de engrossamentos e encomios, nascidos da inteligência inculta de filhos gloriosos do Trabalho, de indivíduos sem diplomas, sem títulos nobiliarchicos, sem brilhante nos dedos... [refletem] a língua ponteaguda e a penna heroica do socialista.⁴³²

Tendo em vista o objetivo para o qual foram escritos, de divulgar a doutrina do socialismo e aumentar o número de adeptos principalmente entre os trabalhadores, o problema da forma passa a ser muito importante. Afinal, era através destes textos que os possíveis leitores se convenceriam da certeza destas idéias. É um mundo estranho este em que penetramos! O estilo de escrita e de argumentação, os autores e referências esquecidos pelo mundo acadêmico da Ciência Política e da Sociologia, são parte de uma tradição que se fortaleceu ao longo do século XX: a de uma cultura de esquerda, de alternativa a civilização capitalista.

Em linhas gerais, o discurso socialista veiculado pelos tipógrafos em Maceió segue as orientações e características comuns ao restante do país, no contexto maior da II Internacional. Como vimos, talvez a grande distinção aconteça no tratamento dispensado á temática do regime republicano. Por fim, tentamos simplesmente esclarecer em que condições e sob que circunstâncias realizou-se o trabalho de uma geração de militantes, de trabalhadores associados.

⁴³¹ Sobre Elysio de Carvalho, ver SANT'ANNA (de), Moacir Medeiros. Elysio de Carvalho, um militante do anarquismo. Maceió: APA, 1982. Sobre Octavio Brandão, ver suas memórias: Combates e batalhas – memórias (2 vol).São Paulo: Alfa-Ômega, 1978 e PLANCHEREL, Alice Anabuki. Memória e omissão: anarquismo e Octávio Brandão. Maceió: EDUFAL, 1997. Este último livro possui uma interpretação diferenciada da nossa sobre a presença do anarquismo em Alagoas e no pensamento do militante comunista.

⁴³² *O Trocista*, 30 de novembro de 1902. p1.

CONCLUSÃO

Como um trabalho desta natureza exige conclusão, façamo-la, indicando de imediato seu caráter provisório. Como desenvolvemos ao longo da dissertação, entendemos que os trabalhadores gráficos mais engajados (os compositores tipográficos) elaboram um discurso de identificação coletiva, de “filhos do trabalho”, para todos os trabalhadores e se colocam como representantes privilegiados – mas não exclusivos – deste coletivo. Através do socialismo, interpretado no contexto das orientações da II Internacional (ecletismo, cientificismo, evolucionismo e reformismo), eles aprofundam esta identidade de classe, fortalecendo a crítica à sociedade capitalista.

De qualquer forma, considerando-se o caso de Maceió (no contexto maior do Nordeste) no período estudado, e tendo em vistas o nível das evidências encontradas, esta identidade, como fator subjetivo na constituição da classe operária, ainda não está consolidada, encontrando-se em seu processo de formação. Neste sentido, entre os pontos da pesquisa que indicáramos como necessitando de um maior aprofundamento, estão o da inserção do discurso dos gráficos no conjunto da classe trabalhadora de Maceió, e o da pesquisa acerca das condições objetivas em que se dá este processo de tomada de consciência. Por agora, estas duas tarefas se configuram em um resultado inicial.

Na forma como entendemos, este trabalho terminou sendo o da discussão acerca das origens de uma consciência de classe entre os operários de Maceió. Tentamos trabalhar esta questão, dando-lhe novos contornos. Assim, a consciência não deve ser entendida apenas como uma abstração essencialista de quem descobre as bases da alienação social e está pronto para desvendar os mistérios da sociedade capitalista. A consciência de classe, como entendemos é algo mais evadido de história. Como afirma Marcelo Badaró Mattos, ela é uma criação coletiva dos homens, utilizando os “recursos culturais herdados de um passado particular para refletir sobre a forma como eles experimentam o impacto das grandes estruturas sociais, isto é, ‘relações de produção’”.⁴³³ A consciência de classe, assim, deve ser pensada em proximidade com os conceitos de identidade, de representação social e de experiência.

Por fim, cabe ressaltar que os resultados imediatos da luta não diminuem em nada os esforços de propaganda e organização capitaneados pelos gráficos. Apesar das críticas que, hoje, podem ser feitas ao socialismo que estes tipógrafos elaboraram, é importante

⁴³³ Cf.: MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismo – Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. p25. a citação está ancorada em Ellem Trinberger.

ressaltar a relação estabelecida entre identidade classista dos trabalhadores e socialismo. Esta discussão do socialismo, como uma doutrina por si, como realizavam intelectuais como Vauthier e Tobias Barreto⁴³⁴ em Pernambuco, é beletrista e perde-se no vácuo do pensamento elitista. É preciso encontrar a relação entre este discurso e a construção de uma identidade positiva para os trabalhadores, articulando-a aos movimentos de reivindicação da tradição do ocidente.⁴³⁵ Quem faz isto pela primeira vez em Alagoas, são estes ativos gráficos de Maceió da virada para o século XX. Eles inauguram a tradição da cultura de esquerda⁴³⁶ nestas terras. Quando viermos criticá-los de possuírem uma visão “estreita”, “reformista”, “deformada”, além de entendermos as condições objetivas e subjetivas que mediaram tal esforço coletivo, devemos nos lembrar de que estamos sentados sobre os seus ombros.

⁴³⁴ Cf. CHACON, Vamiren. História das idéias socialistas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

⁴³⁵ Referimo-nos não só ao movimento operário, como também aos direitos humanos, políticos e sociais. Para estes últimos, ver GOMES, Ângela de Castro. Cidadania e direitos do trabalho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

⁴³⁶ Para uma discussão sobre este termo, ver as diversas contribuições no livro organizado por ARAUJO, Ângela M. C. Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997

FONTES

I – Jornais de Alagoas:⁴³⁷

- Cidade de São Miguel (São Miguel dos Campos) – 1896;
- Cruzeiro do Norte (Maceió) – 1892-1893;
- Gutenberg (Maceió) – 1895-1905;
- O Luctador (Penedo) – 1903;
- A Palestra (Maceió) – 1902;
- A Penna (Maceió) – 1897;
- O Século XIX (Maceió) – 1871;
- A Tribuna (Maceió) – 1895-1905;
- O Trocista (Maceió) – 1898-1902;
- Zig-Zag (Maceió) – 1889.

II – Jornais de Pernambuco:

- Aurora Social (Recife) – 1901-1905;
- Clarim Social (Recife) – 1900;
- A União (Recife) – 1895-1898.

III – Outras fontes impressas:

- Mensagem Dirigida ao Congresso Alagoano (1895-1905);
- Indicador Geral do Estado de Alagoas. Maceió: Typ. Commercial M. J. Ramalho, 1902.

⁴³⁷ É importante frisar que alguns destes jornais não se constituem em coleção, tendo sido preservados dois ou três números apenas. Mesmo nestes casos, no entanto, indicamos o ano em que ocorriam tais edições. Por outro lado, as coleções do *Gutenberg* e da *Tribuna* (pesquisadas na Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas), bem como a do *Aurora Social* (Pesquisada no Arquivo Público do Estado de Pernambuco), apesar de vasta, não estão completas. Anotamos, ainda – como alguns devem ter percebido - que seguimos os rastros da documentação utilizada por Moacir Medeiros de Sant’anna no seu *História da imprensa em Alagoas*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. de. Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista – 1920-1950. São Paulo:HUCITEC/Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

ALMEIDA, Luis Sávio de. “A República e o movimento operário em Alagoas (A redenção dos filhos do trabalho)” In: Anais do Simpósio Cem Anos de República. Maceió: EDUFAL, 1989. (pp. 38-88)

_____. “A greve dos Ferroviários em 1909” In: Revista do CCHLA. Nº 5, Maceió EDUFAL, 1990. (pp. 7-13)

_____. “Breve reflexão sobre a mulher na indústria têxtil: Alagoas, 1920” In: Revista do CCHLA. Nº 6, Maceió EDUFAL, 1991. (pp. 31-3)

_____. “Raízes do comunismo em Alagoas” In: Debates de história regional. Revista do Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Nº 1, Maceió, 1992. (pp. 117-137)

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. 3ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDREUCCI, Franco. “A difusão e a vulgarização do Marxismo” In: HOBBSAWM, Eric (org.). História do marxismo, vol 2 – O marxismo na época da segunda internacional. 2ed. Trad. de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (pp. 15/73)

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAVANIS, Evangelia. “Leituras, edições e circulações de impressos na Porto Alegre de 1906 a 1911: uma análise a partir do periódico *A Luta*” In: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Vol 6, nº 6, 2002 (pp. 263/284)

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 9ed.Trad. de Michel Lahud e Yara Franteschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BARREIRO, José Carlos. “Instituições, trabalho e luta de classes no Brasil do século XIX” In: Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 7, Nº 14. Mar/ago de 1987. (pp. 131-49)

BARROS (de), Theodyr Augusto. O processo de mudança de capital (Alagoas – Maceió): Uma abordagem Histórica (1819-1859). Maceió: Ed. UFAL,. 1991.

BATALHA, Cláudio H. de Moraes. “A identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?” In: Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 12, Nº 23/24, set. de 1991/ago. de 1992. (pp. 111-24)

_____. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX” In: História do marxismo no Brasil – Vol II: Os influxos Teóricos. Campinas, SP: ED.UNICAMP, 1995.(pp. 11/44)

_____. “A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências ” In: FREITAS (de), Marcos Cezar (org.) Historiografia brasileira em perspectiva. 2ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. “Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária” In: Sociedades Operárias e Mutualismo – Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth. Campinas: UNICAMP, Vol.6, Nº10/11. 1999. (pp41/66)

_____. O movimento operário na Primeira República. São Paulo: Jorge Zahar, 2000.

_____. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano, vol.I: o tempo do liberalismo excludente (da Proclamação da República à Revolução de 1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (pp161-189).

BILHÃO, Isabel. Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto alegre, 1906-1911). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BLASS, Leila Maria da Silva. Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20. São Paulo: Loyola, 1986.

BOSI, Ecléa. Cultura de Massa e cultura popular: leituras de operárias. 4ed. Niterói: Vozes, s/d.

BRANDÃO, Octávio. Combates e batalhas – memórias (2 vol.). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CARMO, Paulo Sérgio do. História e ética do trabalho no Brasil. São Paulo: Moderna, 1998.

CARONE, Edgar. A II Internacional pelos seus Congressos (1889-1914). São Paulo: Ed. Anita/EdUSP, 1993.

_____. Socialismo e anarquismo no início do século. Petrópolis: Vozes, 1995

CASTORIADIS, Cornelius. A experiência do movimento operário. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTRO (de), Antonio Barros. 7 ensaios sobre a economia nacional – vol II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

CHACON, Vamiren. História das idéias socialistas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ed. Campinas: Ed, UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas” In: Estudos históricos. Vol. 7, Nº 13, 1994. (pp 100-113).

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 10ed. São Paulo: Cortez, 2003. (pp.15-38)

CHAVES, Maria do Céu Ribeiro. Desenvolvimento das comunicações em Alagoas dentro da evolução do sistema de transportes no Brasil (1822-1930). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979. (mimeo)

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COGGIOLA, Osvaldo. “Historiografia do movimento operário latino-americo” In: Revista Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, Vol. 14, Nº 28, 1994. (pp. 209-30)

COLBARI, Antonia L. *Ética do Trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional*. São Paulo: Letras e Letras/Ed. UFES, 1995.

CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: construções da realidade*. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2001. (Coleção Húmus)

COSTA, Craveiro. *Instrução pública e instituições culturais de alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.

_____. “Cem anos de jornalismo (memória histórica sobre o jornalismo alagoano)” In: *Revista do I.H.G.A. Maceió*, volume XV, 1931. (pp 78-130)

_____. Maceió. Maceió: DAC, 1981.

DARNTON, Robert. “História da leitura” In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: Novas perspectivas*. Trad. de Magda Lopes – São Paulo: Ed.UNESP, 1992. (pp199-235)

DECCA (de), Edgar. “A revolução acabou” In: *Revista Brasileira de História*. Vol 10, Nº 20. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, março/agosto de 1990. (pp63-74)

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIEGUES JR., Manuel. “Evolução urbana e social de Maceió no período republicano” In: COSTA, Craveiro. Maceió. Op. cit.. (pp200-219)

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

JAMES, Daniel. “O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana” In: ARAUJO, Ângela M. C. (org.) *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997. (pp117-140)

EISEMBERG, Peter G. *Modernização sem mudança – a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Trad. de João Maia - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL, 1976.

FERREIRA, Juarez. “A imprensa alagoana nas décadas de 20 e 30 (uma abordagem sobre a imprensa política)” In: AZEVEDO (de), João Ferreira (coord.) Documentário das comemorações do cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos. Maceió: UFAL, 1979. (pp. 48-52)

FERREIRA, Maria Nazareth. A imprensa operária no Brasil (1880-1920). Petrópolis: Vozes, 1978.

FRENCH, John D. Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. Trad. de Paulo Fontes – São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2001.

_____. “A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica” In: História - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. Vol. 6, Nº6, 2002. (pp.11-28)

GAREIS, Maria da Guia Santos. Industrialização no Nordeste. Rio de Janeiro: Notrya, 1994.

GITAHY, Lúcia, “Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914” In: SZMRÉCSÁNYI, Tamás e LAPA, José Robereto do Amaral (orgs.) História econômica da Primeira República. São Paulo: HICITEC/FAPESP, 1996. (pp321-339)

_____ ET ALLI. Trabalhadores urbanos e ensino profissional. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. Cidadania e direitos do trabalho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GONÇALVES, Regina Célia. “Classe? Que classe? O debate teórico sobre a formação das classes: estruturalistas versus culturalistas” In: SAECULUM – Revista de História. João Pessoa, Ed. UFPB, Nº 4/5, dez. de 2000. (pp.33-51)

HARDMAN, Francisco Foot. Nem pátria, nem patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3ed. rev. e ampl. - São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

_____. e LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20). 2ed. São Paulo: Ática, 1991.

HAUPT, Georges. “Marx e o marxismo” In: HOBBSAWM, Eric (org.). História do marxismo, vol 1 – O marxismo no tempo de Marx. 2ed. Trad. de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (pp347-375)

HOBBSAWM, Eric J. Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária. 2ed. Trad. de Waldea Barcellos e Sandra Bedran – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz. trad. de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira - São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. Os trabalhadores: estudos sobre a história do Operariado. 2ed. Trad. de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros - São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA (de), Aurélio Buarque. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2ed. Rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

HUNT, Lynn (org.) A nova história cultural. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992.

JAMES, Daniel. “O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana” In: ARAUJO, Ângela M. C. (org.) Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira. Trad. de Antonio Luigi Negro - São Paulo: Scritta, 1997. (pp117-140)

KIDDER, Daniel P. Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (províncias do Norte). Trad. de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Martins/Ed.USP, 1972

KONDER, Leandro. A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta. Rio de Janeiro: Campus, 1988

LIMA (de), Jorge. Poesias Completas – vol I. Rio de Janeiro/Brasília:J. Aguilar/INL, 1974

LIMA JR., Félix. Maceió de outrora- vol 1 (apresent. por Théo Brandão). Maceió: DAC-MEC/APA-SENEC. 1976.

_____. Maceió de outrora- vol 2 (org. e apresent. por Rachel Rocha). Maceió: EDUFAL, 2001. (col. Nordestina, vol 22)

_____. Carroças e carroceiros. Maceió: história – costumes. Maceió: FUNTED, Sem identificação de data. (folheto de divulgação)

LIMA, Jacob Carlos e FERREIRA, Brasília Carlos. “Tradição e modernidade: trabalhadores urbanos no Nordeste (trajetórias profissionais e experiência associativa). In: XVII Encontro da ANPOCS. GT Classe Operária e Sindicalismo. Caxambú, 1994. (mimeo)

LIMA, Lúcia Maria Cunha Alves de. Industrialização e organização do espaço urbano: o caso de Maceió. Recife, Dissertação de mestrado em Geografia, 1982.

LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Ed. UNB, 1988.

MACIEL, Pedro Nolasco. Traços e Troças – Leitura Quente (crônica Vermelha). 2ed. Maceió, DEC, 1964

MAGALHÃES, Gildo. Força e Luz: eletricidade e modernização na República Velha. São Paulo: Ed.Unesp/FAPESP, 2000

MALERBA, Jurandir. “Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Bordieu” In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir. (orgs) Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000. (pp. 199-225).

MARAN, Sheldon L. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920) Trad. de José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARCHI, Euclides. “Uma utopia católica: a União Popular do Brasil” In: Revista História. São Paulo: UNESP, vol 11, 1992. (pp271-285)

MARTINS, Ismênia de Lima. “Anotações sobre a História do Trabalho no Brasil” In: Revista Brasileira de História. São Paulo: Contexto/ANPUH, Vol. 15, Nº 30, 1995. (pp. 91-100)

MARX, Karl. El capital. Tomo I, Livro primeiro. Trad. de Wenceslao Roces. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1975

MATOS, Maria Izilda Santos. Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho. Bauru: EDUSC, 2002

MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismo – Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998

MELO (de), Josemir Camilo. Modernização e mudanças: o trem inglês nos canaviais do Nordeste (1852-1902). Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2000.

MORAES Fº, Evaristo de. “A proto-história do marxismo no Brasil” In: REIS Fº, Daniel Aarão ET ALLI. História do marxismo no Brasil – Vol I: o impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. (pp. 15/45)

MOREIRA, Aluísio Franco. “As idéias socialistas e classes sociais em Pernambuco na República Velha” In: SYMPOSIUM – Revista da UNICAP. Recife, vol. 25, Nº 1, 1983. (pp.79-88)

PARIS, Robert “a imagem do operário no século XIX pelo espelho de um *vaudeville*” In: Revista Brasileira de História. Trad. de Cláudio Henrique de M. Batalha- São Paulo, Vol. 8, Nº 15, set/1987 – fev/1988. (pp.61-89)

PANSARDI, Marcos Vinicius. “O socialismo dos modernos e o socialismo dos antigos: a incorporação do vocabulário ideológico da II Internacional pelo movimento socialista brasileiro” In: História Social – Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da Unicamp. Campinas: Ed. Unicamp, Nº 1, 1994. (pp. 65-94)

PAURILIO, Carlos. Solidão – contos. Maceió: M.J. Ramalho, 1933

PENA, Maria Valéria Junho. Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. 2ed. Trad. de Denise Bottman - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERRUCCI, Gadiel. A República das usinas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Trabalhadores e máquinas: representações do progresso (Brasil: 1880-1920)”. In: Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, Ed. UFRG, Nº 2, maio de 1994. (pp. 165-82)

_____. Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2001

PETERSEN, Silvia Regina. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira” In: ARAUJO, Ângela M. C. (org.) Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997. (pp85-103)

PINHEIRO, Luís Balkar. “Imprensa e mundos do trabalho na *Belle Époque* manauara. In: XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH. João Pessoa, PB. Anais do ... João Pessoa:ANPUH-PB, 2003. (1cd)

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e trabalho no Brasil. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. “O operariado industrial na Primeira República” In: FAUSTO, Boris (dir.) História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano. TOMO III, Vol. 2 – Sociedade e Instituições (1889-1930). 2ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: DIFEL, 1978.

_____ e HALL, Michael M. A classe operária no Brasil (1889-1930)- documentos (vol. 1 – o movimento operário). São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

_____ e _____. A classe operária no Brasil – documentos (vol. 2: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e estado). São Paulo: Brasiliense, 1981.

PLANCHEREL, Alice Anabuki. Memória e omissão: Anarquismo e Otávio Brandão. Maceió: EDUFAL, 1997.

RACIERE, Jacques. A noite dos proletários: arquivos do sonho operário. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, João Jose e SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

REZENDE, Antonio Paulo. A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900-1922). Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1987. (mimeo)

_____. “A formação da classe operária em Pernambuco: algumas divagações metodológicas” In: CLIO – Revista do curso de Mestrado em História da UFPE. Recife, Ed. UFPE, Nº 9, 1987. (pp. 8-19)

_____. História do movimento operário no Brasil. 3ed. São Paulo: Ática, 1994.

RODRIGUES, Edgar. Sindicalismo e socialismo no Brasil (1976-1913). Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

_____. Nacionalismo e cultura social (1913-1922). Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.

_____. Pequena história da imprensa social no Brasil. Florianópolis: Insular, 1997.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANT'ANA (de), Moacir Medeiros. História da imprensa em Alagoas . Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987.

_____. “Primeiros movimentos grevistas em Alagoas” In: Revista do CCHLA. Nº 4, Maceió: EDUFAL, 1987. (pp.56-60)

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. “Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos” In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13, Nº 38. São Paulo, outubro de 1998.

SCHIMIDT, Benito Bisso. “ ‘Na sociedade futura’: uma visão utópica da cidade/sociedade socialista (Rio Grande, 1897-1898)” In: História Social – Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da Unicamp. Campinas, UNICAMP, Nº 6, 1999. (pp.115/134)

SCHMIDT, Benito Bisso. “O Deus do progresso – a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República” In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Humanitas Publicações, Vol. 21, Nº 41, 2001. (pp. 113-26)

SECCO, Lincoln e DEACTO, Marisa. “A difusão dos livros marxistas na América Latina e no Brasil” In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). América Latina: encruzilhadas da história contemporânea. São Paulo: Xamã, 2003. (pp.69-80)

SEGATTO, José Antonio. A formação da classe operária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

SOARES, Luis Carlos. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX” In: Revista Brasileira de História. São Paulo, Vol. 8, Nº 16, mar-ago/1988. (pp. 107-42)

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 4ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOHIET, Rachel. “História das mulheres” In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. 5ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. (pp275-296)

SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TENÓRIO, Douglas Apratto. Capitalismo e Ferrovia no Brasil: as ferrovias em Alagoas. Maceió: Ed.UFAL, 1979.

_____. “O início da modernização na província de Alagoas” In: Revista do CCHLA/UFAL. Maceió: EDUFAL, ano II, nº 4, jun/1987. (pp.66-75)

_____. A metamorfose das oligarquias. Curitiba: Hdlivros, 1997.

THOMPSON, Edward. P. A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

_____. A formação da classe operária inglesa (3 vol). 2ed. Trad. de Denise Bootman (vol 1 e 3) e de Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida (vol 2) – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. de Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes – São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

TOLEDO, Edilene Teresinha. “Em torno do jornal *O Amigo do Povo*: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século” In: Anarquismo e anarquistas. Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth. Campinas: UNICAMP, Nº 8/9. 1998. (pp89-113)

VERAS, José Maria de Carvalho. “A imprensa alagoana nas décadas de 20 e 30” In: AZEVEDO (de), João Ferreira (coord.) Documentário das comemorações do cinquentenário do Grêmio Literário Guimarães Passos. Maceió: UFAL, 1979. (pp. 54-7)

VITORINO, Artur José Renda. “Notas sobre a teoria da formação de classe em E. P.Thompson” In: História Social – Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da Unicamp. N° 4/5.Campinas, Unicamp, 1997/1998. (pp.157-173)

_____. “Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro” In: Sociedades operárias e mutualismo – Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth. UNICAMP/IFCH, v.6, nº10/11, 1999. (pp69-108)

_____. Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo:Anablume/FAPESP, 2000

_____. “Os sonhos dos tipógrafos na corte imperial brasileira”, 2003, mimeo.

VV.AA. “Manifestações operárias e socialistas em Pernambuco” In: Cadernos de História – Recife: UFPE/Dep. de História, 1987. (mimeo)

WEINSTEIN, Barbara. (Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964). Trad. de Luciano Vieira Machado – São Paulo: Cortez/CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

ANEXO

FÁBRICAS DE TECIDOS DE ALGODÃO ESTABELECIDAS NO
NE (SE, AL, PE, PB) ANTES DE 1905

Fábrica/Companhia	Localização	Data da fundação	Capital (contos)	Número de			Força Motriz (H.P.)
				Fusos	Teares	Operários	
F. e T. de Natal	Natal, RN	1888					
Fábrica Fernão Velho	Maceió	1857	300	2.100	40	74	50
Cia. Alagoana de F. e T.	Cachoeira	1888	300				
Industrial Penedense	Penedo	1893/95					
Pilarense de F. e T.	Pilar	1893/95					
Progresso Alagoano	Rio Largo	1893/95					
Fab. da Magdalena	Recife	1874			20		
F. e T. de Pernambuco (Fáb. da Torre)	Recife	1887			187		
F. e T. de Pernambuco (Nova Fáb.)	Recife	1892			208		
Cia. Industrial Pernambucana	Camaragibe	1891		12.304	404	700	550
Cia. de Tecelagem Paulista	Olinda	1893	1.200		240		
Cia. Industrial Goiana	Goiana	1893		3.352	108		250
F. e T. Malha	Recife	1893/94		1.920	45	40	
Tecel. De Apipucos	Apipucos	1895		3.384	120	250	250
Fábrica Tibiri	Santa Rita/PB	1893/94					
F. e T. Aracaju	Aracaju/SE	1884		5.100	156	400	
F. e T. Santa Cruz	Estância/SE	1901		3.000	150		

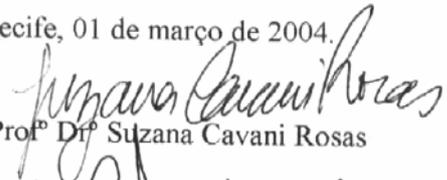
FONTE: SUZIGAN, Wilson. . Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986. Apêndice 3. pp 384-91

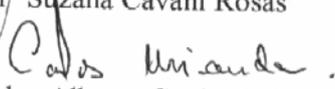


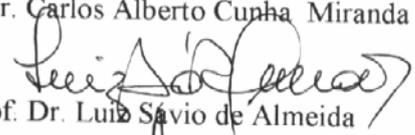
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO OSVALDO BATISTA ACIOLY MACIEL

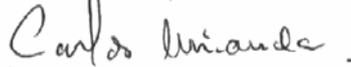
Às 9:00 dia 01 (um) de março de 2004 (dois mil e quatro), no Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentado pelo aluno **Oswaldo Batista Acioly Maciel** intitulado “Filhos do Trabalho, Apóstolos do Socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895/1905)”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito ‘**APROVADO COM DISTINÇÃO**’ em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Suzana Cavani Rosas (Orientadora), Luiz Sávio de Almeida e Carlos Alberto Cunha Miranda. Assina também a presente a o Vice-Coordenador Prof. Carlos Alberto Cunha Miranda para os devidos efeitos legais.

Recife, 01 de março de 2004.


Prof.^a Dr.^a Suzana Cavani Rosas


Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda


Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida


Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda
Vice-Coordenador